



ERITREIA: RELATÓRIO INICIAL NACIONAL (1999-2016)

Preparado com base na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP)

**28 de março de 2017
O Estado da Eritreia,
Ministério dos Negócios Estrangeiros**



TABELA:

N	Tema	Subtema	Página
	Relatório Inicial Nacional da Eritreia; Relatório para a CADHP		1
	Parte I: PANORAMA GERAL		
A	Contexto do desenvolvimento pós-independência		1
B	Acionamento legal e institucional para o desenvolvimento		
	(i)	Estabelecimento de base política	4
	(ii)	Instrumentos e tratados internacionais e regionais	5
	PARTE II: IMPLEMENTAÇÃO, PROGRESSO E DESAFIOS		
	Essência do Progresso enraizado na Igualdade de Direitos e Oportunidades		6
C	Direitos políticos e democráticos e desenvolvimento		
	(i)	<i>Progresso nas prioridades legislativas e de governação</i>	7
	(ii)	<i>Direito e responsabilidade do sector público para fortalecer a governação</i>	8
		<i>Consulta Pública no Processo Legislativo</i>	8
		<i>Poder Popular para Direitos e Participação Democrática</i>	9
		<i>Governação local como base sólida do Estado</i>	9
		<i>Processos consultivos que refletem a unidade de liderança do povo</i>	10
		<i>A Participação na vida política e o Papel da Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ)</i>	11
	(iii)	<i>Poder judiciário e o Direito a um Julgamento Justo</i>	11
		<i>Acesso e Cobertura Equitativos</i>	13
		<i>Procedimento e Prática Judiciais</i>	14
		<i>Casos e Julgamento Judiciais</i>	14

		<i>Tolerância zero perante a Corrupção</i>	15
	(iv)	<i>Serviços de Aplicação da Lei e Prática</i>	16
	(v)	<i>Liberdades Fundamentais</i>	18
		<i>A Religião</i>	18
		<i>Organizações Sociais e Liberdade de Reunião</i>	20
		<i>Liberdade de Expressão</i>	21
		<i>Direitos dos detidos</i>	22
D	Direitos Sociais, Económicos e Culturais		
	<i>Esforço a Nível Macro e orientação como contexto</i>		23
	(i)	<i>Padrão de vida digno</i>	25
		<i>Segurança Alimentar e Direitos Básicos</i>	25
		<i>Serviços de Saúde como um direito</i>	29
		<i>O direito do ser humano à água</i>	34
		<i>Educação e direitos humanos</i>	35
	(ii)	<i>Direito de participar na vida cultural</i>	43
	(iii)	<i>Promover um nível de vida adequado</i>	46
	(iv)	<i>Segurança Social e Proteção</i>	
		<i>Apoiar as Famílias dos Mártires</i>	47
		<i>Regime de Pensões</i>	48
		<i>Resolução dos Efeitos da Guerra, das Catástrofes e da Seca</i>	48
		<i>Proteção da Família como Instituição Social</i>	50
	(v)	<i>Direitos Laborais e Condições de Trabalho</i>	51
PARTE III: Construção da Nação e Direitos dos Povos			
6	Direito ao desenvolvimento		59
	(i)	<i>Igualdade Soberana e Posição Política Independente da Eritreia</i>	59
	(ii)	<i>Distribuição e Utilização Equitativa da Riqueza e dos Recursos da Eritreia</i>	60
	(iii)	<i>Soberania sobre a riqueza e os recursos da Eritreia</i>	62
	(iv)	<i>Orientação Pragmática de Desenvolvimento a Nível Macro</i>	
		<i>A Campanha de Desenvolvimento Yikealo Warsay</i>	63
		<i>O Princípio Alargado do Desenvolvimento</i>	64

	<i>(v) O Direito ao Desenvolvimento e Questões com Implicações sobre o Tecido Social</i>		
		<i>A educação da nova geração</i>	64
		<i>A Implícita e Falsa Alegação de Trabalho Forçado no Serviço Nacional</i>	67
		<i>Direitos e Gestão da Terra</i>	67
		<i>Desenvolvimento orientado a Comunidades e Aldeias espalhadas</i>	68
		<i>Eritreus na Diáspora</i>	69
		<i>Questão da Migração e do Tráfico de Seres Humanos</i>	70
		<i>Politização dos Direito Humanos contra a Eritreia</i>	71
	<i>(vi) O Caminho para um Salto Qualitativo</i>		72
F	O Direito dos Povos à Paz e à Segurança Internacional		
	<i>(i) Ameaças Externas Existenciais e Implicações</i>		72
	<i>(ii) Em Defesa da Segurança Nacional</i>		73
	<i>(iii) Refugiados acolhidos na Eritreia</i>		74
8	Igualdade e empoderamento das mulheres		
	<i>(i) Igualdade das mulheres</i>		
		<i>Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres</i>	74
		<i>Questão de Nacionalidade/Cidadania</i>	75
		<i>Ação Afirmativa e Implicações Políticas</i>	76
	<i>(ii) Empoderamento das mulheres</i>		
		<i>Política e vida pública</i>	76
		<i>Empoderamento económico</i>	77
		<i>Dignidade e segurança das mulheres</i>	78
		<i>Casamento e Relações Familiares</i>	81
		<i>Tráfico de Mulheres e Exploração da Prostituição</i>	81
	8.3. O Papel da NUEW		81
H	O Direito e o Desenvolvimento das Crianças		
	<i>(i) As crianças e o futuro</i>		84
	<i>(ii) Esforço Integrado para Cumprir os Direitos das Crianças</i>		95
	<i>(iii) Crianças Vulneráveis</i>		

		<i>Uma Abordagem Sistêmica para a Proteção das Crianças Órfãs</i>	84
		<i>Crianças em contato com a lei</i>	86
		<i>9.3.2. Crianças e conflitos armados</i>	87
I	<i>Direitos e Bem-Estar das Pessoas com Deficiência (PCD)</i>		
	<i>(i)</i>	<i>Direitos das pessoas idosas respeitados e protegidos</i>	87
	<i>(ii)</i>	<i>Esforços para cumprir os direitos básicos das PCD</i>	89
	<i>(iii)</i>	<i>Abordagem dos Direitos com base na Comunidade e Apoio Promovido</i>	91
	<i>(iv)</i>	<i>Serviços Médicos Especiais para as PCD</i>	92
	<i>(v)</i>	<i>Necessidades Educativas Especiais</i>	92
	<i>(vi)</i>	<i>Base organizativa das PCD</i>	93
11	<i>Direito das Pessoas a um Meio Ambiente Satisfatório</i>		
	<i>(i)</i>	<i>Medidas institucionais e legais</i>	94
	<i>(ii)</i>	<i>Segurança Ambiental e Combate à Desertificação</i>	109
	<i>(iii)</i>	<i>Sustentar o Meio Ambiente Marinho</i>	95
	<i>(iv)</i>	<i>Desafio Energético e Meio Ambiente</i>	96
	<i>(iv)</i>	<i>Práticas Ambientais de Segurança no Sector Mineiro</i>	96
	<i>(v)</i>	<i>Sustentar o Meio Ambiente e a Eliminação e Reciclagem dos Resíduos</i>	97
	Parte IV: Direitos Humanos e Envolvimento e Cooperação Internacionais		98
	Conclusão - Consolidação dos Progressos e do Caminho a seguir		100

RELATÓRIO NACIONAL: ÂMBITO E METODOLOGIA

1. O Estado da Eritreia apresenta os seus relatórios iniciais e combinados que abrangem oito relatórios periódicos tardios desde a sua adesão à Carta. O relatório é elaborado conforme o artigo 62 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) e abrange o período compreendido entre 1999 e 2016. É encabeçado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em articulação com ministérios competentes, instituições e associações nacionais.
2. Na elaboração deste relatório, os ministérios competentes e as Organizações Nacionais Cívicas elaboraram as suas partes com as devidas considerações aos objetivos e finalidades da Carta. Participaram todos no processo de compilação e na discussão subsequente para finalizar o relatório. Várias reuniões foram realizadas para avaliar a autenticidade da informação e na prática durante a compilação e finalização do relatório. O âmbito salienta as obrigações previstas na Carta de Banjul e em outros instrumentos regionais e internacionais relevantes que tenham um impacto direto no gozo dos Direitos Humanos e dos Povos. Em termos de cobertura, realizações concretas, desafios e melhores práticas são também tomados em consideração desde a adesão da Eritreia à Carta Africana em 1999.
3. O Relatório é elaborado de acordo com as diretrizes. Sendo um relatório inicial que abrange o período de 1999 a 2016, está organizado de forma a dar uma visão profunda dos requisitos estipulados nas diretrizes e abrange todas as áreas da Carta. Pretende evidenciar a implementação e o cumprimento dos direitos e deveres por parte da Eritreia, bem como a cooperação na promoção dos direitos humanos e dos povos. Destina-se igualmente a fortalecer o diálogo construtivo entre a Eritreia e a CADHP. O Relatório tem quatro partes; a parte I apresenta uma visão geral, a parte II destaca as realizações e os desafios, a parte III trata dos direitos dos povos e a parte IV debate o seu empenhamento e cooperação internacional em matéria de direitos humanos.

PARTE I: VISÃO GERAL:

Contexto do Desenvolvimento Pós-Independência

4. Após a Segunda Guerra Mundial, a Eritreia tornou-se o alvo e a vítima da nova ordem internacional destinada a favorecer as agendas geopolíticas e interesses económicos dos Estados Unidos e dos seus aliados. À população da Eritreia foi assim negado o direito à autodeterminação e à independência e obrigada a recorrer a uma luta pela libertação nacional. Apesar de estar consagrado na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (de 14 de dezembro de 1960), a luta pela libertação nacional da Eritreia não foi reconhecida pela comunidade internacional. Após uma guerra de libertação que durou 30 anos e custou a vida a mais de 65.000 combatentes pela liberdade e mais de 200.000 civis

martirizados no decorrer da luta; Eritreia sagrou-se vencedor e ganhou finalmente a sua independência em 24 de maio de 1991.

5. No momento da independência, o novo Governo herdou uma economia devastada, infraestruturas destruídas e serviços sociais inexistentes e o fardo da construção da nação foi excessivamente árduo. A Eritreia lançou-se na tarefa de construção da nação com uma visão clara de criar um estado, uma economia e um tecido social viáveis. Os ideais de nacionalismo, justiça social e moralidade progressiva, que se manifestaram na luta pela libertação, constituíram, assim, a base desta visão. Então, a unidade nacional e a cidadania, o interesse nacional e a transformação cultural estabelecem-se como os seus objetivos. A este respeito, o país seguiu uma linha política independente e abordagens de desenvolvimento pragmático centradas na determinação do fator humano.
6. Com muito esforço e dedicação, os fundamentos para uma justiça social baseada na formação integral são estabelecidos. No processo político da construção da nação, as instituições estatais estão a emergir a um ritmo razoável e vários níveis na administração e nos poderes das pessoas evoluíram. A economia está também a evoluir de forma constante e encontra-se em arranque económico depois de muito e árduo trabalho. A capacidade nacional e as instituições estão também a evoluir a um ritmo razoável e saudável. A estratégia no setor social que diz respeito à erradicação da pobreza e para um padrão de vida adequado está igualmente a ter impacto (*alguns indicadores dados no quadro*). As realizações excecionais do país são amplamente reconhecidas, apesar da escassez de recursos e do clima regional hostil não propícios para um impulso de desenvolvimento sem restrições.
 - A esperança de vida aumentou de 46, em 1991, para 63,7 (relatório de 2015 do IDH masculino/ feminino)
 - A taxa de alfabetização de adultos aumentou de 30% para 67% (EPHS 2010)
 - A população estudantil aumentou de 200.000 para 605.932 (MoE 2016), a taxa líquida de matrícula no ensino básico passou de 30%, em 1993, para 85% em 2015 (Relatório dos ODM de 2015)
 - O acesso da população à água e saneamento seguro e adequado subiu de 85% e à energia elétrica de 43,5%
 - Há um total de 103.801 casas residenciais construídas. (Relatório dos ODM de 2015; INE 2015)
 - 1100 aldeias têm acesso a uma água potável adequada.
 - A taxa de mortalidade materna diminuiu de 1700 por 100.000, em 1990, para 352 por 100.000, em 2015 (relatório dos ODM de 2015, Instituto Nacional de Estatísticas (INE 2015)
 - A taxa de mortalidade infantil reduziu-se de 93 por 100.000 nados-vivos, em 1990, para 34 por 100.000 nascimentos em 2015 (relatório dos ODM de 2015 ou do INE de 2015)
 - A mortalidade de menores de cinco anos diminuiu de 151 por 100.000 nados-vivos, em 1990, para 47 por 100.000 em 2015 (relatório dos ODM 2015 e do INE de 2015)
7. A política externa da Eritreia promove também o interesse nacional, o respeito pela soberania, a coexistência pacífica e a cooperação baseada em parcerias. Nos últimos 19 anos, a campanha diplomática de cerco travada contra a Eritreia como parte das agendas

geopolíticas na região não conseguiu controlar a nação. No entanto, a política externa da Eritreia, orientada pela sua posição política independente, prosperou e promoveu os seguintes objetivos:

- Promover relações e cooperação que possibilitem o desenvolvimento nacional
 - Manter a paz, a segurança e o desenvolvimento regionais
 - Contribuir para o sustento a nível mundial da paz, segurança e desenvolvimento
 - Proteger os direitos e interesses dos Eritreus que vivem no exterior e assegurar a sua participação e contribuição no desenvolvimento nacional da Eritreia
8. O efeito acumulado do progresso geral desde a independência contribui para que a paz e a estabilidade prevaleçam. A Eritreia continua a ser um oásis de coesão e harmonia numa região turbulenta dilacerada por clivagens sobre questões étnicas e religiosas. Isto é resultado do trabalho político positivo durante a luta armada e apoiado por políticas prudentes implementadas desde então numa nação independente. No entanto, há um longo caminho a percorrer para concluir o processo de construção da nação e a Eritreia, como uma nação jovem, enfrenta desafios que o Governo trabalha continuamente a lidar. Os processos e estruturas, porém, refletem o surgimento de uma abordagem sistémica implementada através de políticas e programas com todos os direitos respeitados.
9. De facto, a Eritreia emanou da luta pelos direitos humanos. Esses ideais são consagrados na promoção da dignidade humana, da segurança e do desenvolvimento. Assim, os direitos humanos são integrados na construção da nação bem como em todos os níveis, setores, políticas e programas. Promover a igualdade de direitos e as oportunidades constitui o epicentro do esforço global e os seguintes princípios incorporam o esforço contínuo: -
- inter-relação entre paz e segurança e entre direitos humanos e desenvolvimento
 - harmonia entre direitos individuais e deveres coletivos
 - indivisibilidade dos Direitos Humanos e a importância de um desenvolvimento geral
 - priorização aos esforços baseados no contexto, nas necessidades e no melhoramento da condição humana
 - não politização dos direitos humanos e promoção do empenhamento e cooperação
10. O progresso global alcançado tem profundas implicações no gozo dos direitos humanos. A igualdade de direitos e oportunidades é promovida e assegurada pela legislação nacional. Assim, foram prosseguidos avanços nos domínios da vida digna, da promoção equitativa dos serviços adequados, da distribuição e utilização equitativas dos recursos, e da criação de um capital humano essencial e decisivo. Além disso, a participação responsável das pessoas é também reforçada. Portanto, a Eritreia é regida pelo estado de direito com todos os direitos garantidos.

11. O período pós-independência até 1998, marcado por uma rápida transformação socioeconómica, política e social, foi, no entanto, interrompido pela guerra de agressão da Etiópia (1998-2000) a pretexto de um litígio transfronteiriço. A Eritreia também enfrenta sanções injustas do CSNU (Conselho de Segurança das Nações Unidas). Estas fazem parte das ameaças externas, continuadas e existenciais destinadas a entravar os esforços de construção da nação da Eritreia. A Eritreia enfrentou também graves secas de 1999 a 2004. Apesar das suas influências, os desafios acima mencionados não diminuíram o progresso da nação. Além disso, a Eritreia nem renunciou aos seus direitos soberanos nem abandonou a sua posição política independente sob esses desafios. O seu compromisso e esforço em relação aos direitos humanos também persistiram e, por conseguinte, o cumprimento do fundamento institucional e legal manteve uma dimensão crítica.

A. Impulso Legal e Institucional para o Desenvolvimento

(i) Estabelecimento da base política

12. Pela Lei 22/1992, um referendo a nível nacional e supervisionada internacionalmente foi realizado em abril de 1993 tendo com resultado a votação em favor do SIM a 99,8% para a independência. O processo e o resultado demonstraram o nível de consciência, de apego e de capacidade das pessoas e a liderança para construir a nação. Daí, a principal prioridade foi o estabelecimento de um ambiente construtivo e uma base para a construção da nação. A este respeito, o Programa Democrático Nacional da Frente de Libertação do Povo da Eritreia (FLPE) constituiu, durante a luta de libertação, a base para a transformação pós-independência.

13. Após o referendo, a FLPE realizou o seu 3º Congresso em fevereiro de 1994 e declarou a Carta Nacional e se transformou na Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ). Como roteiro político, a Carta delineou a visão da construção da nação e fixou orientações para o estabelecimento de uma ordem democrática e constitucional. Deste modo, definiu as estratégias para o processo político, o progresso económico, a transformação cultural e para a paz e a segurança regionais e internacionais. A FPDJ assumiu, desta forma, a responsabilidade de mobilizar e organizar as pessoas pela segurança nacional, o desenvolvimento e a formação do Estado.

14. O Governo da Eritreia (GoE) foi formado conforme o Artigo 4 (6) (a) e (b) da Lei N° 37/1993. Posteriormente, uma Comissão Constitucional foi também criada pela Lei N° 55/1994 e pelo processo de elaboração iniciado em 1994. Este processo, altamente participativo por todos os segmentos e todas as partes interessadas no país e na Diáspora, foi precedido pela educação cívica e pelas consultas. A Constituição era um processo totalmente interno, advindo dos valores consagrados na Carta Nacional. Considerou também o importante corpo de leis consuetudinárias escritas, algumas delas datando do século XV.

Adotada em 23 de maio de 1997 por uma Assembleia Constituinte de 862 membros criada pela Lei Nº 92/1996, a Constituição constituiu um marco no processo político de construção da nação da Eritreia independente. Isto levou às eleições legislativas para a Assembleia Nacional que foram realizadas no final de 1997, após a adoção da nova Constituição e a assembleia nacional foi vigente até 2003.

15. O poder judiciário, composto por tribunais hierárquicos e Ministério Público, dirigido por um Procurador-Geral, desenvolveu-se regularmente conforme a Lei nº 1/1991. Como é o caso de todos os países com tradição de direito civil, os estatutos se tornaram também a principal fonte de direito na Eritreia imediatamente após a independência. A Lei nº 1/1991 sobre a Administração Judiciária Transitória da justiça definiu o estabelecimento de Leis Transitórias. Consequentemente, todas as leis existentes foram suprimidas. Confiado pelo Artigo 2 (4) e (5) do Aviso Legal 14/1993 para a elaboração e a codificação das leis, o Ministério da Justiça estabeleceu as Leis Transitórias. Até há pouco tempo, os códigos de transição (Código Civil 2/91, Código de Processo Civil 3/91, Código Penal 4/91, Código de Processo Penal 5/91, Código Comercial 6/91 e Código Marítimo (7/91) tornaram-se a fonte de direito na Eritreia.
16. O governo também promulgou e implementou 178 leis e 125 avisos legais (destes, 72 leis e 82 avisos legais foram promulgados durante o período do relatório). Estes serviram como outras fontes de direito e também refletiram as normas relevantes internacionalmente aceites. O compromisso de reforçar o Estado através de uma governança viável é, portanto, visível. Isto é, de facto, refletido na coesão e harmonia sociais prevalecentes, na paz e estabilidade, na vida digna, no gozo dos direitos e na participação responsável dos cidadãos.
17. Além disso, se considerar a situação da recém-criada nação, foi constituído um Tribunal Especial sob a Lei Nº 85/1996. A política em que se baseia é a atitude positiva de "tolerância zero à corrupção". Foi criado com atribuições específicas para investigar as práticas de corrupção, o abuso de poder e a má utilização dos recursos públicos. Por outro lado, tribunais militares inferiores e superiores foram estabelecidos conforme os Artigos 4(2) e 6 da Lei Nº 1/1991. Tratam, em primeira instância, dos delitos militares de gravidade variável de severidade. O Tribunal de Última Instância, o tribunal de mais alta instância da Eritreia, dá, em recurso, o veredicto final sobre os casos proferidos pelos tribunais militares. Continuam a funcionar com procuradores e juízes, provenientes das forças armadas e formados em direito.
18. A Macro Política, publicada em novembro de 1994, traçou também a trajetória de desenvolvimento nacional e estabeleceu a direção geral do desenvolvimento pragmático. Pretendiam criar uma economia sustentável, competitiva e orientada para exportação. O seu objetivo é a criação de uma eficiente economia de mercado dominada pelo sector privado, aberta para o exterior, com o governo desempenhando um papel pró-ativo de estimulador das atividades económicas privadas e de investimento. Assim, foram desenvolvidas várias políticas, estratégias e planos sectoriais para implementar a política macroeconómica. Um dos 12 Objetivos de Desenvolvimento Nacional estipulados na Política Macro afirma

igualmente a criação de "*Um Estado livre e soberano onde os direitos humanos são respeitados*".

19. Todos os esforços acima mencionados indicam que os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo de um novo Estado desenvolveram-se progressivamente ao averiguar a prevalência do estado de direito no país. A trajetória política prevista naquela altura pretendia promulgar leis subsequentes sobre o desenvolvimento de processos políticos e de instituições, mas ela não foi concluída no momento. Este processo político natural de construção da nação, no sentido mais lato do termo, foi interrompido pela guerra fronteiriça com a Etiópia, que começou em maio de 1998, e pelas ameaças e beligerâncias subsequentes externas existenciais contra a Eritreia. A onerosa guerra contra a Etiópia, bem como as terríveis condições da beligerância perene na sequência deste conflito, afetaram, portanto, negativamente o ritmo do processo. As eleições (exceto as de nível local e regional) foram, conseqüentemente, mantidas em suspenso dado que as prioridades mudaram e o país teve de lutar, primeiro, com questões existenciais para preservar a sua soberania e integridade territorial.

(ii) Instrumentos e Tratados Internacionais e Regionais

20. O Governo da Eritreia assinou e ratificou mais de 108 convenções e instrumentos internacionais que incluem 83 adesões (7 dos quais são instrumentos de direito humano), 19 ratificações e 6 em outros domínios (4 assinaturas, 1 adesão e 1 subscrição de membros) e que podem ser classificados em 15 áreas funcionais, sendo 13 outras classificadas como categoria adicional (assinaturas, adesões, subscrições). Muitos deles foram refletidas nos novos códigos nacionais, mas alguns, dos quais a Eritreia não faz parte, se refletem também nos códigos. A Eritreia é também empenhada nos objetivos e princípios da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP). Isto se manifesta sobretudo na sua adesão e assinatura na CADHP, em janeiro de 14 de maio de 1999, e da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança, em 22 de dezembro de 1999. A Eritreia faz também parte de outras 16 convenções regionais em diversos níveis (aderidas, assinadas e ratificadas, e aprovadas). Isso reafirma novamente o compromisso e os esforços do Governo nas suas participação e cooperação regionais nos direitos humanos.

21. Em geral, os tratados e convenções internacionais e regionais são tomados a sério e seguidos rigorosamente. Como tal, é necessário um tempo suficiente para analisar as suas disposições e garantir que os instrumentos internacionais sejam refletidos nos esforços da Eritreia. O Ministério da Justiça elaborou também um documento de trabalho sobre a implicação dos instrumentos internacionais e regionais nos quais a Eritreia faz parte. A abordagem fundamental é, no entanto, avançar o esforço alinhado com a dinâmica interna e com o progresso na capacidade institucional e de organização. Considera igualmente o desenvolvimento das leis e legislações nacionais e a capacidade de implementá-las efetivamente.

A visão geral acima mostrada serve como um contexto para o progresso e os desafios da implementação durante o período do relatório, e para os assuntos ligados à construção nacional e aos direitos dos povos, bem como o envolvimento e cooperação regional e

PARTE II: IMPLEMENTAÇÃO, PROGRESSO E DESAFIOS

internacional durante o período do relatório.

Essência do Progresso enraizado na Igualdade de Direitos e Oportunidades

22. O princípio dominante para o progresso e os resultados da Eritreia equivale à igualdade de direitos e oportunidades. A implementação deste princípio reflete-se nas seguintes dimensões com implicações ao respeito, à proteção e à realização dos direitos humanos: -

- Não há discriminação, exclusão, restrição ou preferência feita com base em etnia, religião, estatuto social, língua, opinião, género e raça.
- Um enorme esforço é feito para reduzir as diferenças entre o desenvolvimento dos grupos sociais e em áreas diversas e, portanto, prevalece a consideração sobre a igualdade. A distribuição equitativa da riqueza e dos recursos é também mantida. Além disso, uma atenção é também dada em relação à situação especial da população rural, das zonas marginalizadas e dos grupos sociais vulneráveis.
- A população, incluindo a Diáspora, é uma participante ativa e beneficiária das riquezas e oportunidades, com base em igualdade de todos os direitos. Então, prevalece um sistema fomentador das responsabilidades e dos deveres coletivos.
- Acima de tudo, o gozo na igualdade dos direitos e oportunidades é sancionado pela legislação nacional.

B. Direitos Políticos e Democráticos e Desenvolvimento

(i) Progresso nas Prioridades Legislativas e de Governação

23. Como parte do esforço para consolidar o estado de direito, foram examinados o cumprimento dos códigos e leis de transição, a promoção dos direitos democráticos, a promoção da participação responsável e o respeito dos direitos humanos. A Carta Nacional impulsionou com sucesso o desenvolvimento das instituições do Estado, a criação da capacidade nacional e o reforço do tecido social na sociedade. Por conseguinte, ao analisar a situação de onde viemos e onde estamos agora, após de ter vencido todos os desafios e hostilidades nos últimos 20 anos, um novo roteiro político foi declarado em 2016. A dinâmica interna da nação, bem como as novas realidades globais e regionais foram consideradas de forma significativa. Isto irá definir a direção para uma trajetória consolidada no processo político e o sistema de governação, além de uma abordagem sistémica de consultas nacionais também prevista para atender a este fim.

24. A redação de uma nova constituição foi também iniciada em maio de 2015. O desenvolvimento e as experiências dos últimos 20 anos, bem como a situação emergente e os desafios do país são tomados em consideração. Este esforço renovado é também iniciado para reforçar o caminho político mencionado anteriormente. Também reforçará as bases da governação robusta que a Eritreia iniciou logo após a independência, mas isso foi interrompido pela guerra fronteiriça e pelas ameaças externas existenciais em curso. Como é sempre a prática, é também uma iniciativa interna impulsionada pela dinâmica interna e com a propriedade plena do povo.

25. Nos termos dos Artigos 2(4) e (5) do Aviso Legal 14/993, o Ministério da Justiça analisou também os códigos transitórios através da criação de um Comité de Reforma Legislativa. Entretanto, e para reforçar a administração da Justiça, as Leis nº 166/2012, 167/2012, 168/2012 e Aviso Legal nº 120/2012 foram promulgadas em 2012 com o objetivo de melhorar o acesso e a execução da justiça. As disposições englobavam mudanças na jurisdição dos tribunais, o aperfeiçoamento das leis processuais e a introdução de novas leis para um cumprimento mais efetivo. Após 11 anos de trabalho e consultas, os novos Códigos Civil, de Processo Civil e Penal foram finalmente publicados em maio de 2015. De entre os importantes atributos dos novos códigos nacionais, podem destacar-se os seguintes: -

- são centrados nos direitos humanos, refletindo os valores de libertação, de independência e de democracia
- tomam em consideração a riqueza das tradições e costumes culturais da Eritreia enraizados em leis consuetudinárias codificadas e seculares, que integram, nomeadamente, os princípios viáveis do direito penal, com base na resolução pacífica de certas formas de atos criminais no novo Código Penal
- tratam dos direitos civis e políticos com vista à melhoria do acesso à execução da justiça
- os esforços feitos para incluir esses crimes decorrentes do avanço na tecnologia e das interações intrincadas da vida humana no século XXI (exemplos de crimes informáticos, crimes cometidos contra as aeronaves, crimes avançados relacionados a narcóticos, etc.)

(ii) O Direito e Responsabilidade do Sector Público para Reforçar a Governação

26. Um objetivo importante do processo de construção da nação é o da construção do Estado e, sobretudo, implica a construção de instituições jurídicas, políticas, sociais e administrativas do estado. Isto envolve, em particular, o reforço dos direitos democráticos do povo, a participação responsável e o poder de ser ativo na construção das funções do Estado. O vínculo entre povo-poder-participação é, portanto, a materialização para a construção do Estado na Eritreia.

O Processo Legislativo e o Conhecimento Público

27. Durante o período do relatório, o processo de legislação amadureceu mais e a supervisão do seu desenvolvimento tem sido mais forte. Mais importante ainda, a sua aprovação final, em conformidade com os códigos de transição, tornou-se também mais fiável. A este respeito, a consulta e a avaliação em todas as formas melhoraram igualmente. Consequentemente, 146 leis e avisos legais foram promulgados durante o período do relatório. A publicação e divulgação de todas as legislações no Jornal Oficial das Leis da Eritreia e a sua disseminação através de meios de comunicação social consolidaram a sensibilização popular sobre os direitos e deveres. Estão também disponíveis e vendidos publicamente a taxas nominais. Vários fóruns de consultas, de sensibilização e para inculcar a responsabilidade na população em geral lançaram também as bases propícias para a implementação.

Poder das Pessoas para os Direitos e Participação Democrática

28. A participação responsável dos cidadãos nos assuntos públicos é uma característica importante no processo político de construção da nação. Assim, a sua participação no processo e implementação das leis, a defesa, a segurança, o desenvolvimento, etc., é fundamental na consolidação das funções do Estado. Além disso, o direito de eleger e ser eleito nas assembleias em todos os níveis é respeitado e protegido ao abrigo da Lei 86/1996. Assim, os cidadãos que vivem em cada uma das seis regiões administrativas são representados por membros de assembleias estabelecidas. Através de reuniões anuais regulares, os membros eleitos a cada nível avaliam a situação e emitem diretrizes para as administrações locais e regionais. Eles representam também o seu círculo eleitoral na política nacional e em questões de desenvolvimento e servem de meio através do qual as exigências e necessidades das pessoas são comunicadas às autoridades superiores.

29. Através de representantes eleitos, o papel das pessoas na construção do Estado evoluiu. No entanto, um maior fortalecimento da capacidade institucional e das bases organizativas das assembleias continua a ser uma tarefa importante. Ademais, e como já foi mencionado anteriormente, as ameaças externas existenciais afetaram negativamente o ritmo do processo político.

Governança local como base sólida do Estado

30. A Lei 86/1996 estabeleceu as seis regiões administrativas do Estado. Também promoveu perspectivas para o processo gradual de delegação de algumas responsabilidades às administrações regionais. Além disso, reforçou a dinâmica de desenvolvimento, assegurou a participação igual e responsável, bem como a harmonia e a coesão da população. Ao manter a sua independência, o poder judiciário regional contribuiu para a justiça do poder judiciário. A relação das administrações regionais com os órgãos funcionais do Estado é também definida para reforçar o laço nos níveis da estrutura de governação. Os ministérios são capacitados com tarefas funcionais de desenvolvimento de políticas, planos setoriais, acompanhamento e prestação de suporte e formação funcional. Por outro lado, as

administrações regionais assumiram a responsabilidade pelas tarefas organizativas, administrativas e de implementação.

31. Assim, as administrações regionais implementaram atividades de desenvolvimento nas suas respetivas áreas, de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento. Evoluíram igualmente como unidades orçamentais do Estado. Nesta base, os planos regionais são desenvolvidos através de consultas regionais, principalmente destinadas a refletir e implementar os objetivos e metas nacionais de desenvolvimento. Assumem a responsabilidade das condições de execução na sua área, mas também desenvolvem atividades específicas relevantes para a sua situação e que aumentam os objetivos nacionais. As capacidades institucionais e de recursos, no entanto, continuam a ser um grande desafio.
32. No contexto acima exposto, o direito e o papel dinâmico dos cidadãos na construção do Estado foram aproveitados através do sistema de governação funcional e a estrutura a nível local permaneceu fundamental a isso. Foram ligeiramente diminuídos durante a guerra fronteiriça com a Etiópia, mas foram reativados quando o conflito parou em 2000. Desde 2003, as comunidades em aldeias/localidades continuam a estabelecer assembleias e administrações locais eleitas de dois em anos. Os três magistrados comunitários, um dos quais é uma mulher, são também eleitos através de eleições semelhantes.

N	Região	Sub-região	Localidade	Aldeia
1	Central	16	83	1018
2	Sudeste	12	231	842
3	Anseba	11	113	516
4	Gasha Barka	14	193	289
5	Mar Vermelho do Norte	10	101	89
6	Mar Vermelho do Sul	4	30	109

33. Embora esteja ainda no seu início, esta nova estrutura funcionou num sistema de governação de base a três níveis. Está também a evoluir como uma base importante para o exercício dos direitos básicos e a participação responsável em assuntos públicos, o que reforça o fundamento popular do Estado. Atualmente, o Governo fornece à governação local a dotação orçamental per capita, o suporte profissional e técnico suficiente ao tamanho da população e às necessidades de desenvolvimento da comunidade. A comunidade mobiliza também os seus próprios recursos e contribui para o desenvolvimento dos serviços sociais através de uma modesta compartilha (cerca de 10% do custo) sob a forma material, financeira ou de mão-de-obra. Todavia, está a funcionar como uma estrutura democrática eficiente em todo o país para defender os direitos e responsabilidades de todos os cidadãos, e da comunidade. Mas mais será necessário para reforçar as capacidades organizacionais, de recursos e a eficiência do sistema.

Processos consultivos que refletem a unidade de liderança do povo

34. As consultas realizadas com os diferentes líderes, instituições e administrações de maior envergadura constituem uma estrutura democrática efetiva que defende os direitos e deveres dos cidadãos e da comunidade. O Presidente, em várias ocasiões, visita as regiões e aborda questões de interesse nacional com representantes dos povos. Certas questões são levantadas, incluindo assuntos relacionados com resultados alcançados e desafios, e o Presidente respondeu às sugestões e críticas dos representantes. Muitas destas questões são levadas a reuniões a nível de gabinete para avaliação e tomada de medidas.
35. Os ministros, governadores regionais e administradores locais também dirigem seminários e consultas com comunidades, quadros, líderes religiosos e outros cidadãos para falar sobre políticas sectoriais, legislação e implementação de programas e desafios. É também uma tentativa executada a nível local. As reuniões focam-se em questões que requerem a atenção do Governo, o que segue poderia ser tomado como exemplos recentes: -
- A consulta e o compromisso com o Ministro da Justiça acerca dos Novos Códigos Nacionais, da implementação e do papel e dever dos povos.
 - O Ministro do Governo Local dirigiu, pelas seis regiões, seminários e consultas semelhantes sobre o progresso e os desafios da Lei de Terras (elaborada em 2015), e sobre a estrutura e o desenvolvimento baseados na comunidade; as reuniões no campo/terreno analisavam, em particular, problemas e desafios críticos, e destacaram uma utilização mais efetiva das terras para todos os propósitos. Mais de 5.500 administradores, quadros, líderes de organizações nacionais, comunitários, religiosos e outros representantes provenientes de todos os níveis, participaram. Seminários semelhantes também dirigidos por todos os administrativos regionais, contaram com a presença de, aproximadamente, 65.878 participantes. O processo continuou a todos os níveis da administração e terminou no início do ano de 2016. Do mesmo modo, a nível ministerial e ao nível dos administrativos regionais participaram, respetivamente, 6.637 e 129.445 pessoas nas reuniões relacionadas com o sistema e desenvolvimento baseados na comunidade.
 - Os administrativos regionais e sub-regionais também dirigem reuniões e consultas com regularidade para tratar de problemas e desafios nas suas áreas respetivas.
36. A questão fundamental é que o governo promove uma mobilização e organização efetivas, constrói a unificação do pensamento e da prática e assegura uma participação responsável determinante para o esforço comum de transformação a todos os níveis. Assim, as consultas a níveis popular e democrático têm sido reforçadas para assegurar a participação da população e expandir o seu papel na consolidação do estado e da sua integridade. As consultas precisam, por vezes, de continuidade e é necessário um maior esforço para reforçar a eficácia e o acompanhamento.

A Participação na vida política e o Papel da Frente Popular pela Democracia e Justiça (FPDJ)

37. Desde a declaração da sua Carta Nacional em 1994, a FPDJ tem-se tornada no epicentro do movimento político dos povos e continua a ter um forte papel na consolidação do Estado. Serviu de impulso para o estabelecimento de um sistema político democrático. O seu papel significativo na segurança nacional durante a guerra de fronteiras com a Etiópia e as subsequentes ameaças existenciais externas impostas no país foram igualmente decisivas. A FPDJ também dirige instituições económicas importantes que contribuem significativamente para o desenvolvimento nacional. Isto foi particularmente evidente na altura em que a situação económica nacional se encontrava num estado crítico e em que havia uma ausência significativa de investimento estrangeiro futuro. A sua mobilização e ligações organizacionais a todos os níveis dentro do país e na diáspora também contribuíram na consolidação da harmonia, na coesão social e na participação responsável no desenvolvimento.

38. Os valores básicos da libertação, liberdade e democracia continuam a ser o cerne do processo de construção da nação. A este respeito, o governo e a FPDJ continuam a reforçar e expandir a educação da geração jovem e a transformação cultural está a ocorrer. A FPDJ também tem um papel preponderante na transferência destes valores nacionais enquanto património cultural, em particular, entre a geração jovem. Tem promovido os seis valores importantes que seguem: -

- igualdade, unidade nacional e cidadania
- determinação e sacrifício para o interesse dos povos e da nação
- alto grau de mobilização e de nível de organização
- autossuficiência
- liderança dedicada aos povos e ao interesse nacional
- papel decisivo das mulheres

(iii) Poder judiciário e o Direito a um Julgamento Justo

Preservação da Justiça Judicial

39. *A igualdade perante a lei é garantida e o processo e a administração são baseados num poder judiciário independente incluindo tribunais hierárquicos e uma instituição do Ministério Público dirigida por um Procurador-Geral. A independência do Ministério Público tem sido assegurada de acordo com a Lei No.1/1991 e o Artigo 7 da Lei 37/93. Consequentemente, tem funcionado para defender a supremacia da lei e proteger os Direitos Humanos Fundamentais dos cidadãos. Também fornece soluções judiciais e administrativas em caso de qualquer violação.*

40. Assim, reforçar e expandir o Ministério Público é outro aspeto do progresso. Até recentemente, funcionava apenas a níveis nacional e regional. Para reforçar mais a função, a designação de Procuradores Gerais a níveis sub-regionais está a ser introduzida. Isto irá contribuir significativamente na preservação e consolidação da justiça judicial a todos os níveis inclusive a níveis locais. A nação tem, deste modo, formado vários profissionais jurídicos em instituições de nível superior que, após uma breve experiência, são capazes de trabalhar nestas áreas problemáticas.
41. As bases institucionais e organizacionais do poder judiciário têm sido consolidadas de acordo com a Lei 1/1991, a qual lida com a administração da justiça. Conformemente, o sistema judicial é expandido e reforçado a níveis locais. Os tribunais comunitários (até agora 430) operam com jurisdição a nível das aldeias ou localidades. Eles formam a parte do sistema mais segura, acessível e prática. Os tribunais regionais estão presentes nas seis regiões administrativas e estabelecem a justiça e função judiciais enquanto segundo nível da hierarquia judicial. A maioria das regiões também tem um tribunal supremo, o qual tem ambos a primeira instância e de recurso. O supremo tribunal com uma Última Secção de Recurso também tem um lugar na capital e funciona como terceiro nível da hierarquia judicial.
42. *Consequentemente, a supremacia e o respeito da Lei* têm sido reforçados através da preservação da igualdade com a não-discriminação como tendência principal. Os órgãos judiciais implementam as leis para prevenir e punir os criminosos, estabelecer a segurança e proteger as vidas e a propriedade. Durante o período de análise, um total de 432.563 criminosos e violações civis (uma média de 25.445 por ano) ocorreram com um total de 304.000 indivíduos (70,3%) tendo sido condenados no respeito das garantias processuais (uma média de 17.882 por ano) (ver tabela abaixo). A percentagem de casos encerrados sugere que os restantes casos tenham sido absolvidos e anulados (42% casos criminosos e 26% casos civis) por não constituírem crimes. Isto comprova que os inocentes estão livres até a sua culpa ser provada ou por falta de provas. Um esforço contínuo é feito para defender a integridade do processo de justiça. Além disso, os indivíduos que abusam da sua posição ou que violam os procedimentos legais básicos, neste sentido, são levados à justiça e punidos.

Período	Criminal			Civil		
	Casos	Encerrados	% Encerrados	Casos	Encerrados	% Encerrados
1999/2015	102212	59166	58	330351	244834	74
Média/Ano	6.012	3.480		19.432	14.402	

Tabela: Comparação entre os Casos Criminais e Civis

43. A falta de conhecimento adequado dos conteúdos das leis da Eritreia tem sempre permanecido um desafio. Consequentemente, tentativas contínuas para tratar deste problema estão em curso e têm contribuído para a preservação da justiça judicial. Como preparação para a implementação total dos Códigos Nacionais publicados, uma campanha extensiva a

todos os níveis está, também, em curso para popularizar esses novos Códigos Nacionais e para criar um melhor entendimento daquilo que são os direitos e deveres, o respeito das garantias processuais e os procedimentos. A familiarização foca-se nos valores nacionais, nas normas da sociedade, na realidade da sociedade, na unidade na diversidade, no património do mecanismo consuetudinário na resolução amigável de problemas e no desenvolvimento legal e nos instrumentos internacionais relativamente aos quais a Eritreia é um estado de parte. Até agora, os seguintes pontos foram alcançados: -

- Um debate e uma sensibilização aprofundados com todos os serviços de aplicação da lei ocorreram durante quase uma semana em colaboração com o Instituto de Formação da Polícia.
- As campanhas a nível regional realizadas para todos os membros das assembleias regionais, os administrativos a vários níveis, todos os líderes dos setores representativos a vários níveis, os líderes das associações nacionais e os líderes religiosos, tinham por objetivo criar uma orientação e direção para um esclarecimento adicional acerca dos novos códigos nacionais.
- A sensibilização e o debate dos meios de comunicação social na rádio, televisão e na imprensa escrita são reforçados e expandidos através de uma colaboração entre os Ministérios da Justiça e da Informação.
- O Ministério da Justiça já reforçou o seu programa de educação cívica e está preparado para a campanha de sensibilização a um público mais amplo acerca dos novos Códigos Nacionais.
- Os programas já estão em progresso para produzir a educação das leis e da sociedade nas escolas secundárias.
- A preparação das traduções dos Códigos Nacionais para todas as línguas da Eritreia (já em circulação em três línguas – tigrino, árabe e inglês) também está em curso.

Acesso e Cobertura Equitativos

44. O acesso equitativo ao serviço jurídico tem, também, melhorado o sistema judicial. A maioria dos casos, especialmente os casos criminosos que são levados ao poder judiciário, são delitos menores que podem ser resolvidos facilmente. No entanto, a falta de juízes que possam atuar no país fez com que litigar tais casos nas suas imediações fosse mais difícil para as pessoas. Dada a gravidade dos problemas, tornou-se razoável que o Governo atenuasse as perdas desnecessárias de tempo, de energia e os gastos para se deslocar até ao tribunal mais perto, o que podia demorar horas e, em certos casos, até dias. Para esse efeito, os tribunais comunitários estão estabelecidos desde o ano de 2003 segundo a provisão da Lei No 132/2003. Os membros são elegidos pela comunidade e, pela lei aplicável, um dos três juízes tem de ser uma mulher. Para reforçar os recursos do sistema judicial a nível local, é dada aos juízes dos tribunais comunitários uma formação jurídica básica, um programa básico de alfabetização, de conservação dos arquivos e a sua gestão num centro fundado pelo Ministério da Justiça numa aldeia chamada Megarka. Os tribunais têm criado as seguintes vantagens: -

- O julgamento de litígios civis menores tem aprimorado o acesso equitativo das pessoas à justiça a nível local.
- Habilita os cidadãos a usar a sua língua materna durante o processo judicial.
- Tem permitido aos cidadãos o acesso aos serviços jurídicos nas suas imediações resultando em menos gastos e energia.
- A iniciativa tem habilitado as comunidades a lidarem com problemas até um certo grau de competência e responsabilidade.

45. Os casos que têm sido atribuídos aos tribunais comunitários são aqueles que têm um carácter social e que podem ser melhor resolvidos a nível comunitário. Os juízes, nestes tribunais, são exortados para resolver as disputas através da conciliação de acordo com os costumes locais antes de se pronunciarem com base na lei nacional. O recurso é permitido no nível seguinte dos tribunais regionais. Dada a eficácia dos tribunais comunitários na melhoria do acesso ao sistema judicial, a sua jurisdição tem sido aumentada para promover os direitos humanos dos povos. Tornaram-se importantes no tratamento das causas de violação da lei, melhorando a ordem pública e regularizando os litígios a nível local. Aproximadamente 85% dos casos judiciais têm sido tratados pelos Tribunais Comunitários com mais de 90% destes resolvidos através da mediação.

Procedimento e Prática Judiciais

46. A transparência e responsabilidade são as características principais da prática judicial. Consequentemente, os regulamentos e orientações claros que assegurem a responsabilidade de todos os agentes têm sido mantidos. Assim, os procedimentos estabelecidos que seguem são implementados ao assegurar a preservação da justiça a todos os níveis: -

- Os processos estão sempre abertos ao público e tratados oralmente; apenas em casos excepcionais os tribunais ocupam lugar nas câmaras sendo as condições reguladas pela lei. Assim, os factos e as provas relevantes para a tomada de decisão são ouvidos em público.
- O direito de comparecer e de dar provas no tribunal é garantido. Além disso, todos aqueles cujos direitos e interesses são afetados pelo caso e pelos procedimentos são também autorizados a participar e a exprimir as suas opiniões assim como fazer aplicações.

47. No interesse público-privado de comparar o julgamento no procedimento criminal, os códigos transicionais têm assegurado um número de disposições que preservam o equilíbrio das autoridades entre três agentes: o tribunal, o gabinete do Ministério Público e a polícia. Além disso, quaisquer indiscrições contra o interesse do arguido têm sido tratadas em cada gabinete através de um número de disposições incluindo o facto de assegurar os direitos do arguido. Às vítimas também tem sido dada a oportunidade de participar no processo criminal com vista a obter compensações rápidas pelos danos causados pelo crime.

Casos e Julgamento Judiciais

48. A Eritreia tem desenvolvido um sistema jurídico, o qual está mais inclinado para a prática das leis civis na medida em que o direito substantivo esteja relacionado. Nas suas leis processuais, tem havido mais um sistema contraditório do litígio, mais praticado no sistema baseado no direito consuetudinário. Tal como foi discutido acima, a maioria da população da Eritreia acredita principalmente na resolução amigável dos seus problemas. Além disso, o direito consuetudinário da Eritreia é mais funcional, especialmente nas áreas rurais e, até certa medida, nas áreas urbanas.
49. Na adjudicação judicial, a recolha e utilização de provas são admissíveis apenas de acordo com a lei. Os depoimentos das testemunhas obtidos sob ameaças, violência ou qualquer outro tipo de mau trato são rejeitados. Consequentemente, ao recusar de aceitar qualquer prova obtida ilegalmente, os arguidos não são detidos nem levados à justiça. Todo e qualquer tipo de tortura é contestado pelas legislações internas da Eritreia e é punível pela lei. Além disso, a norma de uma sociedade que é fundada com base numa família alargada e em fortes laços comunitários não permite tais repreensíveis práticas. A informação recolhida sob tal condição, se tal for o caso, é também rejeitada nos julgamentos legais. O poder judiciário tem, periodicamente, monitorizado as condições das prisões e tomado medidas punitivas contra qualquer um dos seus funcionários caso seja considerado culpado de tais práticas.
50. Além disso, a consolidação da *orientação e informação pública também tem sido de importante dimensão*. A informação do processo de julgamento é amplamente acessível por todos os envolvidos. Os tribunais notificam, com bastante antecedência, no domínio público através de uma secção especial num jornal quotidiano para que qualquer pessoa envolvida ou interessada seja informada sobre um caso. A data, o tempo, os procedimentos e requisitos são, portanto, públicos. Isto complementa a disponibilidade de informação ao arguido e ao requerente em que são dadas convocações escritas registadas durante as sessões planeadas no tribunal. O gabinete do secretariado fornece, também, informações a todos os envolvidos na sua rotina de trabalho. Isto inclui a decisão escrita acerca do litígio poucos dias depois do processo judicial ter acabado.
51. A defesa pública continua a ser um grande desafio do sistema judicial no país. Até agora, não existe nenhum sistema de defesa pública de pleno direito como sistema institucionalizado que comande a parceria público-privada. Os arguidos que são surdos e mudos, adolescentes e aqueles que são acusados de crimes puníveis por encarceramento rigoroso ultrapassando os dez anos têm acesso ao direito legal de uma defesa pública. Assim, o Tribunal atribui um advogado (um profissional privado) para representar um indivíduo acusado nas situações acima mencionadas. O Ministério da Justiça tem, também, atribuído um advogado da defesa pública fazendo parte dos seus próprios funcionários para representar indivíduos elegíveis para a defesa pública nos Supremos Tribunais que funcionam fora da capital Asmara.
52. Em geral, as tarefas e os desafios básicos na administração da justiça são os que seguem: -

- Atualizar as diretrizes processuais no poder judiciário e nos serviços de aplicação da lei.
- Consolidar a coordenação entre o poder judiciário e outros elementos da aplicação da lei.
- Aumentar a conscientização do público acerca dos direitos, deveres e responsabilidades na implementação efetiva dos novos códigos nacionais.
- Abordar desafios de capacidade institucional.
- Estabelecer uma gestão dos dados efetiva dos processos judiciais, etc...

Tolerância zero perante a Corrupção

53. A Eritreia herdou de uma economia devastada, de estruturas sociais desestabilizadas e de um sistema de administração decadente com uma cultura corruptível sistematicamente estabelecida por objetivos coloniais sucessivos. Assim, tal como explicado anteriormente, o Tribunal Especial foi criado sob a Lei No 85/1996 com mandatos para investigar a corrupção. A política que sustenta a sua fundação é a de atitude positiva de “tolerância zero perante a corrupção”.

54. Desde a independência, têm decorrido campanhas contínuas para sensibilizar o povo e as instituições governamentais acerca deste assunto. Mesmo assim, não existe nenhum desenvolvimento da corrupção no país já que os recursos e as práticas de desenvolvimento são reunidos para uma utilização imediata com alto nível de responsabilização para o povo. No entanto, más práticas administrativas emergem, mesmo assim, na vida quotidiana, mas são tratadas de formas legal e administrativa. Consequentemente, tem decorrido uma disputa constante para negar o espaço a casos de favoritismo, suborno, negligência na responsabilidade pública, falta de disponibilidade, etc. Estes são comportamentos herdados de sistemas coloniais prévios, mas, por vezes, surgem das fragilidades na capacidade e monitorização institucionais. Não há, no entanto, complacência e as tentativas constantes para elevar a vigilância e a consolidação dos valores básicos continuam a fazer parte dos objetivos principais.

55. Um estudo apresentado nas Conferências de Estudos Internacionais da Eritreia (outubro 2016) por um perito dos NFPS demonstrou que a corrupção na Eritreia é significativa. A análise baseia-se em relatórios da polícia, consultas, entrevistas informais, alegações de fraude registadas e dados gerais provenientes dos 22 anos anteriores. A avaliação realizada com base em 1.919 casos, dos quais 93,3% foram acusados no respeito das garantias processuais, reafirma a conclusão acima mencionada. Funcionários públicos e outros cidadãos culpados de quaisquer práticas destas foram acusados, punidos e obrigados a recuperar os recursos governamentais desviados e lucros obtidos ilegalmente. A outros também foram dadas sanções e suspensões administrativas de acordo com a lei. As tentativas realizadas têm reforçado os valores básicos, promovido os interesses coletivos dos povos e permitido o progresso económico. Além disso, o estudo também indica o seguinte: -

- o dinheiro e os bens envolvidos nos casos em questão são, na maioria, poucos.

- a maior parte dos suspeitos são homens de negócios e alguns agentes de polícia de baixo nível.
- o nível de organização dos culpados demonstra que são indivíduos ou grupos de indivíduos pertencentes ao mesmo nível, mas que, em poucos casos, pertencem a um nível superior.
- não existem tipos de corrupção de “conspiração” ou “extorsão”.
- não existem casos conhecidos que indicam corrupção política ou de desenvolvimento.

Ao analisar todas as informações internacionais acima referidas acerca da Eritreia, este estudo expõe a metodologia falida e a subsequente falsa narrativa sobre a corrupção perpetuada para manchar a imagem da Eritreia.

(iv) Serviços de Aplicação da Lei e Prática

56. A maior tentativa de aplicação da lei é a expansão na distribuição demográfica dos serviços e atividade da polícia. Atualmente, esquadras da polícia existentes estão operacionais em 53 sub-regiões do país. Além disso, 34 esquadras da polícia adicionais foram estabelecidas com consideração nos fatores demográficos e na proximidade geográfica que visam as áreas remotas. Existem também unidades especiais de vigília prontas para o destacamento a partir do centro para quaisquer missões de emergência. Evidentemente, continua a haver falta de recursos e de equipamentos e é necessário fazer mais. No entanto, o policiamento comunitário tem reforçado a presença e os serviços de polícia. A polícia comunitária é eleita em reuniões de cada assembleia local. Isto tem assegurado a responsabilidade coletiva e partilhada na preservação da segurança pública, da lei e da ordem. Apesar de esta ser uma nova experiência que requer uma consolidação adicional, tem revelado os resultados pretendidos a nível da segurança pública.

57. Respeitar a dignidade humana também continua a ser uma prioridade da polícia. O comportamento e a disciplina da polícia são da máxima importância e as regras e procedimentos que refletem a lei são praticados e monitorizados. Têm sido instrumentais na minimização de qualquer abuso e prática ou comportamento inapropriados. A Força Policial da Eritreia (FPE) toma medidas apropriadas em casos de qualquer abuso ou violação de responsabilidade quando está em serviço, apesar de essas ocorrências serem mínimas.

58. Enquanto os relatórios de investigação são diretamente encaminhados para os procuradores, as esquadras da polícia estão sob a obrigação de escrever um relatório instantâneo para os seus agentes de polícia acerca de qualquer medida tomada ou operação. É com base nisto que o departamento de inspeção avalia, quotidianamente, a adesão das ações das disposições legais estabelecidas e que gera os procedimentos. No texto acima, qualquer detido ou indivíduo que comparece ao interrogatório é informado e solicitado para remeter quaisquer alegações de abuso que, após serem registadas na agenda da polícia, são reencaminhadas para os inspetores. Os abusos são, então, tratados sempre que surgem, mas, tal como mencionado anteriormente, estes são pouco significativos. Além disso, um comunicado

interno da FPE circula regularmente, o que reflete as melhores práticas e problemas e que dá a possibilidade aos membros de trocarem as suas experiências.

59. Como resultado do desenvolvimento acima referido, e apesar das limitações institucionais e de recursos, a aplicação da lei e a proteção da segurança pública são mantidas com sucesso com o pleno apoio das comunidades e dos cidadãos. A Eritreia é uma nação com uma taxa de criminalidade muito baixa e o tipo assim como a complexidade, em comparação com outros países, é também negligenciável. O estudo realizado pelos peritos do NFPS (mencionado anteriormente relativamente à corrupção) apresentado na Conferência Internacional sobre Estudos da Eritreia também reflete a realidade de que a criminalidade violenta também é pouca. Além disso, este estudo indica os factos seguintes a nível de crimes violentos: -

- Os dados acerca de crimes registados dos passados 24 anos foram identificados como sendo consistentes e relevantes para determinar um número mínimo e máximo de delitos e de tendências.
- As atividades marginais de intervenção têm mostrado impactos significativos na redução da criminalidade.
- As taxas de criminalidade violenta, na Eritreia, são muito baixas e não estão interligadas com a corrupção, quando comparadas com aquelas de outros países (neste estudo, foi realizada uma análise comparativa entre 27 países através de todas as regiões e a vários níveis de desenvolvimento).
- O impacto dos crimes violentos no desenvolvimento nacional é mínimo.
- Os relatórios lançados pelas organizações internacionais acerca da criminalidade na Eritreia também sofrem de problemas metodológicos e não refletem a realidade do país; estas narrativas ocidentais ateimaram em pôr um rótulo na Eritreia como sendo um país com uma taxa de criminalidade elevada, mas o estudo mostra que a sua taxa atual de homicídios é uma das mais baixas do mundo.

60. Os factos acima referidos mostram a importância da imposição da lei para a apreciação dos direitos humanos, na Eritreia. Um fator determinante importante, a este respeito, é a crescente relação polícia/comunidade. O impacto desta relação no aumento da consciência, responsabilidade e capacidade organizacional públicas para combater o crime e a corrupção, é, de facto, tranquilizador. A este respeito, existem canais bem estabelecidos para o compromisso e consultas com o público geral. Os seminários periódicos e as publicações, que estão orientados para a consciencialização do público relativamente à lei e à ordem, à responsabilidade comunitária, etc., são muito efetivos. Estes também edificam o público a todos os níveis e estruturas e criam uma tribuna para tratar de questões e assuntos levantados acerca de qualquer questão legal e segurança pública.

61. As reuniões e consultas organizadas são sistemáticas e contínuas e os dados de amostra da FPE demonstram a dimensão da tentativa. Uma média de 1.100 reuniões e seminários ocorre todos os anos, em toda a nação. A média do nível de participação anual situa-se em, aproximadamente, 520.000. O processo é transparente, altamente participativo e

transformacional. Ocorre a todos os níveis (nacional, regional e local) e é, também, organizado em contextos sociais. Estes incluem estudantes, comunidades a nível de aldeias ou de localidades urbanas, trabalhadores industriais, trabalhadores de transportes, profissionais e pessoas de negócios, assim como membros de várias associações e organizações nacionais. Além disso, seminários e reuniões semelhantes, mas separados são também organizados com ênfase posta no trânsito e na segurança pública.

62. Uma sensibilização regular acerca da ordem pública e da prevenção contra o crime é dada através dos meios de comunicação social. As forças Policiais da Eritreia conduzem um programa de rádio regular todos as semanas acerca da ordem pública, da segurança pública e da prevenção contra o crime. Uma coluna semanal sobre crime, prevenção e segurança pública também é publicada na imprensa escrita oficial. As FPE publicam uma revista bimensal popular e amplamente distribuída para sensibilizar uma população mais vasta (intitulada Polícia e Comunidade).

63. No *contexto acima referido, a capacidade de construção de instituições* constitui uma prioridade das FPE. As diretrizes padrão da polícia, os procedimentos e o código de conduta estão operacionais, estes são avaliados regularmente e atualizados em função do desenvolvimento emergente e da situação em concreto. Promove, continuamente, os seus agentes de polícia ao fornecer cursos e seminários de curta duração. Com base nos Planos dos 3 anos consecutivos, as FPE dirigem a prática para reforçar as forças da polícia ao formar novos recrutas e ao voltar a formar aqueles que já estão em serviço ativo. A formação abrange a prevenção e a investigação contra o crime, a lei e a ordem, técnicas laboratoriais e impressões digitais, o controlo e a gestão da circulação rodoviária, a gestão de TI e de dados, etc. A melhoria da eficácia e da efetividade dos serviços de polícia é também conseguida com avaliações e estudos. Um sistema de dados computadorizado tem permitido uma gestão sistemática dos registos criminais, o registo de todos os carros e de todas as violações ao código da estrada e uma gestão financeira e pessoal.

64. As FPE lançaram também o seu Plano Estratégico, em 2011, baseado numa avaliação nacional sobre a criminalidade e sobre os níveis de desempenho das principais atividades da polícia. Também submeteu um plano ao Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ENUDC) para uma cooperação internacional (em fevereiro de 2017) e foca-se em três áreas:

- A Prevenção da Criminalidade – Reduz, de 8 a 10%, a prevalência de crimes através da valorização.
- A Investigação Criminal – Melhoria das competências para acelerar a investigação ao completar o processo de mais de 80% de todos os casos no prazo de 28 dias, aumentando a percentagem de crimes resolvidos para cima dos 85%, e melhorando os processos de detenção, de busca e de investigação.
- Desenvolvimentos dos Recursos Humanos – atualmente, entre 7 a 10% dos membros das Forças Policiais da Eritreia recebem formações dentro e fora do país em todos os aspetos

das atividades da polícia; o que garante tentativas domésticas para prevenir e combater a criminalidade, e para superar as responsabilidades regional e internacional e a cooperação real para contribuir no combate dos crimes organizados transnacionais.

(v) (v) Liberdades Fundamentais

A Religião

65. A Eritreia é um estado secular no qual a liberdade religiosa é protegida pela lei. Também é uma cultura respeitada por todos os cidadãos. A história rica do país sobre a tolerância religiosa, a coexistência e a harmonia numa região turbulenta que é, frequentemente, atormentada por polarizações e conflitos religiosos agudos continua a ser considerada como um bom exemplo. Assim, uma tentativa contínua é feita para reforçar a coexistência religiosa, o respeito mútuo e a tolerância. Mesmo nos confins do laicismo, o Governo tem assumido as obrigações para assegurar que a tolerância e a harmonia religiosas seculares não sejam perturbadas por novas tendências induzidas por fatores exteriores de fundamentalismo islâmico ou cristão que corroem o tecido social.

66. Em geral, as entidades religiosas têm as suas respetivas hierarquias e dirigem as suas próprias eleições para estas respetivas hierarquias – o Sínodo, o Dar-al-Iftae e outros órgãos de processo de tomada de decisão sem qualquer tipo de intervenção proveniente de qualquer lado, incluindo do Governo. As instituições religiosas e as suas lideranças desempenham um papel importante na consolidação da harmonia e na coesão social da sociedade. O mecanismo de coordenação conjunta inter-religiosa que criaram constitui uma grande vantagem e os líderes religiosos trabalham juntos para tratar dos problemas sociais básicos sem qualquer tipo de discriminação. Neste espírito, os feriados religiosos cristãos e muçulmanos são celebrados durante festividades conjuntas inter-religiosas por pessoas a níveis local, regional e nacional. Promovem também projetos para ajudar sem discriminação e em advocacia conjunta comunidades e grupos vulneráveis a nível local, regional e nacional. Os exemplos são muitos, mas o que segue pode dar uma indicação da sua determinação e contribuição: -

- apoiar as famílias das pessoas internamente deslocadas como resultado da guerra fronteiriça com a Etiópia e a consequente ocupação de territórios soberanos da Eritreia.
- a participação dinâmica na luta contra o HIV/SIDA.
- o papel e a contribuição no projeto de apoio às famílias de Mártires.
- a campanha contra a MGF/C (Mutilação Genital Feminina/Corte) e o casamento precoce.

67. A operação de novas crenças, com financiamento proveniente de uma fonte externa, é, no entanto, um assunto visto no contexto da Lei 73/1995. Estes grupos recusaram de cumprir com os requerimentos básicos da Lei e com o procedimento administrativo estabelecido em conformidade. Eles agitaram-se para semear a discórdia entre as diferentes confissões religiosas. Nesta ótica, o Governo consolida a implementação da Lei e solicita que as novas confissões religiosas se registem e declarem a sua fonte de financiamento. A maioria não

queria cumprir com os regulamentos porque são dirigidas por grupos e financiamento externos.

68. Além disso, as Testemunhas de Jeová perderam há muito o seu estatuto legal quando recusaram reconhecer o “governo temporário” depois da libertação e se opuseram ao processo de referendo conduzido em abril de 1993 para determinar o estatuto independente da nação após 30 anos de luta para a libertação nacional. Os grupos falharam no cumprimento das leis e outros continuaram a semear a discórdia entre as diferentes confissões religiosas. Também tentaram destabilizar o tecido social e politizar as suas atividades. A Lei da Eritreia proíbe a politização da religião e, conseqüentemente, são tomadas medidas apropriadas para restringir tais atividades.

Organizações Sociais e Liberdade de Reunião

69. A liberdade de associação e de reunião é também respeitada por lei. O Aviso Legal nº 5 de 1992 sobre o “Registo de organizações e associações nacionais não governamentais” estabeleceu igualmente as condições adequadas para a sua criação e funcionamento. Durante o período do relatório, mais de 33 organizações nacionais estão operacionais. A Lei da Eritreia sobre o trabalho defende também os direitos dos trabalhadores e atualmente existem cerca de 190 sindicatos operacionais.

70. As associações e os sindicatos têm as suas próprias constituições, líderes eleitos e ativistas e realizam congressos, conferências, reuniões e atividades regulares e pontuais. Veteranos da luta de libertação, comunidades locais, grupos sociais e culturais formaram também associações e são ativos nos domínios sociais e culturais das suas comunidades. Assembleias iniciadas nos níveis da comunidade desempenham igualmente um grande papel na criação de plataformas para discutir e resolver os assuntos sociais, económicos, culturais e administrativos. Assim, um sistema de associações nacionais, sindicatos e outros encontros sociais é uma realidade e inclui as quatro categorias seguintes:

- Associações da sociedade civil que contribuem para os objetivos gerais de desenvolvimento nacional - a União Nacional das Mulheres da Eritreia, a União Nacional dos Jovens e Estudantes da Eritreia e a Confederação dos Trabalhadores da Eritreia;
- Grupos de interesse criados para promover os interesses profissionais (Associação dos Engenheiros, enfermeiros, químicos, farmacêuticos, médicos, cientistas da agricultura, etc.), os interesses dos trabalhadores (várias federações e sindicatos abrangendo vários setores e atividades, incluindo a agricultura rural e o empoderamento económico das mulheres);
- Organizações criadas para atender às necessidades especiais de cidadãos afetados por problemas físicos, intelectuais e de desenvolvimento na sociedade (Associação Eritreia dos Deficientes, Associação de Surdos, Associação dos Cegos, Associação Nacional das Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento, etc.).

- Associações e organizações a nível comunitário - incluindo associações de combatentes veteranos, associações comunitárias, grupos e redes culturais, etc.

71. Todas essas associações são entidades autónomas e, uma vez registadas, trabalham de forma independente. Existe uma colaboração estreita com os respetivos setores ligados ao governo. No entanto, não existe uma polarização de interesse e o interesse nacional permaneceu a marca do esforço coletivo e do progresso. As organizações sociais contribuíram, assim, na mobilização, nas organizações e na criação de capacidade nacional. Além disso, são elementos de importância capital na defesa e sensibilização sobre os principais assuntos do desenvolvimento nacional. Há sempre um envolvimento contínuo em assuntos de políticas e estratégias e participam ativamente nos esforços do governo para a transformação e o progresso. Algumas delas têm igualmente relações regionais e internacionais e estabeleceram relações entre as pessoas nas suas respetivas áreas de mandato. Embora tenham sido desenvolvidos esforços contínuos por parte das organizações nacionais para obter o estatuto ECOSOC a nível internacional e regional, apenas as Associações de Cegos e dos Diabetes garantiram o estatuto a nível da África. Portanto, a este respeito, é necessário fazer muito mais.

Liberdade de Expressão

72. O princípio fundamental da Carta Nacional, da Constituição da Eritreia de 1997 e dos códigos e leis nacionais é o de que os cidadãos têm o direito à expressão e a opiniões legais sem qualquer interferência. Os cidadãos são tanto participantes como beneficiários de informação e de ideias sendo que todos são iguais, sem discriminação. Contudo, isto exige responsabilidade por parte de cada cidadão e relaciona-se com o interesse coletivo da nação e da sociedade. Por isso mesmo, é vinculado pela Legislação Eritreia e exige proteção da segurança nacional, da ordem pública e dos valores básicos da nação bem como do respeito pelos outros.

73. A este respeito, os *meios de comunicação social públicos* têm sido reforçados e refletem a verdade e a realidade do desenvolvimento nacional. Os meios de comunicação têm ajudado à implementação de um pensamento progressivo, de uma cultura transformacional e de informação fiável, que são valores instrumentais de uma sociedade do conhecimento. Além disso, estes meios ajudaram a consolidar a participação responsável de cada cidadão. Por outro lado, o desenvolvimento e os assuntos regionais e internacionais, são também tratados diariamente. Logo, o contributo da criação de meios de comunicação eritreus para a liberdade de expressão é determinado pelo seu carácter democrático. Assim, os programas de rádio são disponibilizados em todas as línguas da Eritreia e os programas de televisão são transmitidos em Tigrínia, Tigré, Árabe e Inglês. São também integradas, nos programas disponibilizados, apresentações noutras línguas locais. No geral, têm sido feitos esforços contínuos para aumentar e reforçar os programas de televisão e de rádio. A Imprensa Escrita está também a surgir como parte importante deste desenvolvimento. Os jornais oficiais em quatro línguas (Tigrínia, Tigré, Árabe e Inglês) são amplamente divulgados e estão também a desenvolver-

se várias revistas com objetivos específicos e que são publicadas por vários ministérios, agências e associações nacionais e organizações cívicas. As instalações e os programas dos meios de comunicação eritreus têm em conta a grande participação do público.

74. As instalações e os programas dos meios de comunicação eritreus têm em conta a grande participação do público. Estes são uma plataforma para a reflexão crítica, a opinião construtiva e o conhecimento. São promovidas discussões e opiniões exaustivas sobre as políticas do Governo, sobre o desenvolvimento, a administração, a Justiça, os valores, as artes, a cultura e o desporto, os assuntos internacionais, etc. Existem programas em que os espectadores podem ligar para expressar as suas opiniões e críticas. Pessoas com importância na difusão de influência e de informação são também convidadas para os painéis de discussão da rádio e da televisão. Existem também assuntos temáticos que interferem com os direitos fundamentais, com a malha social e com os direitos conexos, como a igualdade das mulheres, a mutilação genital feminina (MGF) e o casamento precoce, a educação e a proteção das crianças, a reintegração de pessoas com deficiência, a capacitação dos jovens, etc.
75. Para promover a Liberdade de Expressão através das atividades culturais, o Governo encoraja a produção e a distribuição de várias contribuições a nível cultural. Muitos escritores têm produzido e distribuído continuamente livros, trabalhos literários (na maioria das línguas eritreias), publicações e documentos históricos, leitores suplementares para todos os níveis de educação, etc. São produzidas peças de teatro e filmes por indivíduos ou por grupos de artistas em várias línguas. Para além disso, são organizadas Conferências Internacionais com o intuito de promover o desenvolvimento de investigações e de integrar as competências da Eritreia na esfera intelectual internacional. A International Conference on Language Development in Africa (1999), a International Early Childhood Conference (2002), a International Conference of Solidarity on Decent Work (2016), e a International Conference on Eritrean Studies são alguns dos exemplos mais recentes. Estas iniciativas têm sido essenciais para revelar as aspirações e o potencial dos jovens da Eritreia. Enquanto todos os esforços acima mencionados contribuíram significativamente para o fortalecimento da cultura da liberdade de expressão, os seminários e as discussões a diferentes níveis e com diferentes objetivos servem também para consolidar o pensamento crítico e a participação das pessoas.
76. O crescente desenvolvimento de comunicações por Satélite possibilitou a existência de um novo domínio na cultura de expressão entre os Eritreus. Há um enorme crescimento no que toca a antenas de televisão por satélite que se espalharam por todo o país, incluindo por áreas rurais e pelas periferias. Com os descodificadores padrão que a maior parte das famílias tem, as casas têm acesso a mais de 600 canais de televisão e de rádio estrangeiros por cabo que transmitem programas 24 horas por dia sem qualquer restrição. Grandes canais como a CNN, a BBC, a Al Jazeera, a CCTV, a France 24, a Euronews, a Ethiopian e outros canais de televisão de países vizinhos estão disponíveis no Arabsat e no Nilesat que são facilmente acedidos por estes descodificadores.

Direitos dos detidos

77. Nos últimos 17 anos, tem sido feito um esforço contínuo para expandir e reforçar o sistema penitenciário que administra 11 estabelecimentos prisionais (1 deles na capital apenas para mulheres). A ideia é que as pessoas que estão detidas sejam tratadas com humanidade e que a sua dignidade, segurança e desenvolvimento sejam garantidos de acordo com os Códigos Nacionais. Consequentemente, os objetivos subjacentes e o principal propósito dos Serviços Correcionais e de Reabilitação da Eritreia (SCRE) têm sido os de reabilitar pessoas condenadas para que elas se tornem cidadãos obedientes da lei e produtivos quando estes forem reintegrados na sociedade. Na prática, o Regulamento dos Serviços Prisionais é rigorosamente seguido e implementado. São dadas orientações aos prisioneiros sobre a forma como é administrado o centro e é dado acesso à regulamentação para que eles saibam quais os seus direitos e deveres. São-lhes também dadas orientações e informações sobre como denunciar qualquer tipo de abusos. Neste sentido, os oficiais da polícia da prisão (PP) que violem este regulamento serão julgados pela lei. Existem códigos de conduta internos para fazer cumprir o regulamento.
78. O crescimento das instalações e dos serviços indica uma priorização da segurança humana e do desenvolvimento humano dos detidos durante o período do relatório:
- 5 centros desenvolveram as suas secções de internamento nas clínicas dentro das prisões;
 - 1 centro tem o seu próprio laboratório;
 - 7 centros têm serviços de Aconselhamento sobre a SIDA (em 1999 não existia nenhum);
 - 8 centros desenvolveram programas de Educação que vão até ao nível do Ensino Secundário (em 1999 existiam apenas 2);
 - 6 centros têm programas de formação em informática e programas vocacionais em artes gráficas, eletricidade, contabilidade, culinária, costura, e ainda, se pedido, em língua Árabe; em 2016, 323 pessoas frequentaram estes programas vocacionais (em 1999 não havia qualquer programa).
79. A promoção de uma vida digna é um dos objetivos mais importantes e, enquanto tal, os prisioneiros têm o direito à educação, ao entretenimento, aos serviços de saúde, às práticas religiosas, ao desporto e à cultura, a ações de sensibilização e a programas de criação de capacidades. Para tal, o sistema dirige uma rede de clínicas, programas académicos e vocacionais, desporto, cultura e outras instalações. As ações de sensibilização, em particular, focam-se no HIV/SIDA, nas doenças principais como Hepatite, Tuberculose (TB), etc., nos códigos Nacionais da Eritreia, na igualdade das mulheres, no desenvolvimento nacional, nos hábitos de trabalho e na cultura, nas causas e nos efeitos do stress psicológico e noutros temas importantes. São feitos esforços para a sensibilização e o ativismo contínuos sobre o HIV/SIDA e sobre a Tuberculose em todas as prisões. Tal é feito pelos hospitais regionais, mas todas as clínicas das prisões têm também centros de Aconselhamento sobre o HIV. Além

disso, a revista trimestral dos Centros de Prisões e de Serviços de Correção serve também como uma fonte de discussão entre os reclusos.

80. Foi implementado o direito dos detidos a crenças e práticas religiosas sem restrições de acordo com o Artigo 2 (2-9) do Regulamento dos Serviços Prisionais. Os prisioneiros continuam a rezar, a jejuar e a observar outros rituais característicos da sua religião e crença. Na maioria dos Centros de Reabilitação e de Correção, tudo isto é feito nas celas, mas o Centro de Detenção de Sembel, na capital, tem uma Capela e uma Mesquita.
81. Os grandes centros prisionais têm também as suas próprias instalações que estão equipadas com laboratórios básicos. Os casos mais graves são encaminhados para as instalações de saúde nacionais. O Hospital Nacional de Referência em Asmara tem uma secção de internamento dedicada aos prisioneiros. Os dados de 2016 mostram a crescente eficácia e eficiência dos serviços de saúde para os detidos. Em 2016, foram prestados cerca de 15.378 tratamentos, 11.290 tratamentos e 620 internamentos nas clínicas das prisões e 3.321 detidos foram mandados para os hospitais regionais, dos quais 147 foram hospitalizados. Os serviços de rotina médica dos hospitais ortodônticos e de oftalmologia são também cedidos e 308 detidos de várias prisões foram já tratados.
82. As políticas nacionais de Educação foram implementadas em todos os centros prisionais. Todas as prisões têm programas académicos e a partir de 1997 os detidos costumavam participar nos exames de admissão à Universidade, mas em 2002 estes foram descontinuados devido a problemas técnicos. Os serviços prisionais em conjunto com o Ministério da Educação já resolveram o problema e desde 2012 os detidos já voltaram a participar nos exames. Para além disso, recentemente chegou-se a um acordo com o Conselho Nacional do Ensino Superior para que os detidos que conseguiram ter notas de aprovação no Exame Final do Ensino Secundário possam continuar os seus estudos em Instituições de Ensino Superior.
83. Em todos os centros prisionais há várias atividades culturais e desportivas. Há diferentes tipos de atividades, ao ar livre e no exterior, que foram implementadas para promover a saúde física e o bem-estar psicológico dos detidos. São organizados, periodicamente, torneios dentro e entre os serviços prisionais. Todas as principais prisões têm um grupo cultural próprio e são realizadas atividades durante os feriados e eventos nacionais, celebrações religiosas e em ocasiões especiais. Adicionalmente, o acesso à rádio, à televisão, incluindo aos serviços de televisão por satélite, e à imprensa escrita ajuda-os a manterem-se informados sobre os assuntos nacionais e internacionais.

C. Direitos Sociais, Económicos e Culturais

(i) Esforço a Nível Macro e orientação como contexto

84. Nos últimos 18 anos, o progresso económico, social e cultural levou ao grande desenvolvimento nacional que estimula a promoção dos direitos básicos. O quadro

institucional e legal do Estado respeita a igualdade de direitos dos cidadãos em aceder aos serviços sociais publicamente financiados dentro dos limites dos seus recursos. Adicionalmente, protege o bem-estar social de todos os cidadãos, especialmente dos mais desfavorecidos e vulneráveis. No contexto acima descrito, as políticas e planos do sector têm sido implementados para que possam, progressivamente, satisfazer estes direitos.

85. Depois do culminar da violência ativa instigada pela violência da Etiópia sob o pretexto de um litígio fronteiriço, a Eritreia embarcou numa campanha de desenvolvimento pós-guerra chamada “Warsay-Yikealo” (*falada com maior detalhe na secção O Direito ao Desenvolvimento*). Esta campanha de desenvolvimento pós-guerra teve como objetivo revitalizar a economia, melhorar as condições de vida, restabelecer a malha social e reforçar os resultados da paz afetada pela guerra e pela seca. Em termos de estratégia, a campanha focou-se em entraves cruciais e maximizou a exploração das vantagens comparativas para atingir o progresso.

86. Apesar dos fatores limitativos dos recursos, das hostilidades e da arquitetura regional desfavorável que não conduz ao desenvolvimento, a campanha tem tido ganhos promissores na economia e no desenvolvimento social e cultural da Eritreia. O Governo e as pessoas, e em particular os jovens, têm trabalhado continuamente para atingir o objetivo que, acima de tudo, tem estado intimamente ligado com a segurança nacional, o interesse nacional e o futuro viável do país. Este esforço tem sido impulsionado pelas estratégias de desenvolvimento geral e tem tido um impacto em todos os direitos básicos. Os princípios seguintes são o motor para os esforços do Governo:

- os direitos dos seres humanos são da responsabilidade primária do Estado e um padrão de vida digno continua a ser considerado o epicentro do desenvolvimento;
- o empenho do Estado é baseado no contexto, nas necessidades e na melhoria dos ideais da sociedade sendo, desta forma, as prioridades definidas em conformidade;
- a igualdade de direitos e de oportunidades é promovida pela lei nacional;
- a determinação para evitar a deterioração dos serviços e dos direitos é sempre mantida como uma prioridade, apesar das ameaças e da hostilidade externas;
- a maximização da utilização dos recursos disponíveis é mantida para garantir os interesses das pessoas.

(ii) Padrão de vida digna

87. A Eritreia expandiu e fortaleceu o seu sector estratégico social para promover uma vida digna para todos os cidadãos. Este é um paradigma integrado que se centra nas pessoas e que promove a dignidade, a segurança e o desenvolvimento humano. Logo, este foca-se na segurança alimentar, na segurança sanitária, segurança da água, segurança do meio ambiente e segurança social. O paradigma salienta também o papel decisivo da educação como um

pré-requisito e uma condição para o desenvolvimento geral na vida política, económica, social e cultural das pessoas.

Segurança Alimentar e Direitos Básicos

88. Nos anos imediatamente após a Independência da Eritreia, 75% da população dependia de ajuda alimentar e os indicadores sociais de alimentos e de nutrição mantiveram-se alarmantes. De facto, a agricultura, como acontece em muitas partes da África subsariana, incluindo a região do Corno de África, está a ser grandemente afetada pela seca recorrente. A agricultura da Eritreia permaneceu, sobretudo, arcaica e tradicional, e, para além disso, a precipitação é irregular. A pobreza na Eritreia está, assim, intimamente associada com a agricultura, com sistemas de produção agro-pastoril e de pesca artesanal que, como foi dito, são tradicionais. Cerca de 65 a 70% da população depende de quintas alimentadas pela chuva que raramente usam insumos agrícolas modernos e a produtividade é baixa e inadequada para cobrir as necessidades básicas do lar. A segurança alimentar e a satisfação nutricional são, por isso, determinadas pelo princípio da autossuficiência e da prevenção da dependência de ajuda alimentar, e o direito aos alimentos é uma prioridade.

89. A política macroeconómica, a Estratégia e o Programa Nacional de Política Económica (*National Economic Policy Framework and Program - NEPPF*) e outros planos e estratégias relacionadas servem, então, de base para este esforço. Adicionalmente, a Política e Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Agricultura (*National Agricultural Development Strategy and Policy*) orientam os esforços do plano sectorial no que diz respeito a este assunto. Apesar dos desafios, têm sido feitos esforços para promover a transformação estrutural e para aumentar a produtividade da agricultura. Logo, assegurar a disponibilidade, acessibilidade e viabilidade dos alimentos tem sido uma importante missão. Apesar de certos fossos nos dados sobre a pobreza no final do período e nos dados demográficos que podem ser usados para avaliar o número e o tipo de pobreza, o Governo acredita que o país tem feito progressos em direção à eliminação da pobreza e da fome. Os dados seguintes mostram o progresso.

- De acordo com os dados atualizados do Banco Mundial, a economia da Eritreia cresceu à taxa de 10,9% (1993-97) e à taxa de 9,0% (2011-12)¹. Tendo em conta o número estimado de população de 5,1 milhões, o Banco Mundial estimou que o PIB per capita seria de aproximadamente USD 544,00. A estimativa do Governo sobre a população residente no país é de 3,65 milhões (2015) o que implica um rendimento per capita do PIB de US\$2,61 mil milhões (preços praticados em 2011). Além disso, o Banco Mundial traça um cenário favorável a médio-prazo, sustentado principalmente pelas atividades mineiras. Desta forma, e apesar de os dados da distribuição do rendimento e da riqueza não estarem prontamente disponíveis, a visão geral do Banco Mundial sobre a economia da Eritreia sugere uma melhoria significativa a nível macroeconómico.

¹Fonte: (<http://www.worldbank.org/en/country/eritrea>), Visão Geral, atualizada a 22, set., 2015.

- A eliminação da pobreza e o reforço da segurança alimentar são, por isso, os pilares das políticas e dos programas de desenvolvimento do Governo da Eritreia. Tem sido criada uma base institucional e legal forte e é expressada num vasto número de documentos, incluindo os Planos Nacionais Indicativos de Desenvolvimento, 2009-2013 e 2014-2018. O objetivo central é o de promover um progresso partilhado inclusivo, sustentável e amplo. O esquema de desenvolvimento integrado rural é um trabalho importante para beneficiar as comunidades rurais onde há mais pobreza, uma vez que a maioria da população da Eritreia vive em zonas rurais e obtém o seu sustento através da agricultura e de atividades agro-pastoris e pesqueiras.

90. O Programa de Segurança Alimentar do Governo está investido no melhoramento da produtividade agrícola através da modernização da agricultura, incluindo o uso de sistemas de irrigação modernos. A conservação do solo e da água é também uma tarefa importante no que concerne à segurança do ambiente e na concreção da segurança alimentar. Hoje em dia, estão disponíveis mais de 624 lagos, 148 pequenas barragens, 78 barragens médias e 65 barragens grandes. Juntamente com muitos poços e furos de água que foram abertos, tudo isto contribuiu para o aumento da disponibilidade de água para a agricultura, para consumo doméstico e para o gado. Para além disso, a Eritreia está a seguir uma abordagem dualista para conseguir segurança alimentar a nível nacional e doméstico de forma sustentável. Esta consiste em/:

- construção das infraestruturas de água e de irrigação necessárias para conseguir colheitas adequadas a cada ano que possam corresponder à procura interna independentemente das flutuações e dos caprichos das chuvas num ambiente ecologicamente frágil;
- Reforço do rendimento das famílias rurais através de iniciativas ao nível do sector e de intervenções semelhantes adaptadas a nível nacional. O Esquema faseado de Agricultura Integrada tem como objetivo complementar o rendimento sustentável das famílias através da diversificação e da prestação (subsídios/acordos de baixo crédito) de 1 vaca, 25 galinhas, 2 colmeias, 20 árvores (10 árvores de fruto, 5 para alimentação animal e 5 como fontes de energia através da poda regular) e entre 1000 e 2500m² de terra.

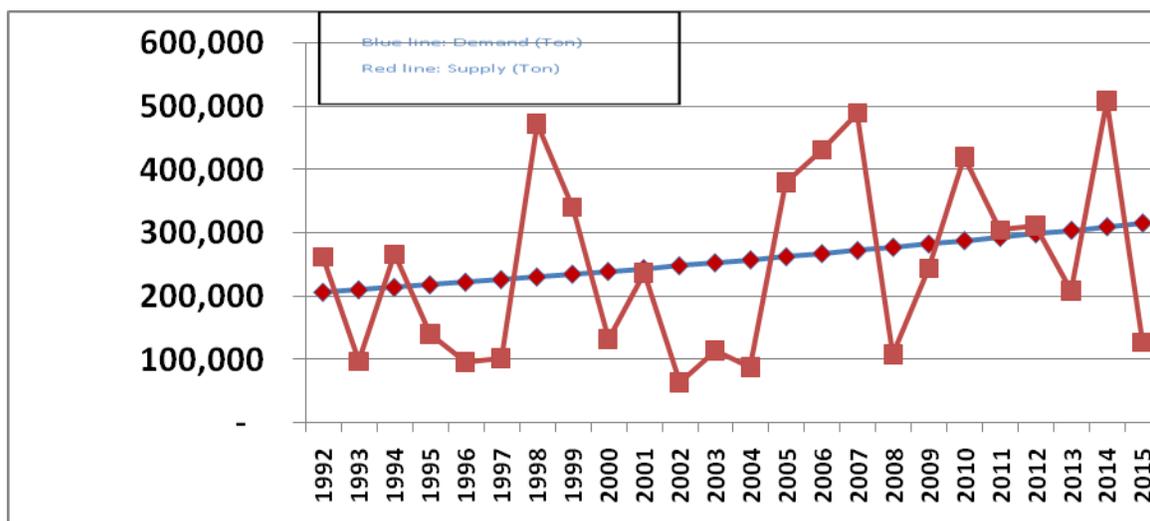
91. Neste sentido, a eliminação da pobreza no geral e a malnutrição de crianças abaixo dos cinco anos de idade, em particular, são prioridades para o Governo. Assim, o Governo estabeleceu recentemente um Comité de Direção sobre a Segurança Alimentar e Nutricional nacional (FNNSC) que derivou dos Ministérios da Agricultura, da Saúde, dos Recursos Marítimos, do Comércio e Indústria e do Instituto de Normalização Eritreu. O objetivo é o de melhorar o acesso a alimentos seguros, nutritivos e acessíveis no domínio doméstico e, nesse sentido, formou-se um Comité Técnico (FNNTC) mandatado para:

- Coordenar as atividades relacionadas com a segurança alimentar e nutricional e estabelecer uma parceria forte entre as partes interessadas, inclusive as agências da ONU;

- Assegurar a adequação nutricional das crianças com menos de cinco anos bem como a de mulheres grávidas e a amamentar.
- Acelerar a revisão da política com vista à eliminação da malnutrição; e
- Aumentar a produção de alimentos diversificados e produzidos localmente.

92. A política nacional do Governo para a eliminação da pobreza e as suas intervenções altamente focadas nas comunidades rurais melhoraram os padrões de vida de todos os eritreus, especialmente daqueles que foram deixados para trás. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) relativos à pobreza e à fome extrema são também atingidos. Espera-se que fiquem disponíveis informações complementares logo que o sistema estatístico estiver pronto e que tenham sido realizados inquéritos adequados.

93. Como é mostrado na tabela em baixo, estima-se que a média anual de procura de cereais (indicada no gráfico pela linha horizontal ascendente) na Eritreia, nos últimos 17 anos variou entre cerca de 220.000 toneladas em 1999 e 310.000 toneladas em 2015 (um crescimento médio anual de 2,72%). A oferta (a linha em ziguezague no gráfico) oscilou entre um mínimo de cerca de 70.000 toneladas (em 2002 durante o período de seca) e entre o máximo de 510.000 toneladas em 2014. A produção de vegetais e de fruta também aumentou progressivamente passando de 119.061 toneladas em 1999 para 288.700 toneladas em 2014, numa média de 85.000 toneladas por ano (a produção em 1992 e em 1998 era de 42.579 e 74.925 toneladas, respetivamente). Para além disso, o desenvolvimento da pecuária, a produção de aves, o leite e outros bens também têm contribuído progressivamente para o esforço acima mencionado.



133. O Governo fez também um investimento significativo na transformação estrutural da agricultura. Este investimento tem abrangido a diversificação da produtividade agrícola, a mecanização da agricultura, o recurso a sistemas e tecnologia de irrigação, a criação de uma

cadeia alimentar, a introdução dos preços e da manutenção pós-colheita e a construção de capacidade a nível nacional. Nos últimos 17 anos

- foram produzidas 4.544.316 toneladas de cereais (uma média de 267.313 toneladas por ano), 3.258.914 toneladas de vegetais (uma média de 203.682 toneladas por ano), e 1.293.293 toneladas de fruta (uma média de 80.830 toneladas por ano); a média de produção anual é estimada em 535.090 toneladas;
- O indicador social de 2,0 calorias/pessoa/ano é tido como uma medida de disponibilidade de comida e de valor nutricional, que, idealmente, abrange de 73 a 75% da procura (3,7 milhões da população). Tendo em consideração todos os parâmetros na situação objetiva, este é um fato importante no que diz respeito à disponibilidade da comida e às necessidades nutricionais;
- A média de produção anual nos últimos 17 anos (ainda com alguns dados de 2015 em falta) é de 535.090 toneladas cultivadas numa área média anual de 474.168ha;
- A produção estima-se ser de uma média de 1,2 toneladas/hectare, o que indica o progresso significativo que já foi feito. Para além disso, os dados do MOA indicam que, em áreas de grande precipitação, esta média aumentou para 1,5-2 toneladas, enquanto na agricultura por irrigação atingiu um máximo de 3 toneladas por hectare.

134. O aumento da produtividade agrícola através dos sistemas de irrigação tem também mostrado progressos. O Governo apostou em sistemas modernos de irrigação e mais de 58.000 hectares foram cultivados através da tecnologia de irrigação (apenas 9% da terra disponível com potencial para este sistema). Isto aumentou a produção por hectare e a previsibilidade da produtividade, e a oportunidade de colheita duas ou três vezes por ano contribuindo, por isso, para a disponibilidade de alimentos. Apesar disto, está planeada uma maior expansão. Em anos recentes, o sistema tem sido usado para capacitar os agricultores e para contribuir para a sustentabilidade agrícola. Consequentemente, cerca de 683 agricultores estabeleceram-se perto da barragem de Kebetet, mais de 1.700 perto da barragem de Gerset e centenas (de diferentes aldeias) perto da barragem de Logo. Todos eles têm uma terra atribuída e beneficiam de irrigação, de eletricidade e de infraestruturas de água criadas pelo Governo para promover modelos transformados de agricultura comercial a nível doméstico. Até agora, a experiência tem sido positiva e promissora, e está também a ser planeada uma maior expansão.

135. Têm sido dados passos importantes para o esforço geral em relação à segurança alimentar, mas ainda há muito mais para fazer uma vez que o objetivo vai para além da criação de autossuficiência alimentar; este está relacionado com o intuito de criar contingências para eventualidades. Portanto, o Governo declarou um Conselho de Administração de Grãos sob a Lei Nº. 30/1993 e tem tido uma posição ativa no armazenamento de quantidades significativas durante os períodos de colheita abundante. No geral, o investimento e o progresso nos últimos 18 anos seguramente estabeleceu a base para um futuro melhor, com os temas da alimentação e da nutrição a ser moderadamente abordados. A Eritreia está, por isso, a avançar na direção certa para alcançar uma segurança

alimentar que garanta a disponibilidade, acessibilidade e viabilidade de alimentos de uma maneira que cumpra os requisitos padrão mínimos, como um direito universal.

136. Em circunstâncias difíceis, quando não houve precipitação e os mercados alimentares dispararam, o Governo usou as suas reservas como medida de contingência. Mais ainda, este tem defendido proactivamente o direito das pessoas através de medidas prudentes de estabilização do mercado. Logo, são precisas medidas de subvenção para aliviar os problemas. *O Programa Hidri*, sobre os subsídios alimentares, é uma intervenção que reflete o comprometimento do Governo e gere 201 centros (consultar a tabela).

Região	Sub-regiões	Centros
Sudeste	12	25
Central	16	64
Gasha Barka	14	24
Anseba	11	25
Mar Vermelho do Norte	10	38
Mar Vermelho do Sul	4	25
Total	67	201

Repartição regional dos Centros Hidri

137. Os objetivos do programa são os de assegurar a disponibilidade, acessibilidade e viabilidade, especialmente para aqueles afetados por qualquer escassez e vulnerabilidade alimentar. Uma média de cerca de 10 itens alimentares essenciais são vendidos a preços subvencionados e alguns itens a preços racionais por forma a aliviar o problema e a reverter os preços inflacionados do mercado alimentar. O volume fornecido é determinado pelo tamanho da família e é gerido como sendo um direito básico que deve ser respeitado. Por razões logísticas, nem todos os itens básicos estão disponíveis em algumas regiões. Contudo, a distribuição demográfica equitativa em todas as regiões e sub-regiões, as tarifas e a distribuição racionais, bem como o grande subsídio que foi investido, atesta o comprometimento do Governo. Nos últimos 15 anos, nunca houve falta de alimentos que expusesse as pessoas à fome.

138. É mantida a monitorização dos padrões dos alimentos para assegurar a qualidade e a segurança. O Aviso Legal Nº. 33/1997 promove a questão do padrão na sociedade. Para além disso, a Lei de Quarentena Fitossanitária nº. 156/2006 foi aplicada para prevenir a introdução e dispersão de doenças através da importação de vegetais e de produtos vegetais, para aplicar medidas adequadas para o controlo da introdução de organismos nocivos e prevenir a presença de doenças nos vegetais e nos produtos vegetais durante a exportação. A este respeito, o Aviso Legal Nº. 114/2006 tem sido aplicado de forma rigorosa para regular a importação, o manuseio, o uso, o armazenamento e a eliminação dos pesticidas. Por outro lado, o Aviso Legal Nº. 113/2006 tem sido aplicado para determinar os padrões para o leite e de fábricas de produtos lácteos. Isto tem garantido a produção de leite higiénico e seguro e a proteção da saúde dos consumidores. Têm sido tomadas medidas preliminares para promover centrais de armazenamento de leite, em três grandes cidades, e para assegurar a qualidade e a entrega segura. Foram criadas três câmaras frigoríficas com capacidade para mais de 17.000 toneladas para preservar bens alimentares num ambiente seguro.

139. Por regra, os Ministérios da Saúde, da Agricultura e do Comércio e Indústria, em colaboração com estruturas de administração locais, continuam a monitorizar a segurança e os padrões dos produtos alimentares. Isto inclui o processo de entrega e de qualidade. Contudo, esta questão continua a ser um grande desafio, em particular em relação aos materiais e às instalações de importação e de embalamento de alimentos. Algumas das maiores questões em que têm de ser feitos mais esforços podem ser as seguintes:

- Procedimentos de desenvolvimento e de revisão para a emissão de certificados de qualificação para fábricas de transformação agrícolas;
- Reforço de medidas de quarentena e administração e supervisão dos controlos fronteiriços;
- Emissão de certificados sanitários e fitossanitários para exportação de animais e de vegetais e licenças para exportação e importação de animais e vegetais, bem como os seus produtos.

Serviços de Saúde como um direito

140. As Políticas de Saúde Nacionais da Eritreia (2010) têm permitido o benefício do mais elevado nível de saúde para todos como um dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. O Governo financia fortemente o serviço de saúde que é prestado de graça e sem qualquer discriminação. O compromisso principal são os cuidados de saúde primários. Desde 2000, tal tem vindo a ser implementado através de ciclos de planos estratégicos de cinco anos. Os princípios operativos da política são baseados na equidade, na abrangência dos serviços, na rentabilidade da tecnologia e das intervenções, na complementaridade com outros sectores, na descentralização, no desenvolvimento dos recursos humanos e na participação e mobilização da comunidade. De seguida, são apresentados alguns dos maiores instrumentos e planos implementados nas 2 últimas décadas:

- A Política Nacional de Saúde de 2010 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Setor Nacional de Saúde (2012-2016). As políticas e estratégias têm tido especial cuidado no que toca aos serviços de Assistência Médica para a Família e a Comunidade nas instalações de saúde e nas comunidades;
- A estratégia *Reach Every District (RED)* para a imunização é parte dos Serviços de Alcance Sustentável (*Sustainable Outreach Services - SOS*) que foram implementados e introduzidos nas áreas difíceis de alcançar;
- A Política e Plano Estratégico de Saúde do Adolescente, que defende que os adolescentes têm direito a ser ouvidos e a expressar as suas opiniões sobre as suas necessidades ao nível da saúde.
- A Gestão Integrada da Malnutrição Aguda (*The Integrated Management of Acute Malnutrition - IMAM*);
- A Gestão Integrada de Doenças Infantis e Neonatais (*Integrated Management of Neonatal and Child Illnesses - IMNCI*);

- A National Child Survival Strategy (NCSS) - o final de 2008 a servir como quadro de referência para uma melhor integração de programas relacionados com a Saúde Infantil Materna e Neonatal (NCSS), e a priorizar um pacote mínimo de intervenção eficaz;
- A política e estratégia de HIV na eliminação da transmissão de mãe para filho (e-MTCT).

141. Neste contexto, a priorização de intervenções integradas na primeira infância permitiu a detecção precoce de qualquer problema ou deficiência e teve repercussões na redução de efeitos secundários e a da sua gravidade, quando houve algum. O alto nível de resultados na imunização contra o pólio, o sarampo e, em particular, a vitamina A, é um grande sucesso a este respeito. A intervenção precoce é também integrada nos programas de saúde escolares através de um esforço conjunto dos Ministérios da Saúde e da Educação. As crianças têm direito a exames oftalmológicos, otorrinolaringológicos e odontológicos (incluindo através de centros de saúde móveis) e aqueles que têm problemas de saúde recebem a medicação e o apoio necessário. A identificação de problemas de saúde mental é também feita nas escolas, nas fases mais precoces.

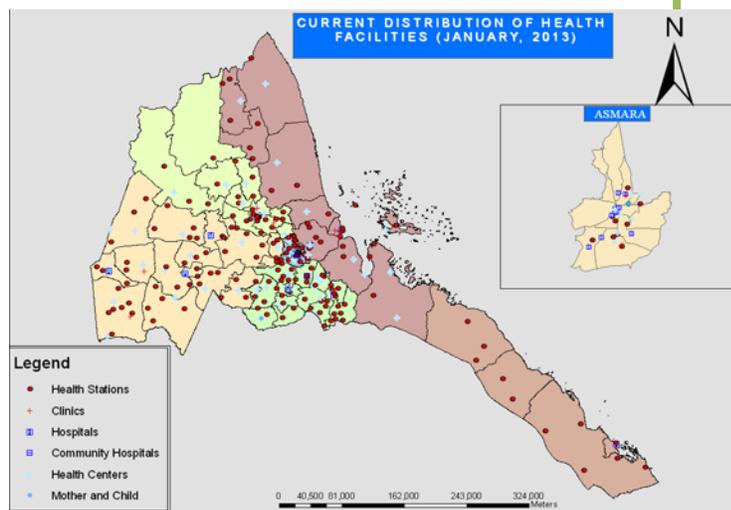
142. Contudo, algumas práticas tradicionais perigosas estão profundamente enraizadas na tradição e na cultura, em particular, a MGF e o casamento precoce que expõem os cidadãos a uma saúde precária e a incapacidade, e são, por isso, prontamente desencorajadas e combatidas. Consequentemente, têm sido reforçadas as medidas de apoio contra práticas tradicionais prejudiciais. Mais ainda, as administrações e as forças policiais tomam medidas administrativas e legais adequadas contra essas práticas prejudiciais. Desta forma, o respeito e a proteção contra a violação dos direitos das mulheres estão a ser cada vez mais desafiados com o apoio das comunidades para atingir os resultados desejados.

143. De modo geral, é feita uma monitorização regular dos serviços hospitalares e de clínicas, dos serviços de emergência de apoio, dos projetos de saneamento total liderados pela comunidade, dos pontos de água e dos estabelecimentos de alimentação e de bebidas. É também uma missão importante a do compromisso de controlar os efeitos de substâncias perigosas e tóxicas para a saúde em companhias mineiras. Os Relatórios de Responsabilidade Social e de Avaliações dos Padrões de Saúde mostraram o alto nível de segurança da mineração na Eritreia.

144. *A promoção de planos de saúde equitativos é, também, um dos principais planos de trabalho* e têm sido definidos serviços com mais ênfase nas áreas rurais e grupos sociais anteriormente negligenciados. Há 340 instalações de saúde por todo o país que compreendem uma hierarquia constituída por um hospital de referência nacional com serviços especializados, centros hospitalares de referência regionais, hospitais públicos, estações de saúde, clínicas (incluindo 7 clínicas de cuidados para a mãe e para a criança) e 43 salas de espera operativas para gestantes. Consequentemente, a distribuição demográfica é tal que mais de 60% da população, nas áreas rurais, têm acesso aos cuidados de saúde num raio de 5 km e 78% num raio de 10 km.

Descrição	1991	2016	% aumento
<i>Estações de Saúde</i>	72	256	255%
<i>Centros de Saúde</i>	5	56	1010%
Hospitais	16	28	75%
Total de instalações	93	340	266%
<i>Médicos</i>	20	232	1060%
<i>Especialistas</i>	2	78	3800%
<i>Rácio Médico/paciente</i>	1:40.000	1:15.086	62,3%
<i>Rácio Enfermeiro/paciente</i>	1:9500	1:3000	64,4%

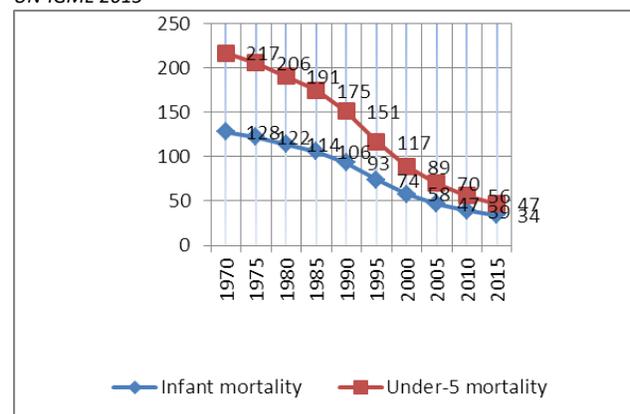
Tabela: Repartição demográfica dos serviços de saúde



145. Os avanços na tentativa de promover os direitos à qualidade nos serviços de saúde prestados às mães e aos filhos é uma questão prioritária no incremento de uma vida digna e de segurança para o ser humano. Relativamente a este assunto, a Eritreia apresentou enormes progressos. A taxa de mortalidade infantil até aos 5 anos reduziu-se de 69 por cento para 47 em cada 1.000 mortes em 2015. No mesmo período, a taxa de mortalidade infantil reduziu-se de 93 em cada 1.000 nados-vivos, em 1990, para 34 em 2015 e a taxa de mortalidade neonatal, de 34 em cada 1.000 nados-vivos em 1990 para 18 em cada 1.000 nados-vivos em 2015.

146. Um importante direito que contribui para assegurar uma contínua garantia de saúde, com grande influência da comunidade, é o sistema de vacinação eficiente e eficaz. As organizações OMS, ODM e PNUD confirmam que a taxa de vacinação, nas crianças até um

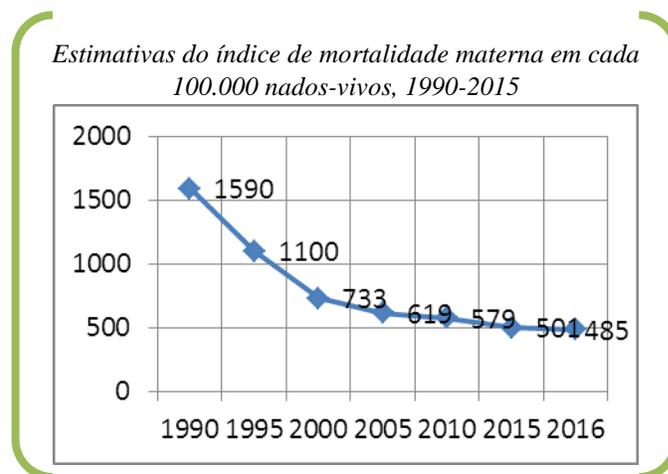
Índice de mortalidade infantil em cada 1.000 nados-vivos, 1970-2015. – UN-IGME 2015



ano de idade, da Eritreia, é de 98% (global 84%, África 73%, América 94% e Europa 94%). O alcance da vacinação é praticamente universal, acessível a todas as crianças e a todas as mulheres em idade reprodutiva. Há mais progressos na Eritreia, relativamente à vacinação, do que por toda a África, segundo o *UN data* universal. Em 2010, na Eritreia, a taxa de vacinação contra a poliomielite e o sarampo, por exemplo, foi de 99%, comparados aos 79% na região do sudeste africano (*ESAR*) e aos 81% e 78%, respetivamente, em toda a África. A versão final do plano de erradicação da poliomielite, da Eritreia, é também reconhecida pela Comissão de Certificação Regional de África (*ARCC*).

147. Também foi a Eritreia o primeiro país do Este de África a eliminar o tétano maternal e neonatal. Apesar de terem ocorrido alguns surtos de sarampo, especialmente em adultos não vacinados, o número de mortes por sarampo em crianças tem estado abaixo da média. Por esta razão, o sarampo, não é considerado motivo de preocupação de saúde pública para crianças com menos de 5 anos de idade, principalmente depois da introdução da segunda dose de vacinas anti sarampo, em 2013. Esta melhoria está intrinsecamente relacionada com os esforços feitos para garantir os direitos e a segurança das crianças e das mães a nível nacional.

149. Tal como é possível observar na seguinte tabela, a evolução do índice de *Mortalidade Materna* é a seguinte: as estimativas de 1990 até 2015 pelas organizações OMS, UNICEF, UNFPA (fundo de população das nações unidas), o Grupo Banco Mundial e a Divisão de População das Nações Unidas (WHO, 2015), revelam que a taxa de mortalidade materna diminuiu de 1.590 em cada 100.000 nados-vivos, em 1990, para 501 em 2015, tendo evoluído para 485 em cada 100.000 nados-vivos, em 2016. Por outras palavras, a taxa de mortalidade materna diminuiu de 70 por cento entre 1990 e 2016. O índice anual de diminuição da taxa de mortalidade materna entre 1990 e 2016 foi de aproximadamente 4,6%.



150. A política de saúde da Eritreia também tenta salvaguardar a segurança e proteção contra *as doenças e as principais ameaças à saúde*. Os principais alvos são a malária, a TB (tuberculose), o VIH/SIDA, entre outras doenças contagiosas. A malária é endêmica na Eritreia e, considerando-a como um sério problema de saúde pública, o Governo publicou o *Roll Back Malaria Strategy* (um programa de prevenção contra a malária), em julho de 1999. Desde então em 1999, a morbidade da malária, no total, diminuiu de 90 por cento, enquanto a mortalidade causada pela malária, no total, diminuiu de 86 por cento. Consequentemente, o exemplar progresso da Eritreia foi reconhecido pela União Africana (UA) e, a 30 de janeiro de 2016, a Eritreia recebeu um prêmio, o *Alma Award for Excellence in the Malaria Fight*. Além disso, os cerca de 90 em cada 100.000 casos de tuberculose correspondem, também, ao valor mais baixo, até ao momento, na região do Corno de África e do Este Africano. A comparação entre 1990 (*o ano anterior à Independência da Eritreia*) e 2014 é mostrada na tabela abaixo.

Indicadores	1990	2014	Redução
Incidência de TB	243	78	68%
Prevalência de TB	478	123	74,3%
Mortalidade por TB	12	4,7	60,8%
Mortalidade por TB/VIH		2	
Incidência de TB/VIH		4,9	

Controlo de Tuberculose – estimado por cada 100.000 pessoas

151. A Eritreia também tomou medidas para impedir a propagação do VIH. A prevalência do VIH tem sido combatida enquanto o número de casos ainda é reduzido, havendo uma estimativa de 0,9% no total da população. O respeito e a proteção dos direitos dos que estão infetados pelo vírus fazem parte, também, dos principais deveres do Governo, com total apoio e contribuição de todos os intervenientes não-governamentais. A instituição do *HIV/AIDS Persons Association* – associação de pessoas contaminadas pelo vírus do VIH/SIDA - (intitulado *Biddho* – significa *Desafio!*) também constitui um passo importante para evitar a estigmatização e a marginalização das vítimas. Durante este período, o Governo ajudou 5.654 pessoas contaminadas e afetadas pelo VIH/SIDA. Proporcionou-lhes uma ajuda monetária mensal de 35 USD para melhorarem a nutrição e reforçar o seu sistema imunitário, o que é crucial para a sobrevivência dos pacientes. A *NUEYS (National Union of Eritrean Youth and Students)* – União Nacional da Juventude e dos Estudantes - também já criou o *Eritrean Social Marketing Group*, uma organização não lucrativa que promove cuidados de saúde e fomenta a consciencialização, programas de educação, planos de ajuda e a distribuição de preservativos, de modo a ajudar nas tentativas de prevenção.

152. Combater a cegueira na Eritreia também é uma tarefa importante. Em resultado do êxito que teve o programa do suplemento de vitamina A, a cegueira tornou-se rara. O empenho na prevenção do tracoma, da cegueira derivada da catarata e de outros problemas de saúde relacionados é também uma questão para a qual se exige uma solução. O hospital de oftalmologia na capital e as principais clínicas de oftalmologia em cada região fazem cirurgias a cataratas e proporcionam tratamento para doenças e lesões oculares. A cirurgia à

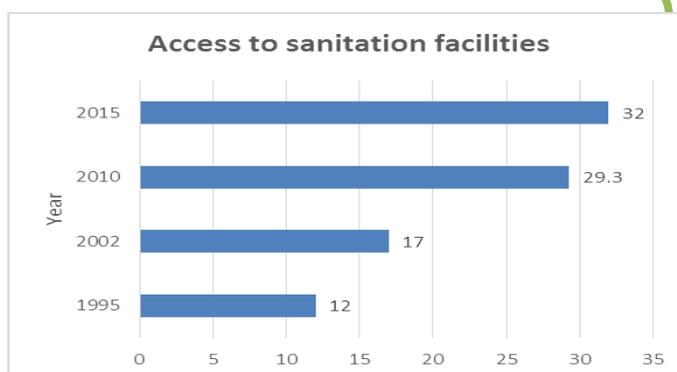
triquíase também é disponibilizada regularmente em algumas clínicas de oftalmologia regionais. Um estudo realizado pelo *MoH*, em 2009, mostra que a incidência da catarata é bastante baixa, apesar de ser ainda mais reduzida nas mulheres. Nesse período, um total de 5.694 cirurgias à catarata foram realizadas e 3.846 pessoas foram diagnosticadas com glaucoma, tendo-lhes sido oferecido tratamento. Para além disso, também são promovidas campanhas para a consciencialização acerca dos cuidados de higiene e de saneamento como parte da estratégia de prevenção e intervenção precoce.

153. Empenhado em ajudar as pessoas cegas pela catarata na Eritreia, o *Fred Hollows IOL High Tech Laboratory* – um laboratório que fabrica lentes intraoculares para todo o mundo -, está a prover os hospitais e clínicas de oftalmologia com *IOL (lentes intraoculares)*. Começou a fabricá-las em meados de 1995 e, desde então, já produziu mais de 2,2 milhões de lentes e mais de 2 milhões de pessoas (incluindo eritreus) recuperaram dos problemas oculares. O laboratório responde à procura interna e ainda exporta para a Ásia, África, Europa e Oceânia. A qualidade é verificada por uma avaliação interna e por instituições internacionais de controlo de qualidade. A qualidade e todas as fases do processo de fabrico são geridas por um conjunto de Procedimentos Operacionais Padrão. O laboratório foi certificado pelas ISO 9001, ISO 13485, *Medical Device Directive (MDD)* – Diretiva para Dispositivos Médicos - e acreditado pela *CE Mark* - marcação CE -, por um organismo internacional, no ano de 2000. Estas certificações comprovam que o laboratório age conforme os padrões europeus e internacionais na fabricação, de qualidade, de dispositivos médicos, permitindo a exportação internacional do produto *IOL* eritreu.
148. A Eritreia também uniu forças para assegurar a disponibilidade e a acessibilidade dos medicamentos essenciais. A Indústria *AzelPharma*, criada em 2001, produz mais de 48 produtos que cobrem 7 índices terapêuticos e prevê-se que a lista venha a aumentar num futuro próximo. Os medicamentos vendem-se subsidiados e, por vezes, a preços acessíveis e estão disponíveis para venda livre, uma vez que os médicos autorizam a venda de medicamentos de receita médica. Apesar de a Eritreia importar outros medicamentos, controlar os seus padrões de qualidade é, também, uma tarefa importante.
154. O acesso a água potável e ao saneamento básico, juntamente com práticas de higiene constantes, estão entre os mais essenciais pré-requisitos para o desenvolvimento humano sustentável e para o seu bem-estar. A doença diarreica está, persistentemente, entre as três principais causas de mortalidade infantil até aos 5 anos e de morbidez entre toda a população (HMIS, 2014). Em grande parte, isto é atribuível à falta de acesso a água potável, à falta de saneamento e de práticas de higiene. Promover a saúde ambiental e o saneamento da água é, então, uma meta importante a atingir. Assim, a Eritreia comprometeu-se a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) de 72% de acesso à água e de 54% de serviços de saneamento em 2015, tendo investido consideravelmente para alcançar estes objetivos.

155. Atualmente, a intervenção prioritária de saúde ambiental é a *Community Led Total Sanitation (CLTS)*, uma metodologia através da qual as aldeias são sensibilizadas para criar latrinas (da sua escolha) e para tornarem a sua aldeia “*Open Defecation Free (ODF)*” – ou seja, pôr fim à defecação ao ar livre. Este programa também pretende abranger as áreas urbanas de Asmara e as capitais regionais. Outras medidas de higiene, tais como lavar as mãos, o uso de água potável (*WASH – Água, Saneamento e Higiene*), a ventilação nos espaços de cozinha e a sensibilização para a poluição do ar e da água, também são divulgadas.

156. Informação adquirida através da *EPHS (2010)* revelou que 70% das habitações na Eritreia (35% urbanas e 90% rurais) não têm instalações sanitárias, em comparação com 74% (39% urbanas e 96% rurais) sem instalações sanitárias em 2002. A tendência progrediu para um aumento anual de taxa de 1,4% entre 1995 e 2010 e estima-se um aumento de 32% em 2015. A abordagem do programa *CLTS* também promove o acesso ao saneamento, à água potável, à higiene alimentar, à higiene pessoal e à higiene do ambiente doméstico. A implementação desta abordagem apresentou melhorias significativas comparativamente ao *WASH* desde 2008. A partir de julho de 2015, mais de 911 aldeias foram assistidas e 663 aldeias declararam *ODF*. Isto indica que mais de 24% do total das aldeias erradicaram a defecação ao ar livre.

157. No fundo, o progresso alcançado em termos de direito à vida e à saúde, resulta no progresso da esperança média de vida. A esperança de vida à nascença, aquando do nascimento, aumentou de 48 anos, em 1990, para 63, em 2013. Isto deve-se, em parte, à redução da mortalidade infantojuvenil e à redução da mortalidade adulta causada pela malária e outras doenças mortais contagiosas.



O direito do ser humano à água

158. O Ministério da Terra, da Água e do Ambiente está a trabalhar na inclusão dos principais princípios do desenvolvimento sustentável nas prioridades e estratégias para o desenvolvimento da nação e na atenuação das degradações ambientais. Assim, reverter a perda de recursos hídricos e melhorar o princípio da sustentabilidade relativamente ao acesso à água para todos os cidadãos, constitui uma medida importante. Consequentemente, as regulamentações e as ferramentas de gestão do Governo, incluindo a *Eritrean Water Law 162/2010*, a *Potable Water Regulation 42/1998*, a *Water Policy Paper of Eritrea*, a *Eritrean*

Water Quality Standard, a *Planned Sanitation Strategy of Eritrea* e muitas outras medidas políticas são implementadas. A promulgação da proteção e reabilitação ambientais também está a ser estabelecida. Além disso, regulamentações e diretivas também são instituídas para fortalecer o respeito e a proteção dos direitos de todos os cidadãos à água. Isto inclui o gerenciamento urbano de serviços de abastecimento de água, a tarifa nacional da água/sistema de preços, os procedimentos internos de queixas e a resolução de litígios entre os diferentes usuários.

159. Na altura da Independência, cerca de 7% da população rural da Eritreia tinham acesso a água potável. O Governo investiu muitos recursos na questão da segurança da água e na divulgação do direito à água. Assim, as estimativas atuais mostram que 85,5% da população têm acesso (ver tabela abaixo progresso anual relativamente ao acesso à água desde 1999) a sistemas de abastecimento de água segura (zonas rurais 79,5%, zonas urbanas 95%). O total do capital investido desde a Independência (até 2014), para atingir este progresso, é superior a 6.355.429.524 Nakfa (USD 403.519.334,86).

Ano	2001	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16
Zonas Urbanas	50			63		90				>90	>90	>90	>90	>90	>90	95
Zonas Rurais	20			25	41	59	65	71	74	77		78				79,5
Geral	30			33		71	73			78	79	80	82	83	85	85,5

160. O Governo pretende atingir os 90% de acessibilidade e de disponibilidade de água a preço acessível, em 2018. Uma vez que quase 20,5% da população nas áreas rurais não têm acesso a água potável, a tarefa é, de facto, complicada. Logo, ao longo desta última década, tem ocorrido um autêntico repensar acerca do gerenciamento e planeamento dos recursos hídricos diante de períodos de seca permanente, escassez de água e lacunas nos dados hidrogeológicos. Tal como discutido anteriormente, a questão do saneamento e da higiene pessoal e doméstica é, também, um grande problema.

Educação e direitos humanos

161. A educação é um assunto de justiça social e é respeitado e protegido, enquanto direito humano, em todas as disposições específicas do quadro legal e institucional do Estado. O princípio fundamental é o direito de todos os cidadãos ao acesso, à continuidade e à qualidade da educação. A igualdade na educação tem sido sancionada pela Lei Nacional e é controlada pelas respetivas entidades reguladoras. Também é imposta pelas administrações locais e regionais. A *National Education Policy* (Política Nacional de Educação), revista em 2012, reforçou ainda mais o comprometimento do Estado nesta área, destacando o seu papel crucial no desenvolvimento nacional. A educação tem estado associada, desta forma, à unidade nacional e à cidadania, à promoção do interesse nacional e à construção de uma moralidade progressiva. Logo, é baseada no contexto, nas necessidades e na melhoria dos

ideais humanos da sociedade e tem servido para promover a dignidade, a segurança e o desenvolvimento do povo Eritreu. A educação é gratuita na Eritreia!

Acesso e Cobertura Equitativos

162. Ao longo do período referido, o *acesso e cobertura equitativos* têm sido expandidos. Devido ao esforço feito para promover o rápido desenvolvimento infantil integrado, a educação pré-escolar cresceu em 264%. Em suma, o nível pré-escolar mostrou ser um elemento importante na formação das crianças. Elas constituem 14,8% (entre os 0 e os 4 anos) e 13,4% (entre os 5 e os 9 anos) da totalidade da população. O sistema ainda está a ser desenvolvido, mas mostrou progressos através da abordagem dos direitos das crianças e no estabelecimento da base institucional para uma rápida intervenção. Atualmente, o sistema da pré-escola é uma rede que constitui 483 instituições deste género, que emprega 1.456 professores e que conta com 38.443 crianças. A universalização da educação básica e da educação do ensino médio também expandiu para 70,1% e 104,7% respetivamente, enquanto o nível secundário expandiu para 89,3%. O sistema escolar também engloba uma rede de 1.411 escolas que acomodam 605.932 estudantes e uma mão de obra de 14.709 professores. Todos eles juntos formam um pilar importante do sistema de educação nacional orientado para o desenvolvimento nacional.

Nível	Escolas e Instituições			Nº de Estudantes em 2015	% de aumento do nº estudantes 1999-2015	Total 2015	
	1999	2015	Aumento %			Professores	Mulheres %
1. Pré-escola	88	483	449	45.233	263,72	1.456	97,4
2. Todos os níveis							
• Básico	593	955	61	353.859	70,07	8346	56,7
• Médio	110	352	220	141.746	104,7	3563	24,2
• Secundário	37	104	208	87.664	89,3	2800	19,1
Total	740	1411	90,70	583.269		14709	
3. Nível Básico Total	703	1.307	85,90	495.605	54,6	11909	81

Tabela: aumento no acesso ao ensino e cobertura

163. A *distribuição demográfica* também melhorou, refletindo a atenção dada às áreas rurais periféricas e, assim, reduzindo desequilíbrios prevalentes. Os estudantes das áreas rurais somavam níveis de 62% do ensino básico, 48% do médio e 41,3% do secundário, em 2015. Assim, o facto de mais de 60% dos estudantes terem tido a oportunidade de frequentar a escola até ao ensino médio demonstra o cumprimento no direito à educação a um nível básico (*67% da população vive em áreas rurais*). Os estudos também mostram que 65 escolas em 3 regiões (dez destas sendo colégios internos) promoveram o direito das crianças nómadas. O total de inscrições nestas escolas é de 6.844 e 43% são mulheres. Um *workshop*

nacional sobre a educação nómada foi também levado a cabo em 2011 para consolidar os progressos e para desenvolver estratégias e planos de expansão.

Ensino da Língua Materna como Política

Nível	Nº de Estudantes rurais	%	Total de Estudantes
Básico	223858	61,9	361684
Jun	70112	47,7	147031
Nível Básico	293970	60%	508715
Secundário	40139	41,3	97217

% Total dos estudantes rurais

164. A Eritreia tem uma política linguística progressista com uma sólida base institucional e jurídica. Não existe uma língua oficial e todas as línguas da Eritreia são tratadas de forma igual. Para fins funcionais e devido às suas vantagens relativas, o Tigrigna e o Árabe, bem como o Inglês (por razões de carácter funcional), são usados como línguas de comunicação. No entanto, não possuem nenhum privilégio jurídico nas outras línguas. As línguas eritreias são desta forma progressivamente promovidas e utilizadas na administração, instituições judiciais, educação, cultura, média e em outros aspetos da vida cotidiana. O ensino da língua materna como direito, em particular, é respeitado e protegido como sendo um elemento fundamental na manutenção da justiça social. O direito de todas as crianças aprenderem na sua própria língua materna ou em qualquer outra língua local da sua escolha ao nível do ensino pré-escolar foi implementado como uma política e também é sancionado por lei. A política promove também a oportunidade de continuar a língua materna como um assunto além do ensino pré-escolar, mas isso não foi totalmente implementado por causa de circunstâncias e limitações de capacidade.

Nível	Grau	Idade
Pré-escolar	2 anos	4-5
Elementar	1-5	6-10
Médio	6-8	11-13
Secundário	9-12	14-17

165. As escolas do ensino primário, onde as línguas maternas são dadas, são abertas e o direito é respeitado, não importa o tamanho da população estudantil. O alcance do uso das línguas maternas nas seis regiões aumentou assim drasticamente nos 3 mais baixos meios de ensino das línguas na Região do Mar Vermelho do Sul, e nos 6 mais altos na região de Gash Barka. A política contribuiu para manter a justiça social, a emancipação social, a transferência de valores básicos, bem como património cultural, e garantir a eficácia do ensino desde a tenra idade. O mito de que o enorme custo económico e de gestão da política de ensino das línguas maternas é um fardo para o governo e a sociedade e que está a impedir o progresso foi abalado pela sua grande importância.

166. A situação das crianças não escolarizadas é uma questão crítica no que diz respeito à igualdade na educação. O estudo de 2016 do Ministério da Educação identificou as razões e apresentou recomendações. O estudo revelou que 33,7% das crianças não se inscrevem nos níveis pré-escolar, elementar e médio. Os dados mostram também que as crianças não escolarizadas representam 64.123 (73%) das crianças de 5 anos de idade, 65.063 (19%) têm 6-10 anos e 91.410 (41%) têm entre 11 a 13 anos de idade. Assim, a Educação Elementar

Complementar (EEC) foi introduzida como um programa para resolver o direito das crianças de 9 a 14 anos que não estão escolarizadas. Em 2016, o número de beneficiários deste programa atingiu 6.751 crianças (46% delas são meninas) em 108 aldeias de zonas desfavorecidas. Durante este período, 81% completaram o programa de 3 anos e continuaram regularmente os seus estudos nas escolas de nível médio.

Importância do Acesso ao Ensino Geral

167. Em termos de importância, a idade entre os níveis educacionais (tabela abaixo) foi definida por política. Assim, o direito das crianças de serem matriculadas na idade adequada melhorou. Apesar de algumas irregularidades e atrasos na implementação, a variação de idade no ensino no sistema escolar está, desta forma, a funcionar eficazmente, contribuindo para a redução do custo de oportunidade devido a diversos fatores.

168. Em geral, as taxas brutas de matrícula (TBM) e as taxas líquidas de matrícula (TLM) aumentaram em todos os níveis do sistema escolar. Embora o nível da TLM no nível primário seja significativo, é necessário fazer muito mais trabalho nas outras etapas para atender aos requisitos previstos pela política e regulamentos. O Ministério da Educação está, portanto, a trabalhar continuamente para resolver estes múltiplos efeitos em termos de custo de oportunidade, de economia da educação e aspetos da programação e gestão da educação com implicações para o cumprimento de direitos. Em geral, uma tabela é fornecida para mostrar o progresso tanto nas TBM quanto nas TLM durante o período do relatório.

	Básico						Médio						Secundário					
	TBM			TLM			TBM			TLM			TBM			TLM		
	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F	T	M	F
1999	80	86	73	51	53	48	58	66	51	14	15	13	25	31	19	16	18	14
2015	105	111	98	82	85	79	77	80	72	38	37	38	30	32	28	18	18	18

Tabela: Comparação entre TBM e TLM em todos os setores durante o Período do Relatório

169. O ensino secundário consistia em 3 anos antes de 2003, mas o sistema foi revisto em conjunto com a revisão global do currículo realizada pelo Ministério da Educação. Como resultado, a duração foi prolongada por mais um ano, para um total de quatro anos. Dentro deste programa revisado, o exame de 12º grau para todos os alunos do Ensino Médio tem lugar em Sawa High School (dentro da premissa do Centro de Educação e Formação de Sawa) por várias razões convincentes. A entrada na universidade é baseada sobre as notas de aprovação obtidas pelos alunos durante o *National High School Leaving Examinations*, o exame de conclusão do ensino secundário. Assim, agrupar todos os alunos num liceu para o último ano do ensino médio criou condições equitativas e garantiu maior concorrência meritória. Isto desempenhou também um papel fundamental na consolidação da sua harmonia, coesão social e troca de experiências.

170. O direito dos estudantes de ter acesso a um ensino de qualidade no nível adequado melhorou também, em particular, nos níveis elementar e médio. A importância do ensino em

relação à educação de uma nova geração imbuída dos desejados conhecimentos, competências, capacidades e atitudes melhorou, mas muito mais precisa de ser feito em termos de transformação da qualidade. Por outro lado, o esforço para reduzir o desperdício e a eficiência no sistema escolar está a tornar-se cada vez mais prolongado e, apesar da melhoria constante, há ainda um longo caminho a percorrer. Satisfazer o direito de todos os cidadãos para acederem a uma educação de qualidade continua a ser uma prioridade.

171. No contexto acima exposto, o Ministério da Educação conduziu continuamente a revisão do currículo, dos métodos de ensino e da organização escolar, ao garantir assim a qualidade da educação. Os níveis de realização e a concretização das metas estão a ser avaliados e a transformação do sistema de acompanhamento para garantir a eficiência e a eficácia do sistema escolar é tomada como sendo uma prioridade. O esforço global constitui em transformar o processo de ensino-aprendizagem numa abordagem mais centrada nos alunos, e a gestão dos professores e a organização da escola foram adaptadas à mudança em curso. Apesar dos esforços e dos elevados investimentos feitos, bem como dos progressos alcançados, a qualidade continua a ser um grande desafio. No entanto, estão previstas medidas mais significativas para os próximos 5 anos e a política de zero desperdício após a conclusão do ensino secundário é implementada.

172. Como mencionado anteriormente, todos os alunos do secundário terminam os seus estudos no 12º ano e participam no Exame Nacional do Ensino Secundário na Escola Secundária Yikeal Warsay, no Centro de Educação e Formação de Sawa, enquanto terminam imediatamente o seu serviço nacional de formação. As seguintes diversas vias de seguimento são também promovidas para aqueles que participam no Exame Nacional de Conclusão do Ensino Secundário, de acordo com o seu sucesso, sem discriminação, tanto na educação quanto na formação: -

- aqueles que obtêm notas de passagem integram as instituições de ensino superior e prosseguem a escolaridade nos níveis de graduação e diploma e quando graduados, eles são integrados em vários órgãos governamentais e instituições nacionais
- os estudantes, que não conseguem atingir um nível satisfatório de notas de aprovação para se qualificarem nas instituições de ensino superior acima mencionadas, prosseguem no Centro de Educação Técnica e Profissional de Sawa; eles adquirem competências técnicas de nível médio e são igualmente integrados em postos de trabalho
- O restante que falha completamente tem a oportunidade de prosseguir o programa de um ano de nível mínimo em competências práticas profissionais no recentemente criado centro profissional em algumas das áreas dos projetos de desenvolvimento de transformação do Governo (acomodam mais de 6.000 estagiários de cada vez) e são diretamente empregados no mercado de trabalho

173. Em linha com o modesto crescimento da economia e com os esforços em curso para criar uma estabilidade macroeconómica, o Governo introduziu um novo sistema de remuneração

em 2016. Isto introduz um aumento substancial do salário da função pública. Nesse sentido, os graduados, que passam pelas diversas vias do ensino acima expostas, são diretamente empregados e integrados no sistema de remuneração para obter um salário normal. Assim, um graduado em nível de certificado ganha um salário bruto de 2.000 ERN (considerado o salário mínimo no sistema), um graduado com 2 anos de diploma ganha 2500 ERN, um com 3 anos de diploma 3000 ERN, um com 12 + 4 graus de diploma 3500 ERN e um graduado com 12 + 5 tem 4.000 ERN. O esforço é gerido como um processo e requer algum tempo para ser finalizado e, eventualmente, cobrirá todo o espectro dos membros do serviço nacional. O serviço nacional / serviço comunitário obrigatório de um ano nas atividades de desenvolvimento da nação deve ser dividido em outro momento conveniente.

Paridade dos Sexos no Ensino

174. O direito das meninas na educação foi respeitado e protegido pela lei nacional e por todas as leis e políticas. Apesar dos muitos desafios, o índice de paridade dos sexos no ensino melhorou. No período de 2014 a 2015, dos 605.932 alunos do ensino primário ao secundário, 274.050 eram de sexo feminino (45,3%). Assim, o GPI (Gender Parity Index) atingiu 0,83 no ensino primário, 0,82 no médio e 0,83 no secundário. Isto reflete o esforço e progresso feitos para garantir o direito das meninas à educação e assegurar a continuidade aos níveis mais elevados.
175. Em alguns grupos étnicos e zonas rurais, algumas práticas culturais, a pobreza, o papel social na família, os estereótipos de gênero e, em muito poucos casos, algumas pressões religiosas, ainda inibem os direitos das meninas à educação. O Ministério da Educação, em colaboração com as administrações locais, organizações cívicas, líderes religiosos e associações de pais, continua a sensibilizar as comunidades e uma transformação significativa está a acontecer. Assembleias locais e administrações introduziram igualmente medidas fortes para aplicar o direito das meninas à educação. Incentivos são introduzidos também para apoiar famílias carentes que fazem sacrifícios para enviar as suas filhas à escola. Em algumas áreas selecionadas, o Governo estabeleceu internatos para garantir oportunidades confiáveis, em particular para meninas, para continuar a sua educação até o nível do ensino médio.

Alfabetização de adultos como condição para a Continuidade e Empoderamento

176. A Eritreia acredita que a educação é um processo ao longo da vida. Uma questão fundamental é a erradicação do analfabetismo na sociedade. O programa de alfabetização foi iniciado em 1994 com base em programas e experiências da luta de libertação sob a FLPE. A experiência é ampla e abrange a erradicação do analfabetismo no seio dos combatentes da luta de libertação da FLPE em 1972 e as campanhas de alfabetização e educação de adultos lançadas nas zonas libertadas pela FLPE entre 1983 e 1991. O ensino da língua materna como política foi também aplicado durante este período, tanto nos programas de alfabetização de adultos como nos programas educativos.

177. O analfabetismo tem sido o principal obstáculo para o desenvolvimento e a revolução técnica na agricultura e na vida social. O programa de alfabetização de adultos foi introduzido em pequena escala como piloto entre 1994 e 1999 e 52.360 adultos (87,72% deles foram mulheres) participaram nisso. A política da língua materna é também implementada no Programa de Alfabetização de Adultos. Nos últimos 16 anos, três planos estratégicos de cinco anos consecutivos foram implementados para cumprir os direitos dos cidadãos à alfabetização. Durante esse período, cerca de 1.000.000 (88,13% são mulheres) participaram no programa com uma taxa de conclusão de 80%. O nível médio anual de participação é estimado em cerca de 62.500 participantes e faz parte do programa de alfabetização de adultos de três anos. Em muitos sítios, aqueles que terminaram os seus estudos puderam conseguir encontrar trabalho nas empresas locais das suas aldeias.
178. As aulas noturnas estão também a ter lugar, principalmente em zonas urbanas. É uma área que não tem sido utilizada de forma significativa tendo em conta a enorme expansão e cobertura de estabelecimentos educacionais e sociais em todo o país. Em 2015/16 o número aumentou e 4.088 alunos inscreveram-se nos níveis primário, médio e secundário em todas as regiões. Aproximadamente 2.648 (74,6%) concluíram a educação e 1.044 (25,54%) desistiram. As matrículas aumentaram em particular nas regiões do Mar Vermelho do Norte, Gash Barka e Sul. Este desenvolvimento importante significa que este programa se expandiu atualmente para zonas semiurbanas (por exemplo, Afabet, Maymene e Maydema). O acesso fácil dos participantes ao Exame Nacional do Ensino Secundário nas suas áreas locais constitui também uma motivação para continuar o ensino, enquanto produtivos no trabalho. A eficiência e a eficácia são, no entanto, influenciadas pelo nível baixo de matrícula (o rácio aluno/professor é de 1:13). Portanto, maximizar a utilização dos recursos continua a ser uma tarefa importante.
179. Em 2016, foi realizado um ateliê nacional com todas as partes interessadas para avaliar o progresso do programa de educação para adultos. O ateliê avaliou as realizações e os desafios feitos nos últimos 25 anos em relação ao cumprimento de todos os direitos dos cidadãos para a educação continuada. Relatórios nacionais e regionais, artigos de pesquisa e várias publicações temáticas foram apresentados. Os resultados e as recomendações do ateliê estão agora a ser usados para redefinir a política estratégica da Eritreia e planear a educação de adultos. O Dia Internacional da Alfabetização é também observado em todo o país e serve como oportunidade para a mobilização contínua de todas as partes interessadas para atingir o objetivo.

Continuidade da Educação e Formação do Capital Humano

180. O desenvolvimento sustentável do país exige um capital humano que se encaixe nos vários ramos da economia, nos serviços sociais, no desenvolvimento cultural e em outros aspetos da vida. Então, os direitos e oportunidades da educação superior gratuita e da educação politécnica foram devidamente considerados. Consequentemente, o governo descentralizou o ensino superior e a única universidade (Universidade de Asmara), com uma capacidade de cerca de 4.000 estudantes, foi transformada em sete instituições de ensino superior com uma boa distribuição espacial por todo o país. Os locais e instalações da Universidade de Asmara estão também a ser usadas pela Escola de Medicina de Orotta e como um centro de pesquisa e desenvolvimento, além de administrar alguns programas de nível mestrado. A população total de estudantes em todas as instituições de ensino superior da Eritreia (IES), no final do 2º semestre (Ano Académico 2015/2016) atingiu 10.231, dos quais 6.891 (67,4%) estavam matriculados em licenciatura; 3.295 (32,2%) em diploma e 45 (0,4%) em programas de pós-graduação em nível de mestrado. As seguintes instituições de ensino superior estão a funcionar e a contribuir para a formação do capital humano (ver Tabela acima): -

	Nº de Graduados	% do Total
Instituto de Tecnologia	13.571	45,55
Instituto de Agricultura	4.840	16,24
Escola Superior de Negócios e Economia	4.694	15,75
Escola Superior de Ciências e Tecnologias do Mar	1420	4,77
Escola Superior de Artes e Ciências Sociais	1476	4,95
Escola Superior de Ciências da Saúde	3515	11,8
Escola Superior de Medicina e Odontologia	278	0,933
Total	29.794	100

Nº de Graduados em instituições de ensino superior na última década

- O Instituto de Tecnologia da Eritreia, localizado na Região Central, está atualmente a propor cursos de Licenciaturas e Mestrados em engenharia, ciências puras e educação.
- A Escola Superior de Ciências da Saúde e a Escola de Medicina e Odontologia de Orotta propõem o primeiro grau em medicina, farmácia, tecnologia médica, saúde pública, enfermagem e áreas afins.
- A Escola Superior de Ciências e Tecnologias do Mar em Massawa (Mar Vermelho no Norte) propõe cursos de primeiro grau em engenharia naval e ciências marinhas.
- A Escola Superior de Artes e Ciências Sociais em Adi-Keyih (Região Sul) propõe cursos de graduação em Estudos de Humanidades.
- A Escola Superior de Negócios e Economia em Halhale (Região Sul) oferece cursos de graduação e diploma em economia, gestão financeira de negócios
- A Escola Superior de Agricultura em Hamelmalo (Eritreia Ocidental), oferece graus, diplomas e mestrados em engenharia agrícola, botânica e zoologia.

181. O índice de paridade entre homens e mulheres nas instituições de ensino superior mostra também uma tendência positiva e um crescimento. Com exceção da ligeira irregularidade

observada na Escola Superior de Negócios e Economia no ano letivo de 2015/16, o padrão de crescimento é promissor (*ver tabela abaixo*). O nível atual de 41% de participação dos estudantes do sexo feminino no ensino superior é um progresso notável. Além disso, o direito e a oportunidade concedidos a estudantes do sexo feminino em ciência e tecnologia, saúde e medicina, agricultura e ciências e tecnologias do mar é uma indicação adicional do esforço em curso para criar uma formação fiável do capital humano com visto a um crescimento diversificado da economia da Eritreia.

N	Instituições de Ensino Superior	% de Mulheres na Composição			
		2009/10	2011/12	2014/15	2015/16
1	Instituto de Tecnologia da Eritreia	33,8	41,1	33,6	35,92
2	Escola Superior de Ciências da Saúde	35,7	35	43,4	45,67
3	Escola de Medicina e Odontologia de Orotta	22	25,9	26,8	28,4
4	Escola Superior de Agricultura de Hamelmalo	32	37	43,0	50,37
5	Escola Superior de Ciências e Tecnologias do Mar	13,3	17,6	27,8	37,8
6	Escola Superior de Negócios e Economia	28,6	33	40,5	36,1
7	Escola Superior de Artes e Ciências Sociais	22,8	24,9	44,9	48,75

182. Formações baseadas nas políticas de ensino e formação nos domínios técnico e profissional (TVET - Technical and Vocational Education and Training) são oferecidas em 8 escolas técnicas de nível intermediário (por 2 anos após a conclusão de 10 anos do ensino secundário). O número de escolas aumentou de 4 em 1999 para 8 em 2016. As matrículas aumentaram também de 908 em 1999 para 3.613 em 2016. Elas formam cerca de 700 a 800 alunos por ano. O Centro de Formação Profissional de Sawa, criado em 2007, tem também cinco escolas profissionais e propõe 19 especializações. Forma uma média de 2000 alunos por ano num programa de certificação de um ano para alunos que abandonaram o ensino secundário. O Centro constitui um marco importante na diversificação e para fins educacionais.

No	Áreas	H	M	Total
1	Negócios e Administração	115	953	1068
2	Engenharia mecânica moderna	514	83	597
3	Tecnologia de construção 01	658	115	773
4	Tecnologia de construção 02	473	63	536
5	Tecnologia Agrícola	234	25	259
Total		1994	1239	3233

Matricula em 2015/16

183. Como parte integrante do desenvolvimento curricular das políticas TEVT, 72 manuais de 34 disciplinas e profissões foram revisados e novos foram desenvolvidos em colaboração com professores e outras partes interessadas. Várias instituições de formação, que se dedicam à formação profissional, contribuíram para o apoio profissional deste esforço. O suporte profissional é igualmente fornecido a várias instituições das políticas TEVT, a fim

de garantir a qualidade da formação. Além disso, 25 instrutores no domínio das políticas TEVT graduaram no Instituto de Tecnologia da Eritreia (ITE) em julho de 2016.

O direito de participar no controle e gestão da educação

184. Os estabelecimentos de ensino promovem uma cultura democrática e participativa na sua gestão e controle. Acima de tudo, os alunos são encorajados desde muito cedo a exercer a participação no processo e na gestão. Esta é uma dimensão significativa de todas as políticas, leis e regulamentos educacionais. Reuniões regulares com os alunos são realizadas em todos os níveis e os alunos compartilham a responsabilidade no ambiente de aprendizagem e no progresso. Existem comités estudantis em vários níveis. Além disso, como forma de cultivar a responsabilidade, os alunos elegem os seus prefeitos e representantes no comité da Escola. O direito dos pais, como aliás das comunidades, de participar na gestão e controle das escolas é assim promovido. O Regulamento de Organização da Escola garante o estabelecimento de um comité escolar tripartido composto por professores, pais e alunos. O comité também funciona para promover o direito dos estudantes, em particular o das meninas, na educação.

Direito de participar na vida cultural

185. A Eritreia saiu vencedor da prolongada guerra de libertação que custou mais de 65.000 mártires, um elevado preço pago para obter os direitos humanos e os valores básicos. Da mesma forma, perdeu cerca de 21.000 na última guerra fronteiriça com a Etiópia. A luta de libertação e o sacrifício pago lançaram as bases de uma cultura nacional sobre a qual o Estado da Eritreia está criado. Esta realidade encarna os valores de libertação, de liberdade e de democracia obtidos através de enormes sacrifícios. Afirma a cidadania, unidade, progresso, paz e estabilidade do povo da Eritreia. A transferência desses valores como herança cultural para a geração seguinte é, portanto, um aspeto importante no processo de construção da nação. Neste contexto, o respeito pela diversidade e, em particular, pela diversidade cultural é assegurado pela legislação nacional.

Leis, Decretos e Políticas

186. Os códigos nacionais, a Carta Nacional, a Política Macro e todos os outros instrumentos delinearam claramente a responsabilidade do Governo no reforço da cultura nacional. Várias e diversas medidas foram tomadas para respeitar, proteger e cumprir para cada cidadão o seu direito de participar na vida cultural, de ser beneficiário e participante ativo no seu sustento e acesso aos avanços das ciências e tecnologias. Os ideais e abordagens baseados na comunidade sobre a vida cultural são também integrados em todas as políticas e programas do Estado. Eles constituem uma parte essencial de um sistema abrangente e incluem instituições do ensino, da defesa e da segurança. A média, em todas as suas formas e programas, contribui igualmente para esse esforço. Em geral, o progresso foi alcançado e reflete-se na harmonia, coesão social e na paz e estabilidade da nação.

187. De acordo com as disposições do Código Civil de Transição da Eritreia (CCTE), o respeito e a proteção dos autores para publicar, produzir e reproduzir os seus trabalhos são garantidos pelas leis. Englobam todos os trabalhos intelectuais, incluindo obras literárias, composições musicais, obras dramático-musicais, obras radiofónicas ou radio visuais, obras coreográficas ou pantomimas cuja produção é reduzida a escrita ou não, as obras de artes e ilustrações figurativas, mapas, planos, sketches, trabalhos plásticos relativos à geografia, topografia, arquitetura ou outras ciências. Além disso, qualquer outro trabalho criado pela inteligência do seu autor e apresentando um carácter original é respeitado e protegido. No entanto, muitos desafios e obstáculos permanecem devido à capacidade institucional e organizacional para acompanhar e respeitar esses direitos e é preciso envidar mais esforços. Os direitos dos autores são também exercidos pelos herdeiros do produtor após a morte dele por um período de cinquenta anos a partir da publicação do seu trabalho. O código civil e penal da Eritreia oferece igualmente proteção a esse trabalho e qualquer violação conduz também a ações civis ou criminais.
188. A proteção das produções literárias, artísticas e científicas foi também considerada. Um passo significativo a este respeito é a Lei n.º 177/2015 sobre o património cultural e nacional. Reafirmou o esforço e o compromisso contínuos de proteger e salvaguardar o património cultural material e imaterial. A capital, Asmara, é hoje um património mundial depois de árduo trabalho, que durou quase 20 anos. Em 1997, o Governo desenvolveu uma estratégia e lançou um projeto através de um escritório estabelecido para a preservação dos edifícios históricos. Durante o processo, um documento (consolidado com fotografias e esboços), abrangendo 4300 edifícios, 257 ruas e 38 áreas públicas abertas, foi preparado. Consequentemente, o Dossiê de Nomeação de Asmara foi apresentado à UNESCO em fevereiro de 2016 e levou à nomeação de Asmara para a sua inscrição na Lista do Património Mundial. Em 8 de julho de 2017, a UNESCO incluiu Asmara na Lista do Património Mundial. Convém salientar que a Eritreia aderiu também a tratados que tratam da cultura, como a Convenção sobre a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial de 16 de novembro de 1972, a Convenção sobre a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado de 1954, e a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003.

Promoção do Conjunto de Instituições Culturais e Estrutura

189. O Governo da Eritreia trabalhou para promover o acesso, gozo e envolvimento, bem como a transferência, do património cultural. O *conjunto de instituições culturais* foi reforçado e expandido para apoiar os ideais de transformação cultural. Assim, cinemas, museus, centros culturais, grupos de arte e literatura, bibliotecas, centros desportivos, clubes e atividades, e organizações (de vários tipos) floresceram, apesar da existência de tantas limitações e desafios. Vários grupos culturais, folclóricos, artísticos, teatrais, literários dos vários grupos étnicos são formados a nível local, regional e nacional, o que reflete a beleza da cultura nacional e a dinâmica de um povo unido com uma rica diversidade cultural.

190. O conjunto de instituições culturais completa também o trabalho dos outros setores do Estado e contribui para o crescimento e a capacidade do capital humano. Isso se reflete nos crescentes conhecimentos, competências, capacidades técnicas e profissionais e na atitude dos cidadãos. Fazem todos parte da infraestrutura para promover os direitos e participações nas atividades culturais. A promoção da música, dança e peças de teatro, que refletem os valores de unidade, sacrifício, empenho e trabalho árduo, é feita pelos vários grupos culturais, nomeadamente grupos culturais folclóricos que funcionam ao nível da comunidade em todo o país. Existem também 65 grupos culturais especializados que funcionam a nível nacional e regional. Incluem grupos do Departamento de Cultura da PFDJ, polícia, exército, força aérea, grupos de todos os grupos étnicos formados a nível regional, bem como entidades privadas.
191. Os festivais culturais da Eritreia realizados anualmente a nível nacional e regional e nas comunidades da Diáspora da Eritreia aumentam também o esforço em curso. Os festivais resumem a rica diversidade valorizada na cultura dos nove grupos étnicos da sociedade eritreia. Os festivais da juventude são igualmente organizados de dois em dois anos no Centro de Educação e Formação de Sawa e coincidem com a inauguração anual dos membros do serviço nacional. Englobam toda a cultura nacional e são usados com sucesso para mobilizar a participação, transferir os valores nacionais básicos como herança cultural para a nova geração e contribuir para a transformação cultural. A juventude, através destes festivais e todas as outras medidas delineadas anteriormente, assegura os dois elementos da transformação cultural. Herda a cultura e os valores acumulados pela sociedade, o que, deste modo garante a assimilação. Por outro lado, a juventude dá um passo à frente através da sua contribuição, criatividade e inovações.
192. A produção e as publicações de livros, filmes, peças de teatro e artes visuais estão também a evoluir e a juventude é o principal motor desta mudança. A criação de Hidri Publishers (HP) em 1995 promove também a publicação de livros em todas as línguas da Eritreia. A HP é um membro fundador e ativo da ERIPA (Associação dos Editores da Eritreia) criada em 2001 para expandir e desenvolver o setor editorial. Até agora, a HP
- publicou livros em 6 das 9 línguas locais, nomeadamente, Tigrigna, Árabe, Tigre, Kunama, Nara e Bilen
 - reimprimiu e traduziu publicações estrangeiras para as línguas da Eritreia através de acordos e disposições; estas incluem livros sobre a história, línguas, cultura, filosofia, ficção e géneros; cerca de 85% dos livros são originais e o restante são livros traduzidos ou reimpressos
 - preparou um dicionário eletrónico (chamado ERIDIC), baseado no dicionário Inglês-Tigrigna-Árabe publicado em 1998 pela FLPE durante a luta de libertação

2008-2016	Canções	Cassetes de música	Clipes	Filmes	Scripts	Livres	Revistas	Brochuras	Comunicados	Folhetos	Total
	3340	768	652	612	104	986	296	179	159	51	7147
Médio/Ano	418	96	82	77	12	123	37	22	20	6	893

Direito de Gozar dos Benefícios do Progresso Científico e das suas Aplicações

193. A transformação cultural implica disponibilizar o desenvolvimento mais recente em matéria de ciências e tecnologias, ao elevar o conhecimento e a consciência das pessoas e assegurar a sua participação e contribuição. Um objetivo importante na Política Macro do Governo é os avanços nas ciências e tecnologias. O governo está, portanto, a trabalhar para criar um ambiente propício para os indivíduos trabalharem e manifestarem a sua criatividade e inovação. A Agência de Desenvolvimento das Ciências e Tecnologias da Eritreia, criada pela Lei 122/2002, trabalha para promover e coordenar a aplicação das ciências e das tecnologias no desenvolvimento e capacitar nos domínios da pesquisa e da inovação. Os estudantes das instituições de ensino superior apresentam inovações em várias áreas de ciências e tecnologias em nível individual e de grupo, através de próprias iniciativas ou como parte de projetos de pesquisa com resultados notáveis e promissores. As crianças e os alunos do sistema escolar apresentam também inovações no seu próprio nível que são também exibidas todos os anos no Festival Nacional. O governo está igualmente a trabalhar na criação de um centro para fomentar a inovação em ciências e tecnologias e uma Comissão foi designada para realizar um estudo.

O Novo Sistema de Recompensas

194. Cidadãos modelos e exemplares em diferentes setores da vida foram honrados e encorajados. O prémio Zagre, o prémio Soira, o Concurso de Música Shingruwa e o prémio Raimoq para os melhores artistas, são alguns exemplos. Por outro lado, recompensar agricultores, trabalhadores, etc. exemplares tornou-se parte da transformação cultural no país. Não há dúvida de que ainda há muito a fazer em todos esses aspetos, mas a base foi estabelecida. Em particular, as inovações científicas e tecnológicas produzidas e exibidas anualmente pelas crianças e jovens durante os festivais anuais tornaram-se um impulso significativo na transformação cultural da sociedade. Também, inovações criadas por indivíduos são recompensadas pelo Presidente durante os Festivais Nacionais.

(iii) Promover um nível de vida adequado

195. A melhoria das condições de vida tem sido considerada de forma significativa nas áreas da habitação, dos serviços públicos, do transporte e da comunicação. Terrenos para habitação foram distribuídos e muitas casas construídas, mas ainda apresenta um grande desafio. O acesso à eletricidade passou de 22,9% em 1995 para 43,5% (nas zonas urbanas 81% e rurais 22,6%) em 2015, mas os problemas de energia ainda continuam a ser um grande desafio de desenvolvimento. Com isso, a Eritreia está envolvida numa estratégia

global energética que inclui também fontes alternativas de energia. O transporte rodoviário expandiu-se também em cerca de 62% e mais de 70% das aldeias (cerca de 1790 aldeias) são nesta altura cobertas através de uma frota de cerca de 1769 autocarros. Em 2016, a capacidade de transporte dos autocarros da rede nacional atingiu 53.000 passageiros, comparada a do ano 1991 que era de 17.000 passageiros.

196. A nova tecnologia de comunicação está igualmente em ascensão. O número de assinantes de telemóveis GSM cresceu de 16.168 em 2004 para 501.865 em 2016 (um aumento médio de cerca de 40.474 assinantes por ano). O sistema cobre todo o país, pois instalações adequadas foram amplamente implementadas na maioria dos lugares, mas mais esforços estão a ser feitos para expandir a capacidade do sistema. A tecnologia de linha fixa e sem fios cobre também cerca de 80% do país.

197. O serviço de Internet começou com uma capacidade pequena e limitada no ano de 2000, mas o incremento anual é importante. A largura de banda larga continua a ser lenta porque, por razões financeiras na época, a Eritreia não podia ser conectada ao Cabo submarino da Fibra Ótica quando foi lançado há 12 anos. Mas o governo está a negociar com empresas estrangeiras e o acesso à Internet por banda larga baseada na fibra ótica será garantido em breve. A largura de banda larga continua a ser lenta porque, por razões financeiras na época, a Eritreia não podia ser conectada ao Cabo submarino da Fibra Ótica quando foi lançado há 12 anos. Mas o governo está a negociar com empresas estrangeiras e o acesso à Internet por banda larga baseada na fibra ótica será garantido em breve. Apesar da pouca largura da banda e da velocidade, não existe restrições quanto ao acesso à Internet e os cybercafés são preponderantes em todos os lugares. Eles fornecem serviço ao público com as devidas considerações das leis nacionais e tornaram-se um meio útil para a troca de informações. As redes sociais estão também a tornar-se cada vez mais populares, em particular entre os jovens, os profissionais e as empresas.

(iv) Segurança Social e Proteção

A segurança social e a proteção são promovidas como um requisito importante no cumprimento dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos, em particular nas zonas vulneráveis e os grupos sociais. O quadro institucional e jurídico necessário é estabelecido e o Regime Nacional de Pensões (Lei 135/2003), o Regime de Pensões do Setor Público (Lei 136/2003) e o Regime de Pensões de Sobrevivência dos Mártires (Lei 137/2003) em particular, foram regulamentados para suportar as disposições previstas nos Códigos Transitórios. Além disso, a lei sobre o trabalho tem disposições relativas a várias prestações a curto prazo para invalidez, doença, maternidade, acidentes no trabalho, bem como prestações familiares. O Departamento de Segurança Social é criado dentro do MOLHW para gerir e controlar tanto os regimes de pensões quanto a sorte das famílias dos mártires.

Apoiar as Famílias dos Mártires

198. O Regime de Pensões de Sobrevivência dos Mártires (em conformidade com a Lei nº 137/2003) é um dos maiores programas de proteção social do Governo. É gerido pelo Hidri Trust Fund e gasta cada ano uma média de 311 milhões de ERN (equivalente a cerca de 20 milhões de dólares americanos). Uma quantia de 4.046.137.757 ERN (equivalente a cerca de 269.742.517 dólares americanos) foi gasta durante 2004 -2016. Isso, em primeiro lugar, fornece prestações mensais para assegurar uma vida decente. É implementado e controlado através de todos os escritórios e agências do Ministério do Trabalho e Bem-Estar Humano e em colaboração com as administrações locais e regionais. Além disso, o Governo promove também atividades de autofinanciamento, tanto como subsídios, quanto através de pequenos regimes de crédito. Para aumentar o esforço, o governo dedicou igualmente um terço das ações de várias empresas estatais privatizadas para o Hidri Trust Fund.
199. A participação das comunidades da Eritreia dentro do país é significativa. Essas comunidades, através das suas estruturas locais, redes e associações apoiam as famílias dos mártires nas suas atividades agrícolas, colheita e outros assuntos sociais. A participação dos jovens no apoio às famílias dos mártires é importante. Vários funcionários do governo, membros do exército, policiais e estudantes participam também nesse esforço.
200. Os Eritreus da Diáspora estão também envolvidos num projeto destinado à contribuição financeira em direção das famílias dos mártires. Cada voluntário eritreu apoia uma ou mais famílias a cerca de 360 dólares americanos por ano, durante pelo menos dois anos. Existem mais de 15.000 famílias apoiadas por este importante regime e isto demonstra a contribuição importante dos Eritreus da Diáspora em projetos de desenvolvimento e de segurança social. O projeto também serviu e contribuiu para a criação de laços e relações familiares, o que é também uma característica dos valores familiares da sociedade eritreia. É uma relação que vai para além do parentesco e das relações familiares alargadas e é muito vital para lidar coletivamente com desafios e problemas.

Regime de Pensões

201. O MoLHW está a trabalhar para criar um mecanismo de governança e identificar um sistema eficaz para a cobrança das contribuições, bem como uma eventual gestão do fundo do regime de pensões, uma vez coletadas. O regime de pensões para funcionários do serviço público é o único programa atualmente disponível. O regime para o serviço civil está em curso, mas requer mais esforços para a implementação completa. As contribuições pagas pelos empregadores e pelos empregados são cobradas sobre o salário básico do empregado. O requisito básico na administração do fundo é que o montante dos pagamentos devidos não exceda o montante disponível de desembolso e o fundo é destinado a regenerar-se. A visão do ministério é garantir que o regime de pensões cubra todos os trabalhadores, tanto no setor público quanto no privado.
202. Após a eclosão da guerra fronteiriça com a Etiópia, o governo da Eritreia foi sobrecarregado com a tarefa de continuar o direito às prestações dos antigos funcionários

públicos e membros do exército e da polícia do ex-governo etíope na Eritreia. O regime estabelecido outorga o governo da Etiópia que assuma a sua responsabilidade e garanta o direito desses 27.406 regulares pensionistas e sobreviventes. Tendo em conta a prevalecente situação de guerra, beligerância e hostilidades, o Governo da Eritreia continuou as suas prestações que elevam a cerca de 24 milhões de ERN por ano (equivalente a cerca de 1,6 milhões de dólares americanos por ano). Até agora, o Governo da Eritreia cobriu estas despesas de prestações que ascendam o valor de 432 milhões de ERN (equivalente a 28,8 milhões de dólares americanos).

Resolução dos Efeitos da Guerra, das Catástrofes e da Seca

203. Tanto os efeitos humanos quanto as calamidades naturais desempenharam também um papel para exacerbar a subsistência do povo eritreu. A guerra de 1998-2000 com a Etiópia fez que centenas de milhares de pessoas fossem expulsas das suas casas para se refugiarem em zonas mais seguras da invasão etíope. Avaliações feitas por pesquisadores da Universidade de Asmara em 2001-2002 mostraram o impacto da destruição arbitrária feita pela agressão etíope. Os danos feitos em 304 escolas (254 são escolas primárias) prejudicaram a escolaridade de 140.365 crianças na época. 90 centros de saúde e seis hospitais foram total ou parcialmente destruídos. Locais de culto, instalações de comunicação, estradas, sistemas de abastecimento e distribuição de água e instalações de energia foram bombardeados ou pilhados. Rebanhos inteiros de animais domésticos foram mortos ou expulsos do outro lado da fronteira pelo exército da Etiópia. O relatório estimou o valor monetário total dos danos em 717,5 milhões de dólares americanos. O pior efeito humanitário foi o deslocamento interno de mais de 90.000 cidadãos (60% são crianças).
204. A Comissão de Refugiados e Alívio da Eritreia (ERREC), em cooperação com todas as partes interessadas, realizou, assim, um serviço temporário de acampamento provisório e organizou um apoio humanitário aos mais de 90.000 deslocados internos. Isso foi ainda mais exacerbado pela seca de 1999 a 2004 em algumas partes do país. Neste momento, o povo da Eritreia assumiu a responsabilidade e cooperou no acolhimento dos cidadãos deslocados, compartilhando recursos da comunidade e curando a população deslocada. Isso foi histórico e da maior importância, o que reflete a cultura de cooperação no tecido da sociedade eritreia. Depois que o acordo de cessação das hostilidades foi assinado, a maioria dos deslocados internos retornou a casa. No entanto, os deslocados cujas aldeias estão ainda ocupadas pela Etiópia foram temporariamente reinstalados em comunidades próximas das suas preferências. Eles são prestados com serviços sociais, incluindo educação, saúde, transporte, comunicação e abastecimento de água potável. Na medida do possível, esforços são feitos para integrar a reabilitação deles nas prioridades de desenvolvimento nos níveis nacional e local.
205. O Governo etíope expulsou também mais de 85.000 eritreus e etíopes de origem eritreia durante a guerra fronteiriça de 1998-2000. Isso foi feito principalmente ao longo da rota perigosa das linhas de frente da guerra. A maioria dos cidadãos expulsos foi reintegrada em

zonas urbanas. Cerca de 28.350 destes voluntários se propuseram a ser reinstalados em zonas agrícolas rurais e todo o apoio e serviços necessários foram fornecidos pelo Governo e eles conseguiram a tornar-se autossuficientes. A identificação e reunificação das famílias desmembradas e restabelecimento os meios de subsistência à normalidade foi também outro grande esforço. Apenas 239 dos milhares de crianças deixadas para trás quando os seus pais foram expulsos acabaram a ser reunificados com as suas famílias. Apesar dos desafios, programas significativos de reagrupamento e reintegração continuaram durante o período do relatório para apoiar as vítimas.

206. Numa tentativa de curar as crianças deslocadas e deportadas, o MoLHW, o MoE e o NUEYS realizaram esforços concertados sobre o apoio psicossocial e promoveram atividades recreativas. Todas as crianças deslocadas e expulsas receberam materiais escolares necessários bem como uniformes. Programas psicossociais, como aconselhamento, foram fornecidos e atividades culturais, nomeadamente de música, dança, narração de histórias e teatros comunitários, bem como desportos, foram organizadas. Além disso, o NUEYS também desenvolveu e implementou a educação de conscientização sobre os riscos das minas terrestres nas zonas afetadas.
207. A remoção das minas terrestres ocupou também um lugar central na garantia da segurança e proteção da população nas áreas afetadas pela guerra fronteiriça. Uma Autoridade Nacional de Desminagem (AND), responsável por todas as políticas de ação contra as minas, e uma Organização Nacional de Desminagem (OND), com a responsabilidade pela remoção física de minas terrestres e explosivos não detonados, foram criadas e prestaram serviços inestimáveis para atenuar a grave ameaça às vidas das populações eritreias.
208. Durante a guerra fronteiriça e as suas consequências, algumas partes da Eritreia foram atingidas pela seca, expondo os cidadãos à escassez de alimentos e outros produtos básicos. Por conseguinte, o Governo da Eritreia apelou ao apoio internacional, mas a resposta foi insuficiente e a mobilização dos recursos disponíveis foi feita para resolver os problemas em áreas críticas. Em 2011, a Eritreia viveu também uma erupção vulcânica na parte sudeste. As cinzas vulcânicas e o terremoto causaram danos ao gado e às propriedades nas comunidades afetadas. O governo respondeu a esta calamidade natural, movendo as comunidades para locais mais seguros e fornecendo-lhes suprimentos de emergência. Para além disso, a inundação, que deslocou as comunidades na sub-região de Foro em 2015, foi também tratada, ao favorecer as necessidades de emergência, bem como ao mover a população afetada para uma zona mais segura. Em geral, as situações humanitárias estavam principalmente contidas pela mobilização e organização dos recursos locais disponíveis.
209. Apesar das condições árduas que resultaram dos anos de conflito e da seca, o Governo do Estado da Eritreia investiu também fortemente no repatriamento voluntário e na reintegração dos refugiados eritreus do Sudão. O esforço abrangeu aqueles que ficaram durante longos períodos de anos desde a luta de libertação e aqueles que fugiram durante a recente guerra

fronteiriça com a Etiópia. No decorrer de 2001-2004, cerca de 81.712 (contaram a 41.877 mulheres), retornaram voluntariamente do Sudão para áreas das suas escolhas nas seis administrações regionais da Eritreia através do programa de repatriação do Governo que continua até esta data. As comunidades anfitriãs também recebem e compartilham os seus recursos com os retornados.

Proteção da Família como Instituição Social

210. A família sempre foi a instituição social básica fundamental para a estabilidade do tecido social e do desenvolvimento global da sociedade eritreia. Em particular, o papel da família na educação e formação da nova geração e a transferência de valores como património cultural têm sido da máxima importância. Portanto, a proteção da família assumiu uma posição central. Todas as disposições institucionais e legais relativas às relações familiares foram implementadas e monitorizadas para garantir que homens e mulheres em maioria jurídica tenham o direito, com o seu consentimento, de casar-se e estabelecer uma família livremente sem discriminação e de assumir os mesmos direitos e deveres em todos os assuntos familiares. O Código Civil de Transição, especialmente, protegeu o direito de sucessão independentemente do sexo, da idade com todos os membros da família envolvidos na herança sem distinção. Embora a legislação preveja a igualdade de direitos e oportunidades, alguns comportamentos e práticas culturais ainda constituem obstáculos importantes que afetam as perspectivas de mudança e tornam-nas lentas e graduais. No entanto, o Governo da Eritreia, deu provas do seu forte empenhamento e vontade política para promover a igualdade e erradicar a discriminação existente, dado que considera essencial a participação igual das mulheres para o desenvolvimento e o estabelecimento de uma sociedade justa.

(v) Direitos e condições de trabalho

Igualdade de direitos e emprego / contratação

211. Os Códigos de Transição e a Lei do Trabalho da Eritreia (nº 118/2001) ofereçam proteção e evitaram a discriminação em oportunidades de trabalho. Deve-se notar que um esforço contínuo foi feito para implementar a Lei do Trabalho que revogou todas as leis promulgadas antes. A lei do trabalho é um instrumento progressivo que foi testado na prática para atingir o equilíbrio entre a prosperidade económica e os direitos fundamentais dos trabalhadores. Também reflete a essência das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual faz parte a Eritreia. Em conformidade com as convenções internacionais do trabalho sobre trabalho digno, oportunidades de emprego e justiça social, o Governo aderiu a sete convenções (sobre oito convenções fundamentais). Por outro lado, há uma preocupação injustificada sobre a pior forma de trabalho infantil, mas o processo de ratificação da oitava convenção, relativa a convenção sobre a pior forma de trabalho infantil (nº 182), está em fase de preparação.

212. A situação do trabalho, bem como todos os outros assuntos, é vista no contexto da situação prevalecente da nação. O fato é que toda a nação é mobilizada e organizada na campanha de desenvolvimento pós-guerra para trabalhar e contribuir através de esforços coletivos e da partilha do fardo das responsabilidades com vista ao desenvolvimento nacional e a sobrevivência na situação de ameaças externas existenciais. Isto é uma consideração prioritária e uma necessidade de segurança nacional e afeta todos os aspetos da vida, das condições de trabalho até as perspectivas de distribuição e de emprego. Entretanto, nos termos do Artigo 118 (7) da Lei sobre o Trabalho, o direito ao trabalho é respeitado e protegido. Assim, os candidatos a emprego podem concorrer a um emprego na unidade dos serviços de emprego do MoLHW (o Ministério do Trabalho e Bem-Estar Humano), ou numa agência de emprego privada, ou diretamente ao empregador, de acordo com o Artigo 5 da Lei. A regulamentação das agências de emprego privadas, no entanto, está ainda em processo de elaboração, e, portanto, o emprego livremente escolhido por cada indivíduo continua a ser feito através dos outros dois métodos.
213. No contexto acima exposto, os objetivos e estratégias globais do MoLHW são a promoção do trabalho digno que garante os direitos de emprego e recrutamento. O departamento do Trabalho, com os seus três pilares, é, portanto, uniformemente repartido em todo o país. Concentra-se na promoção das políticas e estratégias do Governo. Os sindicatos foram registados e acordos coletivos foram estabelecidos. A resolução das disputas laborais através da conciliação, por meio de arbitragem e adjudicação dos casos foi também instituída em todas as regiões do país. Além disso, os serviços de emprego e os sistemas de inspeção do trabalho garantiram a igualdade das oportunidades e continuam a monitorizar as condições de trabalho, bem como a saúde e segurança no trabalho. Existem também 45 comités de saúde e segurança no local de trabalho.
214. O cumprimento do respeito aos direitos ao trabalho contribui para a eliminação da pobreza, fortalece a justiça social e mantém a paz. Assim, a discriminação entre os trabalhadores, em especial na formação e emprego de grupos vulneráveis, é evitada. Mas esforços foram feitos para capacitar vítimas de guerra e pessoas vulneráveis, como os combatentes desmobilizados, os refugiados e as pessoas deslocadas, de modo a se tornarem produtivos. Ademais, a participação de mulheres em atividades económicas e de emprego, bem como as oportunidades de reconversão para a juventude foram igualmente intensificadas. A NCEW (a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia) promove também programas de formação profissional e técnica para melhorar as competências dos trabalhadores e identificar oportunidades de emprego.

Restrições de Idade e Aplicação

215. A eliminação do trabalho infantil é tratada de forma jurídica e administrativa através da supervisão do poder judiciário e da inspeção do trabalho. Se quaisquer crimes relacionados com o trabalho infantil forem cometidos em violação ao Código Penal de Transição, a Polícia e os Procuradores estão ativamente envolvidos e apresentam o caso ao tribunal. Em

conformidade com o Artigo 143 (1) da Lei sobre o trabalho, o serviço de inspeção do trabalho supervisiona também continuamente os locais de trabalho, monitora a aplicação da Lei sobre o trabalho, aplica medidas corretivas e leva os infratores à justiça.

216. É de notar que o governo apresentou uma política para expandir a Ensino Básico para 8 anos (foi de 7 anos até 2002) que é gradualmente disponibilizada a todas as crianças. Neste contexto, o Artigo 9 da Lei sobre o Trabalho N° 118/2001 indica que qualquer pessoa de 14 anos de idade tem capacidade para celebrar um contrato de trabalho. Se for determinado que pode prejudicar os interesses ou é contra a escolaridade do indivíduo, porém, o contrato acima mencionado não é executado contra uma pessoa com idade inferior a 18 anos, em conformidade com o Artigo 69 da Lei sobre o Trabalho. Isto é rigorosamente supervisionado e controlado pela supervisão e controle de trabalho em colaboração com as administrações locais.

Remuneração e Progresso

217. O termo “Remuneração” inclui principalmente o salário ordinário, de base ou mínimo e quaisquer outras regalias pagas, direta ou indiretamente, em dinheiro ou em espécie, pela entidade patronal ao trabalhador pelo seu trabalho. Nos termos do Artigo 41 (2) da Lei sobre o Trabalho, os salários não devem ser inferiores ao mínimo fixado pelo acordo coletivo e aplicam o máximo de 8 horas de trabalho e 24 horas consecutivas a título de descanso semana. O código do trabalho está também alinhado com a Convenção N° 100 da OIT sobre a igualdade de remuneração. No entanto, os salários iniciais não se aplicam somente ao mesmo tipo de trabalho, mas também requerem igualdade de remuneração para diferentes tipos de trabalho, que têm o mesmo valor.
218. Neste contexto, acordos coletivos feitos entre sindicatos e empregadores têm sido aplicáveis sob a Lei sobre o Trabalho. Acredita-se que seja uma forma de garantir o princípio da igualdade de remuneração por trabalho de igual valor realizados pelos Eritreus. O presente relatório do Departamento do Trabalho evidencia que até o momento existem 136 acordos coletivos registados no âmbito do Ministério do Trabalho e Bem-Estar Humano. A este respeito, todas as empresas, que assinaram acordos coletivos, respeitam o princípio de igualdade na remuneração para trabalhos de mesmo valor. Isso toma em consideração a condição e a prática nacional, bem como o Artigo 102 (3) da Lei sobre o trabalho. Então, o princípio de igualdade de remuneração foi determinado através dos acordos coletivos.

Ano	N° de acordos	% de crescimento	N° de Trabalhadores			
			M	Total	% de F	% de crescimento
1991	50		3550	10.450	34	
1999	100	100	6957	20.850	33,5	99,5
2015	136	36	8609	23.124	37,1	11

Tabela: Acordos coletivos registados

219. A avaliação objetiva é também usada para diferenciar os salários de acordo com o princípio de igualdade de remuneração para trabalhos de igual valor. De facto, empregos ou cargos dependem do volume, da complexidade, da dificuldade do trabalho e da remuneração adequadamente definido. Nos termos do Artigo 102 (3) da Lei sobre o Trabalho, a avaliação do trabalho tem sido uma parte inerente dos acordos coletivos. Empregadores e trabalhadores têm, portanto, o direito de avaliar o trabalho realizado a nível da empresa. Em geral, o empregador não pode deduzir do salário de um empregado, exceto quando estiver previsto de outra forma por lei ou por acordo expresso feito por escrito.
220. A segurança social é igualmente garantida pela lei, bem como por outras leis aplicáveis e, nomeadamente, pelo Regime Nacional de Pensões (Lei 135/2003) e pelo Regime de Pensões do Sector Público (Lei 136/2003). Essas prestações sociais são, sem dúvida, concebidas para resolver os principais programas prestações de segurança social, que vão das prestações de curto prazo, como indenizações por cessação e licença de maternidade, até as prestações de longo prazo, como de velhice e de invalidez. A Lei No. 136/2003 sobre o Regime Nacional de Pensões abrange os setores público e privado. Embora as disposições pertinentes relativas aos funcionários públicos já tenham sido proclamadas no Regime de Pensões do Sector Público, em conformidade com a Lei nº. 136/2003, um projeto de lei para integrar os trabalhadores do sector privado é anulado para um plano de ação e diretrizes mais aprofundados. O setor público é um regime contributivo que requer a contribuição do empregador (o Governo) e dos empregados.

Capacidade e Melhoramento das competências dos Trabalhadores

221. O Ministério do Trabalho e Bem-Estar Humano trabalha continuamente para melhorar os serviços de emprego e as suas operações. Isso tem como objetivo proporcionar às pessoas as melhores oportunidades de trabalho possíveis e melhorar as suas competências para participar ativamente e de forma equitativa no desenvolvimento. Neste sentido e numa tentativa de capacitar trabalhadores a nível das empresas, o Decreto 118/2001 sobre o Trabalho fornece uma disposição sobre esta questão através de um contrato especial. Para tal, isto realiza-se pela promoção da formação profissional entre um empregador e um aprendiz. Assim, em conformidade com o Artigo 33 da Lei sobre o Trabalho, o contrato especial de aprendizagem foi aplicado e monitorado e devia incluir, pelo menos, uma formação profissional que um aprendiz deve receber, a sua duração e o dinheiro de bolso fornecido durante o processo. O Artigo 102 (7) da mesma Lei obriga também tanto os empregadores quanto os trabalhadores a oportunidade de negociar coletivamente sobre as questões de educação e formação profissional.
222. Por outro lado, um contrato especial de aprendizagem obriga o aprendiz a seguir assiduamente as instruções e orientações dadas durante o processo de formação, e esforçar-se para concluir com sucesso a sua formação. Além disso, o Artigo 20 (6) da Lei sobre o

Trabalho exige que o empregador tome as medidas necessárias para capacitar o seu empregado.

Direitos Laborais e Trabalhadores Expatriados

223. As oportunidades de emprego são estendidas aos expatriados quando a escassez de competências ocorre em determinados encargos. Em tais circunstâncias, o Governo não somente oferece uma oportunidade de emprego para os expatriados, mas também nivela o terreno para a transferência de conhecimentos, de competências e de capacidades profissionais com os funcionários locais ao juntá-los no trabalho. Da mesma forma, em zonas onde não há escassez de capacidade no mercado de trabalho, os cidadãos eritreus são autorizados a trabalhar no exterior para obter competências e adquirir benefícios económicos.

Ano	Expatriados na Eritreia			Ano	Eritreus que trabalham no estrangeiro		
	Homens	Mulheres	Total		Homens	Mulheres	Total
1999	1121	160	1281	1999	661	798	1459
2010	1192	199	1391	2010	225	246	571
2012	604	92	696	2012	89	545	634
2013*				2013	36	157	193
2014*				2014	65	354	419
2015*				2015	13	201	214

Tabela: Número de expatriados e trabalhadores nacionais enviados para trabalhar no exterior

Condições de trabalho, mecanismos de acompanhamento e medidas

224. Durante o período do relatório, a ênfase foi dada atenção ao controlo da igualdade de oportunidades no emprego e na remuneração, a proibição do trabalho infantil, garantia da saúde e segurança no trabalho, a manutenção das condições mínimas de trabalho, o direito de constituir associações e sindicatos, a negociação de acordos coletivos e a capacitação com visto o melhoramento das competências. No entanto, essas condições de trabalho são apenas os padrões mínimos estabelecidos, e tanto o empregador quanto o empregado foram encorajados a chegar a acordo sobre condições mais favoráveis de trabalho de que o trabalhador poderia beneficiar. A este respeito, as partes contratantes determinam o montante do salário, mas este não pode ser inferior ao mínimo fixado por acordo coletivo em qualquer empresa.

225. Os requisitos do Artigo 23 da Lei118/2001 sobre o Trabalho foram rigorosamente cumpridos e monitorados de forma eficaz durante o período coberto pelo relatório. Assim, não se observou discriminação entre cidadãos e trabalhadores migrantes no local de trabalho. Portanto, a raça, cor, nacionalidade, sexo, religião, origem étnica, gravidez, responsabilidade

familiar, estado civil, orientação política ou o estatuto social do trabalhador não foram igualmente aplicados nos termos do contrato do emprego. Por outro lado, à luz do progresso e da crescente necessidade de consolidar as condições mínimas de trabalho, o Ministério do Trabalho e Bem-Estar Humano está atualmente envolvido na elaboração de emendas à Lei sobre o Trabalho.

226. No contexto acima exposto, o serviço de inspeção do trabalho acompanhou continuamente as condições de trabalho nos termos dos Artigos pertinentes da Lei sobre o Trabalho. O objetivo foi garantir o cumprimento das condições mínimas de segurança, de saúde e de meio ambiente, bem como o fornecimento de equipamentos de proteção no local de trabalho. Os empregadores, que violaram os princípios e condições básicos, foram levados à justiça. Uma comparação da situação, durante o ano em que a guerra fronteiriça com a Etiópia irrompeu (1998) e em 2015, é dada na seguinte tabela: -

Ano	Número de estabelecimentos inspecionados	Resultados das inspeções			
		Cumpridos	Diretiva dada	Aviso	reportado à autoridade competente
1998	1548	322	1094	131	1
2015	1505	239	1036	142	78

Comparação entre as Inspeções de trabalho e as Medidas

227. A relação tripartida e o procedimento foram também reforçados nas relações gerais de trabalho na Eritreia. O conselho do Tribunal de Relações Laborais desempenhou um papel significativo a este respeito. É composto por 2 representantes de trabalhadores, 2 representantes de empregadores e 1 representante do governo e está a funcionar em todas as seis regiões administrativas. Nos últimos 16 anos, o conselho atuou fortemente como controle e equilíbrio entre as partes envolvidas, caso haja violação aos direitos e obrigações legais. Isso consolidou as relações entre as três partes e estabeleceu uma base sólida para o trabalho colaborativo. A criação de um Conselho Consultivo do Trabalho está igualmente em processo. Os tribunais (tribunais do trabalho e do conselho das relações de trabalho), que são uma combinação dos tribunais ordinários e tribunais especiais, trataram de forma independente as questões relativas ao trabalho.

Ano	Disputas laborais resolvidas através de procedimentos legais e resultados						Total
	Resolvidas por Conciliação	Conciliação não aceita	Resolvidas por Decisão	Disputas rejeitadas	Marcação dada	Disputas adiadas	
2000	10.801	0	50	248	134	3	11.236
2006	8.669	451	244	93	149	16	9.622
2010	10.662	255	92	24	60	30	11.123
2015	14.501	107		59	14	0	14.681

Tabela: Disputas e Resoluções

228. Nos termos da Lei sobre o Trabalho da Eritreia, as disputas laborais são divididas em dois tipos: a disputa laboral coletiva e a disputa laboral individual. Ambos os tipos de disputas têm os seus próprios mecanismos de resolução. Caso surja qualquer litígio entre o empregador e o empregado, eles devem, em primeiro lugar, tentar resolvê-lo amigavelmente através da conciliação, seja no nível da empresa ou através do mecanismo de conciliação envolvendo o NCEW e o MOLHW. Quando a disputa não pode ser resolvida, porém, as partes podem ir para a arbitragem ou perante a Primeira Instância do Conselho das Relações Laborais. No caso de disputas laborais individuais, a sentença arbitral nesse nível tem o mesmo efeito que a decisão da Primeira Instância do Tribunal do Trabalho. Mas, se o caso for uma disputa laboral coletiva, a decisão nesse nível tem o mesmo efeito que a decisão do Conselho das Relações Laborais. Qualquer parte insatisfeita com sentença arbitral tem o direito de apelar para uma instância judicial superior correspondente.

Sindicatos e dinâmica organizativa

229. Os sindicatos foram estabelecidos em locais de trabalho. Uma importante atualização da Lei 8/1991 sobre o Trabalho, que data de 199 e que aparece na Lei 118/2001, foi o esclarecimento e a consolidação adicionais do direito de organizar-se nos locais de trabalho. Baseia-se na situação concreta de desenvolvimento e nas transformações em curso, incluindo os direitos laborais na Eritreia. A lei refletia também os princípios consignados nas convenções e recomendações da OIT. Por outro lado, a Lei revisado reforçou ainda mais a firme convicção de que trabalhadores e empregadores, sem distinção alguma, têm o direito de constituir e juntar organizações da sua própria escolha com vista a defesa dos seus respetivos interesses.

230. No momento da sua independência, em 1991, havia 60 sindicatos com um total de 5.760 membros (3.450 homens e 2.220 mulheres). Isso aumentou para 211 em 1998 (contando 14.679 homens e 7.118 mulheres empregadas). A situação é referida na seguinte tabela: -

Número de sindicatos de base por número de trabalhadores segundo o género				
Ano	Homens	Mulheres	Total	Número total de sindicatos
1999	14.964	7.350	22.314	219
2005	11.817	7.287	19.104	257
2011	12.868	8.496	21.364	235
2015	18.720	7.280	26.000	168
Média/Ano	14.592	7.603	22.195	220

231. Em virtude da Lei 118/2001 sobre o Trabalho, a autonomia dos sindicatos na Eritreia foi eficazmente garantida. Isso foi promovido também sob as disposições do Código Civil de Transição e do novo Código Civil recentemente publicado. Os sindicatos têm as suas próprias constituições, elegem livremente os seus representantes, organizam a sua própria

administração e atividades e formulam os seus planos e ações. Realizam igualmente congressos regulares e frequentes, organizam conferências, reuniões e atividades para reforçar a sua capacidade de organização e aumentar a sua visibilidade nas comunidades e os eleitores que servem. A obtenção de personalidade jurídica por essas organizações não está sujeita a condições restritivas.

232. As autoridades públicas são, deste modo, proibidas de qualquer interferência que possa restringir o exercício de tais direitos. O mandato das autoridades no âmbito deste direito tem sido apenas para promover o interesse nacional, aumentar a participação e as contribuições no desenvolvimento local e nacional e promover os princípios democráticos dentro dos sindicatos. As liberdades sindicais são assim respeitadas. Não houve incidência de interferência das autoridades públicas para restringir ou impedir o exercício legal dos direitos fundamentais. Nenhum sindicato foi também dissolvido ou suspenso por qualquer autoridade administrativa e decisão. O Governo consulta frequentemente e realiza um diálogo social com os seus parceiros sociais sobre assuntos importantes de política, de implementação e de progresso. Isso acontece também durante a revisão das leis laborais, bem como a implementação de políticas laborais. Para reforçar o diálogo social, o MOLHW está atualmente a desenvolver diretrizes com visto a criação de um conselho consultivo composto por representantes do Governo, dos Empregadores e dos Empregados.

O papel dos sindicatos na melhoria das condições dos trabalhadores

233. O movimento sindical na Eritreia começou nos anos 50. Pode-se afirmar com certeza que os sindicatos da Eritreia, nesta altura, era um dos únicos do seu tipo na África. O seu desenvolvimento foi brevemente prejudicado pela ocupação etíope da Eritreia. A União Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (a NUEWr) foi criada em 1979, sob os auspícios da Frente de Libertação do Povo da Eritreia (a EPLF) e desempenhou um papel vital na luta pela libertação da independência da Eritreia. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (NCEW) é a organização central dos sindicatos da Eritreia que estão organizados em cinco federações. Enquanto um ramo da União Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (NUEWr), a NCEW foi também criada em 1994 durante um congresso composto por representantes de sindicatos e federações estabelecidas, garantindo que a estrutura seja descentralizada e independente. É o único movimento sindical e uma das organizações da sociedade civil na Eritreia.

234. A NCEW conduziu o movimento sindical no país com a visão de contribuir para a criação de uma mão de obra eritreia altamente disciplinada, organizada, educada e qualificada. Também promoveu condições de trabalho e de vida dignas. Para a concretização destes objetivos, a NCEW promoveu o diálogo social entre os parceiros sociais (Governo, Empregadores e Trabalhadores) para lidar com assuntos de interesse comum relacionadas à política económica e social, incluindo a resolução dos complexos desafios da construção da competitividade económica, bem como a igualdade social a nível empresarial, sectorial, nacional e internacional. Com escassos recursos, a NCEW investiu também na educação e

formação dos trabalhadores. O objetivo era de melhorar as suas competências de organização e profissionais e torná-las mais produtivas e competitivas no mercado de trabalho. Um Centro de Formação dos Trabalhadores foi criado na cidade portuária de Massawa e está pronto para iniciar em breve.

235. Atualmente, o principal empregador da mão de obra dos sindicatos é o governo. Em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Confederação Sindical Internacional (CSI) e organizações multilaterais, a NCEW organiza formações e seminários relacionados ao trabalho com vista à conscientização sobre relações de trabalho modernas e harmoniosas no país. A NCEW procura também a reforçar as suas parcerias com os sindicatos regionais e internacionais, bem como as organizações de desenvolvimento. Desempenha também um papel fundamental na melhoria das condições de trabalho através do diálogo social. A verdadeira relação estabelecida entre a NCEW, a EFE e o Governo constitui uma grande vantagem neste aspeto. Esta relação tripartida permitiu um âmbito harmonioso para o desenvolvimento económico e uma maior produtividade. Os sindicatos trabalharam para implementar e reforçar as disposições estipuladas no Artigo 90 da Lei 118/2001 sobre o Trabalho.

A posição de princípio contra o Trabalho Forçado

236. A lei 118/2001 sobre o Trabalho constitui a base jurídica para a abolição do trabalho forçado na Eritreia. O mecanismo de aplicação baseia-se num sistema judicial eficaz, que é fundamental na perseguição penal efetiva contra os infratores e na aplicação rigorosa das sanções penais. Qualquer acusado tem o direito de defender-se de acordo com as práticas dos processos judiciais estabelecidos. Na prática concreta, tanto os inspetores do trabalho como a polícia da Eritreia desempenham um papel importante na aplicação da lei. Os inspetores do trabalho, em particular, controlam regularmente os locais de trabalho para assegurar que as condições de trabalho prescritas pelas leis sejam respeitadas, enquanto a Polícia tem o poder de identificar os perpetradores e tomar medidas. Durante o período do relatório, não houve casos de violações em que medidas legais foram necessárias.

Conferência Internacional de Solidariedade Sindical

237. Em virtude do seu compromisso prático de reforçar a solidariedade sindical, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (a NCEW), em colaboração com a Organização Regional Africana da Confederação Sindical Internacional (CSI - África) e a Confederação Sindical Internacional (CSI), organizou a Conferência Internacional de Solidariedade Sindical, de 23 a 25 de março de 2016, em Asmara, Eritreia. A conferência foi organizada sob o tema: “Fórum Internacional de Solidariedade - Promoção da Agenda do Trabalho Digno”. Houve apresentações muito interessantes e estimulantes sobre a integração regional e a unidade dos sindicatos; Movimento Sindical Africano - desafios e progressos a fazer; via do desenvolvimento económico da Eritreia - perspetivas e desafios para a justiça

social; gestão da migração laboral e envolvimento dos sindicatos; diálogo tripartido sobre a eliminação do trabalho forçado e a atualização do trabalho digno em África.

238. A Conferência aprovou resoluções sobre todos os assuntos acima mencionados e reconheceu os enormes desafios e problemas que os trabalhadores e, em particular, os trabalhadores africanos, estão a enfrentar na desigual e injusta ordem mundial que prevalece. Observou também os conflitos ferozes em diversas partes do mundo que impactam a paz, a segurança e o desenvolvimento. Neste contexto, as resoluções sublinharam os seguintes aspetos relacionados com a Eritreia: -

- *“Elogiou os trabalhadores e sindicatos da Eritreia pela sua resiliência e determinação em continuar a fazer sacrifícios e progressos na reconstrução e reabilitação da sua nação e povo*
- *Assinalou igualmente que a situação sociopolítica da Eritreia exigirá compromissos contínuos e abertos de várias partes, especialmente porque a natureza do serviço nacional alargado está intrinsecamente ligada às questões de 'sem guerra sem paz' decorrentes do incumprimento dos compromissos da Etiópia no que diz respeito à decisão internacional definitiva e executória sobre a delimitação e demarcação da fronteira pela Comissão de Fronteiras Eritreia-Etiópia (a EEBC - Eritrea-Ethiopia Border Commission) que apresenta incerteza e sentimento de insegurança, bem como as sanções da ONU, que também representam sérios desafios para o desenvolvimento.”*

PARTE III: EDUCAÇÃO NACIONAL E DIREITOS

Direito ao Desenvolvimento

239. O direito do povo eritreu ao desenvolvimento faz parte integrante dos ideais de construção da nação. As suas principais características promovem transformações na sociedade com dividendos para o sustento da paz, da segurança e do desenvolvimento. Consequentemente, os domínios da equidade e da justiça social, a criação de condições favoráveis para o desenvolvimento e o respeito da soberania e da integridade territorial da nação constituem a essência do direito ao desenvolvimento na Eritreia. A este respeito, a igualdade de direitos e oportunidades tem sido perseguida como o principal impulso para o direito ao desenvolvimento. O foco para preencher a lacuna no desenvolvimento das várias regiões e áreas é uma prioridade muito importante e mais atenção é dada às seções mais desfavorecidas e vulneráveis da sociedade. As estratégias centradas nas pessoas e as abordagens baseadas nas comunidades continuam a florescer através de estruturas e instituições de governança a nível local, regional e nacional. Além disso, a responsabilidade e o dever coletivos prevaleceram e a dicotomia entre direitos individuais e deveres coletivos é negada. Assim, as pessoas não são apenas beneficiárias do direito ao desenvolvimento, mas também são participantes ativos e responsáveis.

240. A ordem internacional desigual e o uso prolongado de medidas coercivas continuam a minar o direito ao desenvolvimento dos povos e da nação e impedem o futuro viável de muitas nações, incluindo a Eritreia. A esse respeito, as agendas geopolíticas e os interesses egoístas das potências hegemônicas ocidentais tornaram-se impulsos para vilipendiar, isolar e desestabilizar determinadas nações soberanas, ao fabricar crises e na gestão de crises. Ademais, as desigualdades globais, as assimetrias das relações e oportunidades comerciais, a pilhagem de recursos naturais, a realidade demográfica e a degradação ambiental são também desafios atuais. Os seus efeitos foram a instabilidade, o subdesenvolvimento, a migração e o deslocamento. A Eritreia tem sido vítima desta realidade, mas trabalhou para garantir o direito do povo da Eritreia ao desenvolvimento, face a todas as adversidades mencionadas. No contexto acima exposto, os parâmetros essenciais no direito ao desenvolvimento determinaram a segurança nacional, o interesse e a sobrevivência e, acima de tudo, a paz e a estabilidade da Eritreia como nação. Quais são esses parâmetros?

(i) Igualdade Soberana e Posição Política Independente da Eritreia

241. Apesar de muitos desafios e hostilidades, o direito da Eritreia ao desenvolvimento, impulsionado por uma posição política independente, foi mantido. A Eritreia afirmou a propriedade nacional que garante as prioridades de desenvolvimento e o controle total da sua implementação. Isto foi baseado no contexto, nas necessidades e nos ideais de melhoramento dos direitos humanos do povo da Eritreia e assegurou a relevância das intervenções de desenvolvimento. Embora esforços prudentes para enfrentar os atuais desafios ao desenvolvimento tenham sido realizados, intervenções estratégicas de longo prazo, que garantam um futuro viável, determinaram também as prioridades no desenvolvimento nacional. Nesse sentido, o pensamento e a prática da autossuficiência são igualmente mantidos. A estratégia serviu com sucesso como uma maneira de expandir a mobilização e organização dos recursos locais disponíveis e foi aproveitada como capacidade nacional. A ajuda externa que cultiva a dependência foi negada e a Eritreia não dependeu da ajuda externa, incluindo a ajuda alimentar. Rejeitou também a proeminência das ONG internacionais e os seus projetos e abordagens dispersas que se destinam a reproduzir a dependência e promover a corrupção.

242. No entanto, a cooperação internacional baseada na parceria é também promovida. Em linha com o interesse nacional da Eritreia, foram envidados todos os esforços para promover a compreensão mútua, o respeito mútuo e o benefício mútuo. Acima de tudo, a Eritreia continua a promover a coexistência pacífica dentro da estratégia mais ampla de boa vizinhança e fomenta a harmonização, a complementaridade e a sólida cooperação baseada em parcerias, uma situação sempre distraída pelas agendas geopolíticas das potências ocidentais e os seus representantes na região. No entanto, concentrou-se na sua dinâmica interna como fator decisivo para o desenvolvimento.

(ii) Distribuição e Utilização Equitativa da Riqueza e dos Recursos da Eritreia

243. A Eritreia é um país que sempre trabalha para sair dos obstáculos do subdesenvolvimento. Portanto, uma abordagem sistêmica que promova a distribuição equitativa da riqueza, dos serviços e das oportunidades é um rumo de política primordial importância. Com base em políticas e programas prudentes a nível macro, um desenvolvimento inclusivo, diversificado e sustentável está a emergir. Na prática, características importantes, incluindo a priorização do setor, a consideração demográfica, a mobilização dos recursos, a participação responsável e a atenuação da vulnerabilidade constituíram a base desta abordagem sistêmica.

244. Em primeiro lugar, o direito ao desenvolvimento é mantido através de uma abordagem de desenvolvimento equilibrada que defenda a priorização do setor. A ênfase é continuamente feita em setores cruciais no contexto da nova dinâmica de desenvolvimento. Nos últimos 18 anos, foram feitos investimentos significativos nas principais prioridades, incluindo o setor social, o capital humano e a infraestrutura económica. O sector social, em particular, concentrou-se nas garantias de base em no que diz respeito a alimentos, água, saúde, ambiente, segurança social e educação e melhorou a vida digna do povo. Os seguintes programas integrados (alguns deles com empréstimos subsidiários de instituições internacionais) são representativos dos progressos alcançados: -

- Programa de Apoio às Famílias de Mártires (o Programa Hidri)
- Fundo de Desenvolvimento Comunitário da Eritreia (ECDF)
- Programa Integrado de Desenvolvimento da Primeira Infância (IECD)
- Atenção Integrada das Doenças da Infância (a IMCI)
- Programa HAMSET para enfrentar os desafios do HIV/SIDA, da Malária, DST e TB
- Universalização do ensino primário através do ensino da língua materna
- Programa de Desenvolvimento dos Recursos Humanos (o HRDS)

245. As considerações demográficas são também presentes na infraestrutura económica, na indústria, nos serviços socioculturais, nos estabelecimentos administrativos e na descentralização das oportunidades de investimento em toda a Eritreia. A este respeito, colmatar a lacuna existente a nível do desenvolvimento das regiões do país tem preso. Além disso, mais de 70% das pessoas vivem em zonas rurais e dependem de práticas tradicionais de agricultura e pesca ineficazes. Enfoque contínuo foi dado a este fator limitante para colmatar a disparidade entre as zonas rurais urbanas e desenvolver as zonas costeiras. A Eritreia possui abundantes recursos marinhos ao longo dos 1300 km de costa e 362 ilhas. Nesse sentido, os Programas Integrados de Desenvolvimento Rural e de Desenvolvimento Costeiro foram iniciados e ampliados nos últimos 18 anos.

246. Os programas integrados rurais dão forte enfoque na transformação da agricultura. Em linha com os esforços de conservação do solo e da água e com a construção de numerosas barragens, estão a emergir programas agrícolas baseados na modernização agrícola, mecanização e irrigação e ligados à indústria de transformação agroindustrial, mas será necessário um maior investimento. A agricultura familiar, os programas de microcrédito e as

iniciativas de autofinanciamento foram assim promovidas para capacitar os mais desfavorecidos nas zonas rurais. O programa registou progresso na promoção da vida digna e do progresso cultural e continuará como prioridade.

247. O Programa de Desenvolvimento Costeiro foi também ampliado, mas é preciso muito mais para maximizar a utilização do potencial. Em essência, é um empreendimento inovador que promove um esforço integrado, multissetorial e coordenado que aumenta a participação e os benefícios das pessoas. A estratégia serve igualmente para maximizar a utilização das vantagens comparativas das zonas costeiras e se insere na política de diversificação económica. O esforço é também destinado a estabelecer as bases para a transformação a longo prazo dos portos da Eritreia em centros económicos para a região e não só. Assim, a modernização das instalações portuárias, o desenvolvimento das infraestruturas económicas específicas e o estabelecimento da zona franca de exportação estão a tomar forma. O esforço para aumentar a contribuição do sector das pescas e do turismo marítimo e costeiro é também em curso, mas os progressos foram limitados devido à falta de investimentos viáveis e a desafios de infraestruturas. Em geral, há um longo caminho a percorrer, mas, apesar dos desafios predominantes, os passos iniciais são esperançosos.

248. A distribuição equitativa da riqueza e dos recursos é também destinada aos grupos vulneráveis da sociedade. A atenção especial para promover o progresso geral em todos os grupos étnicos é prestada para tentar resolver a marginalização e as oportunidades desiguais de desenvolvimento que persistiram durante as eras coloniais. A igualdade de género e empoderamento das mulheres, promovendo o bem-estar, o desenvolvimento das crianças e o desenvolvimento das pessoas com deficiência, foram também reforçados. Mas tudo isso eleva a importância de controlar a riqueza e as oportunidades da Eritreia.

(iii) Soberania sobre a riqueza e os recursos da Eritreia

249. Desde o final dos anos 40, a Eritreia era muito conhecida pelas suas PME e a indústria artesanal. Isso foi completamente destruído pelas sucessivas políticas e hostilidades coloniais. Mesmo as promissoras iniciativas privadas nacionais de pós-independência foram também limitadas pela guerra fronteiriça, pelas hostilidades prolongadas e pela situação objetiva que está a prevalecer. No entanto, a prioridade recente é focar no sucesso da intervenção estratégica da Campanha de Desenvolvimento Yikealo de Warsay e redobrar os esforços e o modesto crescimento económico registado na última década. A este respeito, as leis e procedimentos de comércio e de investimento estabelecidos foram implementados dentro dos limites e constrangimentos da situação prevalecente e merecem mais atenção.

250. O governo concentrou-se em promover o investimento interno e o capital como meio de criar capacidade nacional. No entanto, dada a situação e desenvolvimento hostis existentes, o governo desempenhou também um papel proativo e investiu em setores cruciais. Isso inclui a indústria de transformação agroindustrial, as infraestruturas económicas, a indústria da

construção, a produção específica voltada à substituição de importações e setor da mineração. O esforço é pequeno, mas promissor e mostrou o potencial da Eritreia.

251. Desde a independência, várias fábricas e estabelecimentos econômicos, nacionalizados pelo Governo Colonial Militar Etíope na Eritreia, foram também privatizados em conformidade com a Lei n.º 83/1995 (atualizado sob a Lei 114/2001) para impulsionar o investimento interno e a formação de capital. Além disso, vários estabelecimentos e fábricas econômicas foram igualmente privatizados pela venda de ações em um acordo a três níveis. Neste acordo, o Governo adquiriu um terço das ações, um outro terço foi comprado pelo Governo em benefício do Fundo Fiduciário dos Mártires e o terço restante das ações foi vendido a compradores individuais da Eritreia. Mais estudos estão a ser desenvolvidos para expandir essa experiência.
252. A política de investimento definida na Lei 59/1994 é também liberal e encorajou o investimento direto estrangeiro (IDE). Isto tem sido em relação à necessidade na transferência de capital e de tecnologia e na criação de emprego. Um dos principais desafios neste esforço é a limitação em energia e em infraestruturas e estas foram tomadas como os principais objetivos durante os últimos 18 anos. Conspirações fúteis para sabotar o crescimento econômico e bloquear o fluxo de investimentos para o nível desejado continuaram também como parte das hostilidades mais amplas contra o país. No entanto, o investimento está a circular, mas é preciso mais esforços para aumentar a sua participação e contribuição no crescimento sustentável da economia da nação.
253. O investimento estrangeiro direto ganhou particularmente ímpeto no setor da mineração. Nos termos da Lei No 68/1995, a Eritreia segue uma política prudente de exploração dos recursos naturais e da indústria extrativa. Isso está em relação com o futuro viável da nação e, portanto, muito esforço foi feito para integrá-la à economia nacional e reinvestir então os dividendos. Cerca de 23 empresas já estão presentes no setor, duas já estão a nível de produção e mais estão prontas para iniciar as suas operações nos próximos um ou dois anos. Além disso, os benefícios para o interesse nacional são também maximizados com a aquisição de 40% das ações (das quais 10% são royalties). A maximização e gestão do interesse nacional é igualmente mantida pela criação da ENAMCO (a Corporação Nacional de Mineração da Eritreia) nos termos da Lei No 157/2006. Ademais, o ambiente de segurança foi aplicado e os relatórios de responsabilidade social corporativa indicam que a segurança é garantida.
254. No contexto acima exposto, maior atenção é prestada à transformação estrutural e ao crescimento da capacidade nacional. O investimento feito em capital humano começou a tratar das lacunas críticas de capacidade no desenvolvimento. O progresso foi alcançado para assegurar a capacidade de decisão do fator humano, ao investir nos conhecimentos, competências, capacidades técnicas e profissionais e, sobretudo, na atitude da geração jovem. Mas ainda são necessários esforços mais amplos para aumentar a produtividade e tratar das questões de eficiência e de eficácia. Por outro lado, a introdução da tecnologia e,

em particular, da mecanização, automação e digitalização está crescente, mas requer mais investimento e esforço para atingir o nível desejado.

(iv) **Orientação Pragmática para o Desenvolvimento em Nível Macro**

Campanha de Desenvolvimento Yikealo Warsay

255. Relatórios internacionais disponíveis mostram que a Eritreia, em 1998, alcançou um promissor crescimento económico anual de 7% apenas alguns anos após a independência. Isso foi interrompido pela guerra fronteiriça e as hostilidades e beligerâncias subsequentes no país. A grave seca de 1999-2004 influenciou também o desenvolvimento e a subsistência das pessoas. Depois que o conflito ativo entre a Etiópia e a Eritreia culminou e abriu caminho para uma arbitragem internacional da disputa, a Eritreia declarou em 2002 a Campanha de Desenvolvimento Yikealo Warsay (*a própria denominação significa os combatentes da liberdade - Yikealo e Warsai - Serviço Nacional/gerações pós-independência em uníssono*) para tratar dos efeitos da guerra e da seca e concentrou-se nos seguintes objetivos:

-

- revitalizar a situação económica e o progresso da nação
- restabelecer o tecido social de base da sociedade
- melhorar as condições de vida
- consolidar as conquistas da paz alcançadas através de enormes sacrifícios

256. Por isso, o programa foi implementado ao tratar dos estrangulamentos críticos, com a maximização da utilização de vantagens comparativas e a mobilização de recursos disponíveis. A este respeito, a conservação do solo e da água, a produtividade agrícola, a tecnologia de irrigação, o desenvolvimento costeiro, a infraestrutura económica, a capacidade nacional e o capital humano foram visados. Isso também permitiu à nação absorver a repercussão da conspiração económica externa e alcançar um progresso tangível. A Eritreia foi capaz de se sustentar sozinha e está agora pronta para progredir mais rapidamente. Assim, o progresso e a transformação podem dar um salto qualitativo nos próximos anos. Desta forma, um paradigma alargado de desenvolvimento foi declarado.

O Princípio Alargado do Desenvolvimento

257. Após uma década de implementação e de progresso da Campanha de Desenvolvimento Warsay-Yikealo, a Eritreia, em 2015, declarou um novo princípio e organização de desenvolvimento. Consequentemente, a Eritreia está agora estruturada em quatro linhas de frente, nomeadamente, as linhas de frente de desenvolvimento Oriental, Ocidental e Central e uma linha de frente na Diáspora Eritreia. Esforços devem ser feitos para maximizar a utilização de vantagens comparativas de cada linha de frente com base nos objetivos nacionais de desenvolvimento. A gestão e a redistribuição racional dos recursos e serviços essenciais nas áreas da energia, da infraestrutura hídrica, dos equipamentos e maquinário

essenciais e do capital humano foram definidas. Além disso, as capacidades existentes foram mobilizadas, organizadas e aproveitadas como capacidade nacional para um esforço mais concertado. Acordos estruturais para a coordenação dos ministérios, administrações e forças de defesa serão igualmente maximizados para garantir a harmonização, a complementaridade e uma efetiva mobilização.

(v) O Direito ao Desenvolvimento e Questões com Implicações sobre o Tecido Social

A educação da nova geração

258. Em essência, a construção da nação da Eritreia está a criar uma geração jovem e o seu empoderamento continua como uma prioridade do governo da Eritreia. A Eritreia tem uma política pró-juventude integrada em todos os setores, políticas e programas. Embora o papel da família como instituição social seja considerável, uma abordagem multifacetada que inclui três sistemas integrados foi estabelecida para esse propósito. Isso inclui o sistema nacional de educação, o programa nacional de verão para jovens e o serviço nacional.

259. Conforme exposto em partes anteriores, a educação tem mostrado progressos e, apesar de alguns desafios de qualidade, tem sido central na formação da nova geração. Concentra-se no nacionalismo e cidadania, nas ciências e tecnologias e na preparação e formação físicas, e serviu como um elemento crucial na transformação e no desenvolvimento cultural. Como complemento a isso, o Programa de Trabalho de Verão dos alunos do ensino médio está a funcionar desde 1994. Até agora, foram realizadas 19 sessões com enormes custos económicos e a participação de cerca de 400.000 estudantes (34% são mulheres) e 20.000 organizadores. O programa introduz os jovens ao serviço comunitário e à cultura do trabalho. Foi também inculcado a unidade nacional, a autoconfiança, o espírito coletivo e a firmeza. Até ao momento, a experiência expôs o mito de que os enormes custos financeiros não são compatíveis com os retornos económicos acumulados, visto que os retornos sociais em termos da educação e formação da nova geração são significativos.

260. Nas dimensões de reflorestação do programa, mais de 22 milhões de árvores foram plantadas. A taxa de sucesso é de 74% em vários lugares e 95% em recintos escolares. Cerca de 14.000 km de terraços e 11.000 km de canais foram também construídos em várias zonas-alvo do país. Os estudantes da TEVT consertaram também mais de 150.000 portas, mesas, janelas e fizeram a manutenção de escolas e propriedades públicas. Ademais, os participantes contribuíram em campanhas de segurança rodoviária, em programas de alfabetização, reparos do sistema de abastecimento de água (em zonas rurais) e promoveram atividades culturais nas comunidades vizinhas.

261. A introdução da juventude na vida organizada através da União Nacional dos Jovens e Estudantes da Eritreia (a NUEYS) é também outra dimensão do esforço. A NUEYS é uma organização associativa que funciona até a nível da aldeia. Está aberta a todos os jovens e estudantes da Eritreia na faixa etária de 14 a 40 anos, sem discriminação de etnia, religião,

sexo, deficiência etc. A adesão básica está também aberta aos membros ativos que se inscrevem em sessões de formação , de informação e sensibilização e formações em liderança, e que são voluntários para promover a Missão e os objetivos da NUEYS entre os membros gerais. A organização tem, até agora, mais de 17.000 membros principais e 220.000 membros gerais. A NUEYS organiza a juventude através de uma rede de grupos e subgrupos em todas as sub-regiões e escolas. Atualmente, a representação feminina em todos os níveis da liderança da organização é superior a 42%.

262. Programas de sensibilização e de educação cívica, sobre o género, os direitos humanos, a saúde e a educação são realizados regularmente. O empoderamento dos jovens é também promovido através de formação profissional, programas de microcrédito e de empreendedorismo. A organização realiza igualmente programas de média em todas as línguas da Eritreia que se focalizam principalmente nos jovens, e tem a sua própria revista, “The Youth”, que é publicada em 7 línguas.
263. A organização afirmou também o seu papel com a mobilização dos jovens para a defesa nacional, para a advocacia e sensibilização entre um amplo setor da sociedade e durante a Campanha de Desenvolvimento Warsay-Yikealo, mas com maior enfoque nas crianças e jovens. A sua notoriedade nas escolas e instituições de ensino superior é também evidente. A NUEYS realiza campanhas educativas permanentes e programas de entretenimento direcionados a crianças e Associações Infantis são realizadas em cada sub-região. Promovem clubes de média e programas de média para crianças através da TV, rádio e jornais. Além disso, vários jovens Eritreus da Diáspora são também voluntários para participar em atividades de desenvolvimento nacional através dos programas de voluntariado da NUEYS e no serviço nacional.
264. A União Nacional dos Jovens e Estudantes da Eritreia é um membro ativo de diferentes organizações juvenis regionais e internacionais. Enquanto atualmente Vice-Presidente da União Pan-Africana da Juventude (a PYU), Membro do Comité Executivo da Rede Africana dos Jovens e Adolescentes para o Trabalho e o Desenvolvimento (a AFRI-YAN), é também membro do Comité Executivo da Federação Mundial da Juventude Democrática (a FMJD). É igualmente um membro ativo da organização juvenil CIN-SAD, do Conselho da Juventude Afro-Árabe (a AAYC), da AASU (All Africa Students Union - a União de Todos os Estudantes da África), da Iniciativa Juvenil para a Bacia do Nilo, da UNOY (a Rede Unida dos Pacificadores). A NUEYS hospeda um número de fóruns de jovens com a participação de representantes de diferentes organizações juvenis de todo o mundo.
265. A Eritreia introduziu o Serviço Nacional (Lei Nº 82) em 1994. Nenhum cidadão eritreu está isento de cumprir o serviço baseando-se na religião, sexo, origem étnica, etc., exceto em casos de idade, deficiência e maternidade. Também é feita nota do seguinte: -
- Os artigos 11 (1) a (3) especificam explicitamente que a idade de elegibilidade é de 18 a 40 anos. O Serviço Nacional está limitado a 18 meses pela lei; das quais 12 meses são

passados em missões civis/públicas, e é realizado no Centro de Educação e Formação de Sawa.

- Em tempos de paz, os membros do Serviço Nacional não têm nenhuma outra obrigação quando cumprem o seu dever de serviço. Mas eles fazem, em teoria, parte do exército de reserva elegível para recorrer se/ e quando uma guerra começar.
- O sistema é principalmente desenvolvido como uma arquitetura para estimular a preparação e a contribuição da juventude no desenvolvimento nacional. Mas emergiu também contra o contexto da desmobilização maciça do exército de luta pela libertação e dos vigorosos esforços para um quadro robusto de segurança regional e de cooperação para o desenvolvimento. Portanto, o Serviço Nacional, em alguns aspetos, era essencialmente visto como uma arquitetura de segurança contingente que permitira à jovem nação manter um exército regular muito pequeno com a liberdade para mobilizar a força necessária se/ e quando a Eritreia enfrentar ameaças existenciais.

266. Desde a sua criação, o Centro de Educação e Formação de Sawa formou mais de 500.000 membros do serviço nacional e desempenhou um papel dinâmico na defesa nacional, no desenvolvimento nacional e na promoção dos valores básicos de emancipação, liberdade e democracia. Além disso, o Centro forneceu também um programa de formação técnica e profissional de 2 anos para mais de 17.000 cidadãos nos últimos 10 anos. Isso mostra a importância do centro como um veículo para a educação e formação de jovens, a transformação cultural e o desenvolvimento de recursos humanos.

267. A desmobilização após a conclusão do serviço nacional tem sido um componente importante do sistema. A Comissão para a Desmobilização (nos termos da Lei No 113/2001) foi criada em 2001, imediatamente após a assinatura do Acordo de Cessação das hostilidades entre a Eritreia e a Etiópia. O programa previa a desmobilização total do exército em três fases e através do apoio dos parceiros internacionais. Durante a primeira fase (2001 - 2005), mais de 105.000 foram desmobilizados dentro do calendário previsto. Mas as fases seguintes foram retardadas quando a Etiópia rejeitou a decisão da EEBC através de uma carta formal do seu antigo Primeiro-Ministro dirigida à ONU (em setembro de 2003) e os parceiros internacionais assumiram a responsabilidade de tomar as medidas apropriadas. Apesar desses grandes obstáculos, no entanto, as desmobilizações em larga escala continuam a ocorrer.

268. A guerra e sua continuação de hostilidades são o resultado da flagrante violação da Etiópia do direito internacional e às disposições fundamentais da Carta das Nações Unidas e do Acordo de Paz de Argel que foi assinado entre os dois países. Na ausência de medidas adequadas por parte do Conselho de Segurança da ONU contra a Etiópia, estipulado explicitamente no Acordo de Argel, a Eritreia não tem outra opção senão tomar as medidas necessárias de autodefesa que fossem proporcionais à ameaça que estava a enfrentar. A Eritreia foi forçada a prolongar a duração do Serviço Nacional dos seus 18 meses estatutários para defender a sua soberania e integridade territorial. A configuração normativa

dos deveres do serviço nacional é assim afetada devido à ocupação continuada da Etiópia nos territórios soberanos da Eritreia e os seus planos acentuados de desestabilização.

A Implícita e Falsa Alegação de Trabalho Forçado no Serviço Nacional

269. A Eritreia refutou continuamente as acusações implícitas de trabalho forçado feitas por membros do serviço nacional, também levantadas em algumas das sessões do Comité da OIT. A alegação menciona que “*a Eritreia contou com o cumprimento do Serviço Nacional obrigatório e indefinido e introduziu a Campanha de Desenvolvimento Warsai-Yikelao (a WYDC) em 2002 como prática generalizada de trabalho forçado*”. O Governo da Eritreia rejeita a alegação acima mencionada e afirmou continuamente que “o Serviço Nacional constitui uma exceção para o termo trabalho forçado sob o Artigo 3 (17) da Lei 118/2001 e que as obrigações cívicas normais, o trabalho previsto no Código Penal, os serviços comunitários prestados em caso de emergência não podem ser considerados como trabalho forçado. Neste contexto, os seguintes aspetos devem ser considerados: -

- De acordo com os Artigos 6 a 8 da Lei No 82 de 1995, os cidadãos maiores de 18 anos terão a obrigação de fazer o serviço nacional durante 18 meses. Isto é compatível com os 3 elementos da definição sobre “Obrigação Cívica Normal” prevista no Artigo 2, Parágrafo (b) da Convenção 29, considerado como exceção (serviço militar obrigatório, trabalho/serviços em caso de emergências e de serviços comunitários).
- O Código de Processo Penal da Eritreia contém disposições que regulam a detenção criminal e a prisão com diretrizes claras para a abolição do trabalho forçado estipuladas na convenção 105.
- A Eritreia enfrenta ameaças externas existenciais, incluindo a ocupação dos seus territórios soberanos pela Etiópia, e por estas razões, tornou-se evidente a extensão do período de serviço. Mas, como explicado nas partes anteriores, sempre desmobilizou os membros do serviço nacional do serviço ativo. Isto afirma a legitimidade do serviço contínuo, em conformidade com a Convenção 29, para requerer ao serviço militar e não militar como um caso de emergência.

Direitos e Gestão da Terra

270. Cerca de 70% do povo da Eritreia depende da agricultura para a sua subsistência e a terra é, portanto, uma questão central no sustento de um sólido desenvolvimento económico e social. A base institucional e legal para tratar da questão da terra está estabelecida na Lei No 58/1994 sobre a Terra. Esta lei estipula claramente que a terra é administrada pelo Estado. O governo, por sua vez, garante o direito dos cidadãos de serem beneficiários, em conformidade com a lei. Também aborda disposições sobre a utilização da terra por outras partes interessadas. A lei garante, assim, o direito de todos os cidadãos maiores (18 anos e acima) nas zonas rurais de ter acesso a terrenos agrícolas e residenciais. A exigência é que têm de cumprir as suas obrigações nacionais definidas pela lei e na referida Lei.

271. O direito do usuário à terra agrícola é vitalício e dá ao usuário a motivação e o desejo de trabalhar arduamente no terreno e administrá-lo de maneira planejada. Como a segurança alimentar é uma prioridade para o governo, garantir a posse da terra tornou-se também uma questão importante no aumento da produtividade. A lei promove igualmente a gestão sustentável da terra. Assim, a posse e gestão da terra tornaram-se um assunto importante na capacitação dos aldeões. Com base nas disposições da Lei sobre a Terra, os habitantes de uma aldeia são organizados em comitês e asseguram o seu papel decisivo como beneficiários e participantes no processo de tomada de decisão. Eles participam ativamente no processo de identificação do potencial da terra e na seleção de candidatos. Isso garantiu o sentimento de pertença e incentiva os agricultores a administrarem as suas terras adequadamente.
272. A igualdade na distribuição e gestão da terra está também garantida. Os dados, até agora, mostram que 32% das terras são distribuídas a famílias chefiadas por mulheres. As mulheres estão a ganhar mais independência na vida económica na família e na sociedade. Dá-se igualmente especial ênfase a órfãos, a fim de garantir os seus direitos económicos e sociais. Nas zonas urbanas, os cidadãos têm o direito ao acesso a terras para fins comerciais e residenciais. Não há discriminação no processo de distribuição. No entanto, há disparidade entre o número de candidatos e o número de terrenos disponíveis para serem distribuídos aos usuários. Para resolver este problema, o governo preparou um sistema informatizado de gestão de prioridades para facilitar o processo de seleção. Até agora, 33.375 em zonas urbanas e 70.464 em zonas rurais, candidatos têm o direito de acesso à terra para fins residenciais. Ademais, 5.869 terrenos foram destinados para fins comerciais e industriais e 3.385 outros para agricultura comercial.

Desenvolvimento orientado a Comunidades e Aldeias espalhadas

273. A Eritreia tem comunidades pastoris e semipastoris, bem como pequenas povoações estabelecidas em zonas espalhadas, especialmente nas regiões de Anseba, Gash Barka, Mar Vermelho do Norte e do Sul. Isto constitui um desafio para a promoção de melhores condições de vida, da agricultura e produção animal e a prestação de serviços sociais adequados. Além disso, influencia o esforço contínuo para promover a igualdade dos direitos e oportunidades. Nos últimos 15 anos, tem sido feito um esforço para resolver esta questão e o resultado, alcançado até ao momento, é promissor, embora o âmbito fosse limitado. A implementação da política é, no entanto, indicativa do esforço para transformar a subsistência das comunidades desfavorecidas.
274. Os progressos em curso numa das quatro administrações regionais acima mencionadas (Região de Anseba) podem ser considerados representativos do esforço e do progresso inicial alcançado. Nesta Região, quatro sub-regiões são visadas e as seguintes ações foram realizadas: -
- *Sub-Região de Kerkebet* - Um plano diretor para estabelecer e capacitar 2.000 famílias numa zona chamada Himbol Qechech é iniciado e já 700 famílias de uma das zonas-alvo

receberam parcelas de terra, o serviço de água instalado e um sistema de painéis solares estabelecidos. Há uma escola primária e um centro de saúde e a construção de residenciais está em curso. Além disso, 685 agricultores instalaram-se na aldeia de Amalayit, cada um recebendo 5 hectares de terra e agora são autossuficientes e aumentaram o seu nível de renda ao fornecer os mercados próximos.

- Sub-Região da Selia – O investimento de 15 milhões de ERN na construção de 152 casas (450 m² para cada família) e na infraestrutura dos serviços sociais de escola, centro de saúde e abastecimento de água está em curso. O projeto de 4,4 milhões de ERN em abastecimento de água está também em fase de conclusão.
- Sub-região de Habero - Quase 60% da população da sub-região instalou-se em 16 localidades administrativas. Há agora 7 escolas elementares, 7 escolas do ensino médio e uma escola secundária servindo essas localidades. Além disso, há 5 centros de saúde na zona que oferece serviços de saúde a uma curta distância, com exceção de um com uma distância de viagem de mais de 18 quilômetros para chegar ao centro de saúde mais próximo. Nas aldeias estabelecidas, muitas famílias receberam terras para atividades agrícolas e 70 delas já estão a conduzir uma agricultura comercial de horticultura e vendem os seus produtos para zonas urbanas circundantes.
- Sub-região de Hamelmalo - três povoações distantes são alvo e infraestruturas e serviços sociais em educação, saúde, água, administração já estão disponibilizados.

275. A política é também implementada em outras regiões e é ilustrada nos seguintes exemplos: -

- Mar Vermelho do Norte - localidade de Kubkub na sub-região de Afa'bet - 850 famílias provenientes de zonas espalhadas são instaladas; o ensino elementar e médio estabelecido e muitos já se matricularam no ensino médio e superior; sistemas de abastecimento de água movidos a energia solar estabelecidos; a zona já tem empresas de moagem de farinha, padaria, lojas, restaurantes e outros serviços. Desenvolvimento similar foi observado na localidade de Qelhamet na mesma sub-região
- Mar Vermelho do Sul - aldeias espalhadas de Seblale, Gaharie, Wiewa', Bagea'do, Gahertafan e A'dayin estabeleceram-se em Wade; agricultura comercial de pequena escala introduzida; água, educação, saúde, serviço de transporte para os portos de Assab e de Beylul foram também estabelecidos.

Eritreus na Diáspora

276. A Eritreia tem uma importante comunidade de Diáspora em todo o mundo. As suas contribuições durante a luta de libertação foram também muito importantes. O EPLF, durante a luta pela libertação, tinha organizações nacionais para jovens, mulheres, trabalhadores e comunidades que foram criadas em muitas cidades no exterior. Após a independência, um importante objetivo político da política externa da Eritreia era também respeitar os direitos da Diáspora e aumentar o seu contributo no desenvolvimento nacional. Os eritreus que vivem no exterior são, portanto, considerados uma mais-valia para a nação.

Isto é igualmente conforme com as Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre as Comunidades da Diáspora, bem como com a Resolução da UA sobre o Papel e Contribuição da Diáspora Africana.

277. Desde a independência, um departamento que supervisiona as atividades da diáspora eritreia foi reforçado. A criação de uma Comissão para reforçar o papel dos eritreus que vivem no estrangeiro, em conformidade com a Lei 121/2002, foi também uma evolução crucial a este respeito. Consequentemente, a mobilização, organização e capacidade dos eritreus no exterior cresceram significativamente. Hoje, uma rede de mais de 560 associações, estruturas comunitárias e redes especializadas de profissionais e empresas estão ativas. Além disso, várias comissões sobre festivais eritreus e atividades sobre a cultura, os desportos, a educação infantil, o apoio ao Fundo Fiduciário dos Mártires na Eritreia, etc. estão também ativas em todos os cantos do mundo.

278. Os laços das comunidades da Eritreia no estrangeiro com o seu país de origem são muito fortes. A sua contribuição é também significativa, apesar de enfrentarem hostilidades e intimidação. O estratagema contínuo para impedir esta contribuição e ligação ao desenvolvimento da Eritreia por alguns países ocidentais é um bom exemplo. Em especial, o Imposto sobre Reabilitação e Reconstrução (o RRT 2%) declarado com base nas Leis No 62/1994 e No 67/1995 foi alvo desta hostilidade. O RRT é concebido de forma a estar em relação com a promoção da igualdade de direitos e oportunidades para aqueles que vivem no exterior. A sua contribuição em remessas também foi bloqueada e sabotada de várias maneiras, de modo a impedir que o governo da Eritreia a aproveitasse para o desenvolvimento nacional. No entanto, os seus laços são sempre fortes e continuam a visitar o seu país regularmente. Nos últimos 10 anos, uma média de cerca de 95.000 eritreus viajaram anualmente para o país e chegou até 126.000 em 2016. Eles visitam famílias, constataam o progresso no desenvolvimento e participam em vários eventos e atividades. Em geral, o papel dos eritreus residentes no estrangeiro foi consolidado e reflete as seguintes dimensões políticas: -

- assegurou a igualdade de direitos e oportunidades da Eritreia na Diáspora para beneficiarem das riquezas e recursos da nação
- contribuiu para a sua integração nos países anfitriões e criou com sucesso uma influência
- provou ser um mecanismo vital para o trabalho coletivo para reforçar a sua segurança social e económica e manutenção da sua cultura e valores sociais
- reforçou o seu papel e participação no desenvolvimento nacional da Eritreia

Questão da Migração e do Tráfico de Seres Humanos

279. Tal como foi descrito neste relatório, a Eritreia reforçou também a sua dinâmica de desenvolvimento. Assim, a subsistência, as aspirações, as oportunidades, a participação e a harmonia das pessoas desenvolveram-se, garantindo a igualdade de direitos e uma vida melhorada para todos os cidadãos. Há ainda desafios a vencer, incluindo os económicos, e as

ameaças externas existenciais continuam a exercer pressão, mas o país é pacífico e estável. A migração ilegal ligada a uma crescente rede global de tráfico de seres humanos, no entanto, faz parte do estratagema contra a nação.

280. Neste contexto, os fatores de atração defendidos por alguns países ocidentais para atrair a juventude da Eritreia constituem o principal motor de migração da Eritreia. O tratamento preferencial, o asilo político falsificado e manipulado e o acolhimento de migrantes de outras nacionalidades da Região do Corno de África, fingindo como cidadãos eritreus, constituem políticas injustas prosseguidas contra a nação. Além disso, a declaração dos EUA de retirar crianças e mulheres da Eritreia do seu país, declarada abertamente pelo Presidente Obama no seu discurso perante a Clinton Global Foundation Initiative em 2012, expôs a má intenção sobre a nação Eritreia. O Wikileaks expôs também que os jovens eritreus foram alvos dos EUA com o pretexto de oferecer-lhes bolsas de estudo, mas na verdade foi uma tentativa fútil de recrutá-los como agentes para a mudança de regime.
281. O Governo da Eritreia tem feito o máximo para combater o tráfico de seres humanos e muitos traficantes foram presos e condenados. Também intensificou a sua coordenação com o Sudão e o Egito, e está envolvido no processo de Cartum sobre a migração e o tráfico humano. O presidente Isaias Afwerki solicitou também à ONU uma investigação independente sobre o problema, mas sem sucesso até o momento. Hoje, independentemente das estatísticas extraordinariamente manipuladas destinadas a manchar a imagem da Eritreia, o número real de imigrantes ilegais está no seu nível mais baixo. Este é um resultado do progresso promissor da Eritreia, da advocacia contínua, da intensa aplicação da lei e da exposição das ilusões emaranhadas das expectativas dos migrantes pelo "estilo de vida de sonho do Ocidente", propagadas durante a campanha que falhou. O envolvimento da Eritreia com alguns países ocidentais para corrigir as suas políticas de imigração contra os eritreus desempenhou também um papel importante.
282. A Eritreia defende a governação da migração baseada numa relação entre migração e desenvolvimento e que assegure os direitos humanos dos migrantes. Além disso, considera o seu papel ativo no desenvolvimento do seu país de origem, abordando os efeitos da fuga de cérebros, os voos de repatriamento do capital humano e a promoção de retornados voluntários. Objeta igualmente o tratamento desumano, a marginalização e a expulsão dos migrantes.
283. Os migrantes oriundos da Eritreia, onde quer que vivam, são considerados como uma mais-valia e o Governo encoraja o sucesso da sua integração e produtividade na sociedade de acolhimento. Por outro lado, são também criados meios para continuar os laços com as suas famílias, comunidades e país e eles contribuem no desenvolvimento da Eritreia. O Departamento de Imigração e Nacionalidade desenvolveu igualmente um mecanismo especial para a reintegração daqueles que migraram ilegalmente na dinâmica de desenvolvimento e para incentivá-los a concentrarem-se na construção do seu futuro. Isso restabelece o seu direito ao serviço consular. Esforços são também feitos para lidar com os

efeitos da fuga de cérebros e os voos de repatriamento do capital humano. Também defende o repatriamento voluntário e a reabilitação dos migrantes que enfrentam problemas de autorização de residência ou de estabelecimento nos países anfitriões. Em 2013 - 2015, mais de 9.971 (cerca de 45,4% são mulheres) retornaram ao seu país e foram reintegradas na vida normal e diária.

Política dos Direitos Humanos contra a Eritreia

284. O progresso significativo da Eritreia em todas as áreas desde a independência é um fato de registro e é evidente de constatá-lo. Como em qualquer outro país e como em todos os setores do seu desenvolvimento, a Eritreia enfrenta também desafios em direitos humanos, mas não há nenhuma violação flagrante e sistemática dos direitos humanos. Foi, no entanto, objeto de quatro consecutivas e politicamente motivadas resoluções do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas a pretexto dos direitos humanos. Estas resoluções e o confronto pioraram com a nomeação de um Relator Especial e uma Comissão de Inquérito (que terminaram o seu mandato em junho de 2016) que não resolveram este problema. A ladainha de acusações de violações flagrantes dos direitos humanos é infundada, mal interpretada, desatualizada ou exagerada. Além disso, as resoluções e relatórios contêm abusos processuais e substantivos; medidas precipitadas para alcançar a agenda política e a dependência sobre quem seriam “requerentes de asilo político” e grupos substitutos que constituem uma agenda de mudança do regime em nome dos direitos humanos.

285. O objetivo principal das resoluções e mecanismos é, portanto, reduzir a capacidade da Eritreia de manter a sua segurança nacional. É por estas razões que estas resoluções e mecanismos politicamente motivados negam a influência e os efeitos das ameaças externas existenciais no desenvolvimento da Eritreia, em geral, e nos direitos humanos e dos povos, em particular. Também atacam cruelmente, entre outros, o Serviço Nacional da Eritreia, a contribuição decisiva da juventude, o esforço exemplar e a conquista da igualdade e empoderamento das mulheres e o promissor setor mineiro e o seu papel no desenvolvimento da nação. Os mandatos politizados específicos do país e os relatórios do Conselho de Direitos Humanos da ONU são, portanto, totalmente rejeitados pela Eritreia. São desprovidos de qualquer base legal e institucional sólida, pois visar uma nação soberana viola os princípios de não-seletividade, e objetividade e de imparcialidade do Conselho. Além disso, desconsideram a realidade concreta na Eritreia, buscam informações em países com posição hostil sobre o país e negam o envolvimento e o diálogo. Esses titulares de mandatos cederam também se comprometendo em abordagens ativistas contra a Eritreia, em contradição com o Código de Conduta e as Diretrizes Operacionais dos Detentores dos Mandatos da ONU.

(vi) O Caminho para um Salto Qualitativo

286. A trajetória de desenvolvimento da Eritreia e o direito ao desenvolvimento foram influenciados por muitos fatores e desafios, limitações e hostilidades que ainda prevalecem.

No entanto, não conseguiram reverter o progresso do desenvolvimento da Eritreia. O povo, o governo e a economia demonstraram a sua resiliência e a nação está agora numa situação muito melhor, como resultado dos esforços dos últimos 18 anos. De acordo com o novo plano de desenvolvimento, a Eritreia está, assim, a concentrar-se em três pilares importantes do desenvolvimento para alcançar um salto qualitativo nos próximos três anos e engloba os seguintes três pilares de intervenção estratégica: -

- Esforços iniciados para criar estabilidade macroeconómica serão reforçados
- O processo político será consolidado através do novo roteiro político, o esforço contínuo para implementar os novos códigos nacionais e a redação de uma nova constituição
- Uma reorganização completa das instituições governamentais abrangerá a consolidação institucional, a redefinição de abordagens e a dinamização do processo de sucessão dos jovens em todos os aspetos do desenvolvimento.

D. O Direito dos Povos à Paz e à Segurança Internacional

(i) Ameaças Externas Existenciais e Implicações

287. O período inicial pós-independência da Eritreia até 1998 caracterizou-se por uma rápida transformação socioeconómica, política e social. A onerosa guerra de 1998 a 2000 com a Etiópia, bem como as terríveis condições de beligerância perene que seguiram com as suas consequências, influenciaram o tempo e a velocidade dos esforços. É claro que as prioridades mudaram em determinadas situações e o país teve de lidar, antes de tudo, com questões existenciais de preservação da sua soberania e integridade territorial. Esta realidade é muitas vezes ignorada por aqueles que têm uma posição hostil contra a Eritreia. As ameaças externas existenciais visam contrariar as aspirações de construção da nação da Eritreia, violar a sua soberania, comprometer a sua posição política independente e sabotar as promissoras realizações de desenvolvimento. Assim, a desconsideração dos contextos ambientais externos predominantes, que moldaram a política de segurança nacional, não é aceite pela Eritreia, pois nega a interligação entre paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

288. A guerra fronteiriça entre a Eritreia e a Etiópia foi resolvida por meio de uma decisão final e executória de delimitação (2002) e demarcatória (2007) da Comissão Independente da Fronteira Eritreia-Etiópia (a EEBC). No entanto, a Etiópia continua a ocupar territórios soberanos da Eritreia, desafiando o direito internacional, o Tratado de Paz de Argel, a decisão arbitral do EEBC e as sucessivas resoluções do CSNU sobre o assunto. Portanto, a ocupação constitui uma *violação do direito de soberania do povo eritreu*. Isto constitui atos de agressão flagrantes com consequências na paz e segurança regionais, mas o sistema internacional e, em particular, o CSNU não assumiram a sua responsabilidade.

289. A Eritreia está também sujeita a sanções injustas e ilegais do Conselho de Segurança da ONU desde 2009. O pretexto de uma ameaça iminente à Paz Internacional é irracional,

ilegal e injusto. O CSNU perdeu também sua Obrigação Internacional de Boa Fé (Artigo 2-2 da Carta das Nações Unidas) ao sucumbir ao ditado dos EUA, que trabalhou continuamente para deturpar e intimidar alguns membros para sancionar a Eritreia. O pretexto de que o pedido veio da UA também não é verdadeiro. Além disso, o Artigo 39 da Carta estabelece também que o CSNU não pode passar a responsabilidade de invocar o Capítulo VII para qualquer outra organização. Assim, mesmo essas sanções violam o direito do povo eritreu ao desenvolvimento.

290. Ademais, o direito do povo eritreu de viver em paz, sem quaisquer ameaças é também violado, uma vez que a Eritreia enfrenta a posição beligerante dos EUA e do seu aliado, a Etiópia. Nesse contexto, o sonho da mudança de regime tem sido típico nos últimos 18 anos. Várias alternativas, partindo de incitar uma guerra total a pretexto de uma disputa fronteiriça, as conspirações políticas, económicas, sociais e culturais prolongadas e as ameaças militares, foram travadas contra a Eritreia desde 1998. A ironia é que, enquanto a Eritreia confrontasse um embargo de armas e foi negada o seu legítimo direito de autodefesa, os arquitetos da sanção continuaram a armar o Governo etíope e a desestabilizar o Corno da África.
291. O povo e o governo da Eritreia permaneceram resistentes para defender a segurança nacional do país. Isto emana da convicção de que a maior responsabilidade dos mártires da luta pela libertação da Eritreia sempre fosse de nunca comprometer a segurança nacional. Apesar das suas influências, as hostilidades não conseguiram reverter o progresso da nação.

(ii) Em Defesa da Segurança Nacional

292. Numa situação em que o país enfrentava guerra e hostilidades, oficiais do governo também foram detidos em 2001 por conspiração e tentativa de derrube do governo legal do país e por conivência com forças estrangeiras hostis com vista a comprometer a soberania do país; para enfraquecer a segurança nacional da Eritreia e pôr em perigo a sociedade da Eritreia e o bem-estar geral do seu povo durante um período de guerra. Estas são violações do Código Penal Transitório da Eritreia: ataques à independência do estado (artigo 259); enfraquecimento da defesa do Estado (Artigo 260); e alta traição (artigo 261). Além dessas leis nacionais, os perpetradores deste ato violaram também os Artigos 29 (3), (4) e (5) da CADHP.
293. A alegação de que as onze pessoas foram “presos políticos” ou “prisioneiros de consciência” detidos por “terem feito um apelo a favor de reformas e eleições democráticas e maior respeito aos direitos humanos” é factualmente infundada e muito longe da verdade. De outro modo, é sobejamente conhecido que expressar a sua opinião política ou crença não é um crime na Eritreia para qualquer cidadão. Nenhum cidadão eritreu é também preso devido às suas crenças ou expressões políticas. A Lei da Eritreia reconhece e protege os direitos dos indivíduos de estarem livres de discriminação e perseguição devido ao seu género, religião, etnia, deficiência, etc.

294. O Governo não prendeu arbitrariamente as 11 pessoas. A Assembleia Nacional, durante a sua 14ª Sessão realizada de 29 de janeiro a 2 de fevereiro de 2002, discutiu um relatório sobre a natureza dos atos criminosos cometidos por essas pessoas. A Assembleia Nacional deplorou os graves atos perpetrados pelos detidos e ordenou ao governo que tratasse do assunto de maneira apropriada. Desenvolvimentos subsequentes, que incluem um prolongado estado de beligerância pela Etiópia, uma situação de “nem guerra nem paz”; e a pronunciada política de “mudança de regime” da Etiópia agravaram o problema e tornaram difíceis várias opções para o resolver.

(iii) Refugiados acolhidos na Eritreia

295. A Eritreia respeita os princípios enunciados na Convenção de Genebra de 1951, na Carta da União Africana e em outras leis e instrumentos de direitos humanos e internacionais relacionados com os direitos dos refugiados que fugiram do conflito e da violência. Não é um destinatário importante dos refugiados. No entanto, o Office for Refugee Affairs (ORA) - Gabinete de Assuntos dos Refugiados - do Departamento de Imigração e Nacionalidade é o escritório responsável pelos assuntos relacionados aos refugiados. É igualmente responsável por uma grande diversidade de assuntos administrativos dos campos de refugiados, incluindo a gestão, o fornecimento de assistência, a assistência médica, água e saneamento e a manutenção dos campos. O ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) colabora também com o ORA na questão dos refugiados para complementar os esforços do governo no fornecimento de financiamento e no acompanhamento conjunto dos seus meios de subsistência. Havia 4.000 refugiados somalis e sudaneses em 2010, dos quais 30% eram crianças e 48% eram do sexo feminino. O Governo da Eritreia, em colaboração com o ACNUR, fornece-lhes mensalmente rações alimentares, água, serviços de saúde e educação. Missões de acompanhamento e de avaliação são também realizadas.

E. Igualdade e empoderamento das mulheres

(i) Igualdade das mulheres

Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres

296. Durante os anos de luta pela libertação nacional, uma transformação que garantiu a igualdade entre os sexos e proíbe qualquer discriminação ocorreu. De facto, a luta nunca teria conseguido sem a participação exemplar das mulheres. Na Lei de independência 1/1991, foram legalmente abolidas todas as discriminações, incluindo aquelas com base no sexo, e isto se refletiu nos Códigos Transitórios. A Carta Nacional da PFDJ de 1994 afirma também a sua relação intrínseca com a justiça social e declara que "*uma sociedade que não respeita os direitos e a igualdade das mulheres não pode ser verdadeiramente liberta*". A Constituição de 1997 reconheceu igualmente o papel heroico das mulheres da Eritreia. Por isso, deu grande importância à igualdade e aos direitos das mulheres e proibiu todas as

formas de discriminação. O acima exposto constitui os princípios básicos sobre os quais os direitos das mulheres da Eritreia são constituídos.

297. Consequentemente, os Códigos Nacionais consignam a igualdade de direitos e proíbem qualquer forma de discriminação sexual, religião ou qualquer outra crença. Às mulheres foram atribuídas oportunidades iguais a as dos homens em todos os assuntos legais, incluindo os assuntos civis. A igualdade de direitos das mulheres é respeitada e protegida no cumprimento de contratos, na administração da propriedade, na manutenção e herança da propriedade da família, etc. Elas comparecem livremente nos tribunais pessoalmente ou através dos serviços dos advogados. O sistema judicial está também aberto de forma igual para homens e mulheres trabalharem a qualquer título. Além disso, a Lei No 58/1994 sobre a Posse da Terra aboliu o sistema tradicional e garantiu os direitos à terra das mulheres, a Lei No 118 / 2001 sobre o Trabalho forneceu proteção legal às mulheres empregadas e a Lei de Serviço Nacional No 82/1995 assegurou o seu direito de participação acima de 18 anos de idade, independentemente do sexo.

298. Por outro lado, a Política Macro do governo ressaltou as perspectivas de desenvolvimento sobre as questões de género. Sob o mandato do Governo, a União Nacional das Mulheres Eritreias (a NUEW) também desenvolveu e implementou os seus próprios Planos Nacionais de Ação consecutivos de cinco anos desde 1999. Assim, a igualdade e empoderamento das mulheres são integrados nas políticas e programas setoriais. Os pontos focais de género estão também em funcionamento na maioria dos Ministérios e agências governamentais. A NUEW é uma rede eficaz de organizações de mulheres dentro do país e na diáspora. A igualdade de direitos e oportunidades das mulheres é agora uma realidade em todos os aspetos do desenvolvimento e é sancionada pela lei nacional e as mulheres são participantes e beneficiárias no desenvolvimento da nação.

Questão de Nacionalidade/Cidadania

299. A igualdade de direitos das mulheres da Eritreia em adquirir, mudar ou manter a sua nacionalidade é também legalmente respeitada e em conformidade com a Lei No 21/1992 sobre a Cidadania. A Constituição, nos termos do Artigo 3 sobre a Cidadania, abordou igualmente a fundação do direito à cidadania. Assim, todas as leis tradicionais e consuetudinárias são revogadas e o direito à cidadania a filhos nascidos fora do casamento ou de pais não eritreus é respeitado e protegido. A Lei sobre a Cidadania afirma também que a cidadania eritreia pode ser adquirida por nascimento, por naturalização, por adoção e por casamento e é igualmente aplicável a homens e mulheres, sem discriminação. Assim, as mulheres obtêm um passaporte nacional e bilhete de identidade pessoal de forma independente, sem o consentimento dos seus cônjuges. No entanto, no caso dos seus filhos necessitarem passaporte para viajar, o consentimento de ambos os pais é imposto. No caso de um filho nascido fora do casamento, o consentimento do seu único pai é também necessário. O Departamento de Imigração e Nacionalidade implementou e monitorou eficazmente as disposições acima expostas.

Ação Afirmativa e Implicações Políticas

300. A Ação Afirmativa é introduzida como uma medida temporária para aumentar a participação das mulheres no progresso social, político e económico. Promove também a inclusão das mulheres em importantes órgãos de decisão do governo. Em essência, é tomado como um meio de preencher a lacuna predominante a nível da participação das mulheres. A ação afirmativa para assegurar a representação justa de género foi, portanto, respeitada e protegida em conformidade com artigo 10 (2) da Lei No 86/1996 que trata da criação de Governos Locais. Assim, o seu direito a 30% de assentos nas assembleias a todos os níveis é implementado. Elas competem também nos 70% restantes. No entanto, devido às restrições nacionais descritas anteriormente, apenas as eleições locais e regionais ocorreram durante o período coberto pelo relatório. A NUEW foi também representada nos fóruns de consulta da Comissão de Reforma da Justiça que revisaram todos os códigos transitórios e desenvolveram os códigos nacionais recentemente publicados. A experiência também atesta que a Comissão Constitucional da Eritreia (a ECC), órgão encarregado de redigir o primeiro projeto de Constituição Nacional em 1994, tinha também 40% de mulheres.
301. A ação afirmativa sobre as mulheres também é aparente em outras medidas institucionais e projetos de desenvolvimento, e a visibilidade das mulheres é assegurada em estruturas vitais. Pelo menos um membro é uma mulher em comités de posse da terra a todos os níveis. Elas constituem igualmente 45-50% em similares comissões de gestão dos recursos hídricos. Um dos três magistrados comunitários eleitos pela assembleia local é necessariamente uma mulher. Qualquer projeto ou atividade de desenvolvimento comunitário é só aprovado quando aborda o problema das mulheres. Todas as federações desportivas reservam também assentos direcionados às mulheres. Elas são colocadas em destaque em cursos de formação profissional destinados à obtenção de emprego. Tendo em conta a realidade prevalecente, foram implementados requisitos de entrada ligeiramente inferiores na matrícula em universidades, escolas, e formação técnica e profissional.

(ii) Empoderamento das mulheres

Política e vida pública

302. A participação das mulheres na política e na vida pública é assim evidente. Dados recentes do Governo mostram que, em geral, as mulheres ocuparam 28,5% dos cargos na vida política e pública. A representação nas assembleias e na administração a nível local é também significativa e representa 34% e elas constituem 37% dos magistrados comunitários eleitos. Além disso, 26% - 31% dos membros das assembleias regionais e 22% da última Assembleia Nacional são mulheres. No poder judiciário, as mulheres abrangem 22% do Tribunal Superior e 14% dos Juízes dos Tribunais Regionais. Estimativas recentes mostram também que as mulheres representam 16,7% Governadores (um dos seis Governadores Regionais é uma mulher), 17,6% Ministros (Ministros da Justiça, da Saúde e do Turismo) e

6,9%, 10,6% e 35,4% dos diretores-gerais, diretores e chefes de unidade respetivamente, em cargos no governo. Embora as mulheres pareçam mais visíveis a níveis locais e a níveis mais baixos de liderança e vida pública, o progresso geral foi alcançado a esse respeito no curto espaço de tempo desde a independência. Existem vários constrangimentos que afetam a questão e muito mais precisa de ser feito no futuro, em particular a nível regional e nacional.

Empoderamento económico

303. Os códigos nacionais, a Carta Nacional, a Política Macro, a Constituição de 1997, todas as Leis e políticas setoriais têm disposições institucionais e legais sobre a igualdade e o empoderamento das mulheres. As práticas legislativas específicas e outras práticas de definição de padrões forneceram, assim, as condições para a implementação das disposições dos direitos das mulheres e de igualdade. A maioria das mulheres eritreias, no entanto, é empregada na agricultura e a questão da terra está no centro dos ideais de justiça social. A Lei No 58/1994 sobre a Terra autoriza as mulheres a possuir ou herdar terras e medidas significativas são tomadas em todos os níveis. Isto foi monitorado pelo Ministério da Terra, Água e Meio Ambiente em colaboração com as administrações regionais. A NUEW formou também oficiais legais do sexo feminino para promover a ação e assegurar a implementação efetiva da Lei sobre a Terra. As mulheres são também membros dos comités locais e regionais de distribuição de terras. Um progresso significativo foi alcançado até agora. Os dados de 2009 a 2012 refletem que 67,8% das terras ao nível das famílias é detido tanto por homens como por mulheres e os restantes 32,2% por famílias chefiadas por mulheres. Isso incluiu 33,5% para habitação, 16,6% para agricultura e 28,6% para atividades comerciais.
304. Em geral, a melhoria constante e significativa da situação económica das mulheres é um dos principais objetivos do governo. Medidas específicas foram tomadas para capacitar as mulheres. O Saving and Micro Credit Program (SMCP) - Programa de Poupança e Microcrédito, administrado a nível nacional, prestou em 2015 um apoio de microcrédito a 42.098 mulheres clientes através dos seus 609 bancos comunitários. Este aumento é de cerca de 50,9% em comparação com 2008. O desembolso total dos empréstimos foi de cerca de 360 milhões de ERN (equivalente a 24 milhões de dólares americanos), dos quais o empréstimo agrícola detém 71,2%.
305. Por outro lado, a NUEW apoiava as mulheres através de empréstimos de microcrédito, representando 13% do investimento total feito para o empoderamento económico das mulheres. No período de 2003 a 2016, 11.749 mulheres em quatro regiões beneficiaram do programa com um investimento de 46.926.544,19 ERN. Cerca de 6.006 receberam também subvenções nas mesmas regiões, no montante de 5.818.535,75 ERN. Em geral, o foco é feito na eliminação da pobreza e o aumento do nível de renda das famílias chefiadas por mulheres. As beneficiárias trabalham em atividades geradoras de rendimentos, tais como em mini-lojas, avicultura doméstica, engorda de ovinos e caprinos e cultivo de hortas. As Cooperativas de Horticultura das Mulheres estão também a emergir. Em 2015, 952 mulheres beneficiárias em 28 sub-regiões (em cinco regiões das seis) foram apoiadas com 81 bombas

de água e desenvolveram uma agricultura irrigada em 170,3 hectares de terras. Em geral, as mulheres representam 52,06% do total de beneficiários em 2015 (foram 51,9% em 2014).

306. A igualdade de direitos no emprego é aplicada em conformidade com a Lei No 118/2001. A discriminação de remuneração e benefícios com base no sexo é também evitada. Além disso, a proteção da gravidez e da maternidade e a retenção do cargo após o parto foram aplicadas em conformidade com o Artigo 65 da Lei. O Artigo 67 garante igualmente que nenhuma rescisão de contrato, licença de maternidade ou baixa por doença decorrente da sua gravidez ou parto aconteça no emprego. Em geral, o emprego das mulheres compreende funcionárias a tempo integral do governo e do setor privado, trabalhadoras a tempo parcial, trabalhadoras independentes e empregados sazonais. Elas estão representadas (a 47%) na função pública e os dados da população feminina economicamente ativa mostram também que 51% das mulheres trabalham na agricultura. Os dados disponíveis apontam igualmente que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Eritreia (a NCEW) possui 21.245 membros registrados, dos quais 40,4% (cerca de 8.576) são mulheres trabalhadoras. Em conformidade com a Lei sobre o Trabalho e o emergente crescimento económico, reforçar a distribuição social do emprego no estatuto das mulheres é, portanto, uma questão importante. Em geral, a filiação sindical de todos os trabalhadores masculinos e femininos aumentou até 24,6% em 2013 em comparação com 2005.

Dignidade e segurança das mulheres

307. As mulheres da Eritreia desempenharam um papel inigualável na luta pela libertação e a igualdade de género constitui um pilar fundamental na dinâmica e desenvolvimento político, social e económico da Eritreia independente. Além disso, a cultura da sociedade e da comunidade dá muito valor e respeito a meninas e mulheres e não tolera estupro. Isso constitui também um fator importante sobre por que razão a violência sexual e o estupro permanecem insignificantes e as mulheres viajam de noite, mesmo em zonas remotas do país. Portanto, não há espaço generalizado e violência sistémica contra as mulheres.

308. O Código Penal da Eritreia contém também disposições legais explícitas para a punição severa contra o estupro e/ou violência sexual, abuso, etc. sobre as mulheres. Há também amplas disposições no Código Penal de Transição (por exemplo, disposições que punem todas as formas de danos físicos [Artigos 538, 539, 544, etc.]) que protegem a pessoa e a liberdade de qualquer pessoa, incluindo mulheres, de danos físicos causados por qualquer outra pessoa, incluindo os seus cônjuges. É um crime e é punível rigorosamente de prisão nos termos do Código Penal de Transição. Todas as outras formas de violência são também proibidas pelo Código Penal de Transição.

309. As mulheres são assim protegidas da violência sexual e do estupro. É possível que esses atos não sejam sempre denunciados pelas vítimas devido à estigmatização social que poderia comprometer a sua reputação. Para combater isso, agências governamentais, administrações locais e regionais, organizações nacionais, líderes religiosos, o sistema escolar, meios de

comunicação locais e todos os elementos do conjunto de instituições culturais conduzem periodicamente programas de sensibilização, de advocacia e de apoio. A NUEW, em particular, realiza operações de advocacia e defende ativamente os direitos das vítimas através da sua seção jurídica.

310. Em geral, diversos meios de recurso estão disponíveis através das disposições do Código Civil de Transição sobre os danos causados a meninas e mulheres. Os exames imediatos e obrigatórios de gravidez e de HIV/SIDA são conduzidos conjuntamente pela polícia através de autoridades médicas. Além disso, a Vacinação Profilaxia Pós-Exposição (PEP) é feita dentro de 72 horas para prevenir o HIV/SIDA. Tanto a sua família como a família do indivíduo culpado consolam a vítima dando à menina um apoio psicológico e encorajando-lhe a voltar para a escola. O envolvimento da comunidade para evitar a estigmatização é também promovido.
311. Por outro lado, *a luta contra a MGF (mutilação genital feminina) e o casamento precoce* é também um alvo importante. Por lei, o casamento precoce é totalmente proibido na Eritreia. Além disso, a MGF é legalmente abolida e criminalizada sob a Lei 148/2007. Essas práticas, que foram enraizadas na cultura e não na religião durante séculos, exigiriam tempo e esforço para detê-las completamente. Mas o compromisso político do governo é claro e a mobilização e sensibilização de toda a sociedade para a transformação está a ganhar força. O acompanhamento contínuo destas questões ocorre também através das agências de aplicação da lei, das administrações locais e da NUEW e, sempre que forem relatadas, são tratadas pela lei.
312. A campanha nacional sobre a MGF existe desde 2006 em 56 sub-regiões, englobando 759 administrações locais. A campanha destinou-se a todas as famílias e foi organizada em três fases. A primeira fase focalizou-se na sensibilização e 90% do alvo estabelecido foi alcançado. A segunda fase tratou de aprofundar o conhecimento sobre a MGF e contribuiu significativamente para influenciar as atitudes. Isto levou à emissão de declarações e de afirmações públicas pelas comunidades a nível local. A terceira fase centra-se nas discussões públicas sobre a lei que proibiu a MGF. Além disso, compromissos com as agências de aplicação da lei, as administrações locais e regionais e os líderes religiosos são feitos continuamente em paralelo.
313. Os 548 comités anti MGF estabelecidos em todo o país e em todos os níveis (até a nível da aldeia) assumem também a responsabilidade de lutar contra o casamento precoce. Uma elevada quantidade de consultas e advocacias é também conduzida por estes comités. Estes são principalmente dominados por homens e são 460 a nível de aldeia (1404 mulheres e 2262 homens), 82 a nível sub-regional (211 mulheres e 587 homens) e 6 a nível regional (12 mulheres e 58 homens). Um intensivo programa de sensibilização da comunidade através dos média para consolidar as disposições legais é também realizado.

314. Sob a liderança do NUEW, a Lei 158/2007 foi amplamente discutida por todos os setores da sociedade antes de ser promulgada. Está a ser implementada extensivamente com o amplo apoio do público e, em particular, com o apoio de líderes religiosos. O resultado é promissor. A MGF, que afetou 89% das meninas com menos de 5 anos de idade em 1995, caiu para 12,9% em 2014. O acompanhamento da questão pelos meios disponíveis foi também intensificado. Na última década, um total de 147, dos quais 128 eram de duas regiões (Anseba - 83 e Gash Barka 45), foram levados à justiça.
315. Um esforço concertado está também a ocorrer contra o casamento precoce. Enquanto a idade legal para o casamento é de 18 anos para homens e mulheres, as visões e práticas culturais e tradicionais são os principais obstáculos. Estratégias e técnicas similares usadas para eliminar a MGF são igualmente usadas para combater a perceção e as práticas do casamento precoce. Por isso, uma grande quantidade de consultas e advocacias lideradas pela NUEW e pela NUEYS tinha lugar. Também, as duas semanas de ativismo contra a violência contra as mulheres acontecem anualmente. Para sensibilizar as meninas nas escolas e combater o casamento precoce, 74 comités de género foram estabelecidos em escolas do ensino primário e secundário. As escolas com uma história de uma elevada taxa de abandono das meninas são consideradas como as prioridades imediatas. Os membros dos comités de cada escola incluem alunos (meninos e meninas), o diretor da escola, o administrador sub-regional e um representante da NUEW. Este é um projeto piloto inovador para combater o casamento precoce e garantir a educação das meninas e está a registar resultados tangíveis, mesmo em algumas comunidades religiosas tradicionalmente delicadas da sociedade.
316. Além disso, houve uma transformação significativa nos últimos dois anos para expandir e fortalecer a função dos Comitês de MGF/C (mutilação genital feminina/excisão). Cada comité a nível local foi capaz de formar pequenos grupos de pessoas da comunidade de modo cascata e a mobilização alargada das comunidades inteiras para a ação já está a tornar-se uma realidade. É de notar que há 4.534 membros dos comités a todos os níveis e 2.907 (64,12%) são do sexo masculino. Um desenvolvimento significativo nos últimos dois anos é que os comités que começaram, em conformidade com a Lei anti MGF/C, foram agora transformados para incluir questões de casamento precoce e a tarefa está integrada no movimento já em curso.
317. Atualmente, a luta desenvolveu-se num movimento popular contra a MGF/C e o casamento precoce. O fato de algumas destas comunidades serem muito tradicionais, habitadas principalmente por nómadas e semipastoris, indica o crescente sucesso. Além disso, o movimento em curso afirmou que essas práticas não fazem parte da religião, mas sim práticas culturais que devem ser evitadas. O progresso a seguir apresenta a situação; -
- A reunião dos líderes religiosos na Região Central em 20 de novembro de 2016, resultando numa declaração que condena a prática da MGF e do casamento precoce, é um desenvolvimento significativo. A declaração entre outros inclui o seguinte: -

- O limite de idade em casamentos religiosos é de 18 anos, de acordo com a lei civil, e que os noivos devem apresentar os seus bilhetes de identificação eritreus e documentos de identificação pertinentes comprovando a maioridade.
 - Isto será imediatamente implementado por instituições cristãs e muçulmanas na Eritreia. Qualquer violação deve ser notificada aos líderes religiosos.
 - Será desenvolvido um esforço para expandir esse esforço em todas as outras regiões.
- Por outro lado, um movimento semelhante conduziu à mobilização total de outra região (região de Anseba). Começou a nível local em duas sub-regiões com o papel ativo de alunos do ensino fundamental e médio, de líderes religiosos e anciãos e uma declaração foi também emitida na reunião realizada a nível regional para proibir as práticas e mecanismos de acompanhamento foram concebidos. Em geral, um objetivo de zero MGF num curto prazo de tempo, em particular nas sub-regiões de Habero e Asmath, foi também declarada. Um movimento semelhante começou também na região do Mar Vermelho do Norte e uma declaração semelhante já foi emitida nas sub-regiões Nakfa e Afabet.

Casamento e Relações Familiares

318. O quadro institucional e jurídico do Estado garante os direitos tanto dos homens como das mulheres ao consentirem em casar-se e constituir família livremente, sem qualquer discriminação, e terão direitos e deveres iguais em relação a todos os assuntos familiares. O Artigo 837 do Código Civil de Transição estabelece que "*o sexo, a idade e a nacionalidade do herdeiro não afetarão de qualquer maneira a determinação do direito à sucessão*". Todos os membros da família recebem herança sem distinção baseada no sexo. A lei garantiu também responsabilidades iguais em relação à tutela, à curatela e à adoção de crianças. O superior interesse da criança tem precedência a esse respeito. O não cumprimento de tais deveres leva também a acusações criminais, de acordo com as disposições da lei. A legislação prevê direitos e oportunidades iguais a esse respeito. Mas, às vezes, atitudes e práticas culturais colocam obstáculos e retardam as possibilidades de mudança. O Governo, no entanto, permanece comprometido em fazer valer a igualdade e eliminar quaisquer práticas discriminatórias subsistentes no seio das famílias.

Tráfico de Mulheres e Exploração da Prostituição

319. O tráfico de mulheres é um conceito alheio à sociedade eritreia, e não existem casos registados dentro do território soberano da Eritreia. No entanto, as mulheres são legalmente protegidas contra tais crimes. Os Códigos de Transição (assim como os novos códigos nacionais) fornecem uma base alargada para a proteção da dignidade humana que inclui também a proibição da exploração sexual e do tráfico de mulheres ao abrigo do Código

Penal de Transição (Artigo 605) com punição severa subsequente nos termos dos Artigos. 606 e 607.

(iii) O Papel da NUEW

320. Uma das organizações estabelecidas pela Frente de Libertação do Povo da Eritreia durante a luta pela libertação em 1979 foi a União Nacional das Mulheres da Eritreia (a NUEW). Foi estabelecida com o objetivo de capacitar as mulheres da Eritreia e promover a sua participação na luta. Atualmente, a NUEW é uma organização popular de mulheres independentes e bem-sucedidas que tem como mandato trabalhar como uma instituição de mulheres para a promoção da igualdade de género. A base organizativa da NUEW inclui 163 filiais, 481 sub-ramos e 4343 grupos básicos (a nível local). A adesão está aberta a todas as mulheres eritreias de todos os grupos étnicos e religiões com mais de 16 anos de idade. A União tem mais de 323.420 membros e escritórios nas seis regiões, 58 sub-regiões e 2460 (de 2800) aldeias, bem como na Diáspora. O aumento médio anual de adesão é atualmente estimado em 7%. Em termos de idade, 34% estão na faixa etária de 16 a 30 anos e cerca de 22% na faixa de 31 a 40 anos. As mulheres agricultoras representam também cerca de 43% delas.

321. Para promover a conscientização e reforçar a participação, ocorrem cada ano reuniões, seminários e consultas públicas. Em 2016, foram realizadas 1471 reuniões e consultas públicas a níveis sub-regional, regional e nacional, que envolveram 195.475 participantes (sendo 10,2% homens participantes). As reuniões tiveram como alvos as mulheres executivas, trabalhadoras, esposas de casa, estudantes, funcionárias públicas, membros do exército e administradoras. Por outro lado, 1.309 seminários e consultas políticas que, envolveram alvos semelhantes de 254.619 participantes (com 18,2% de homens), ocorreram. A NUEW realiza também programas de sensibilização dentro da comunidade e em direção das mulheres para combater os papéis estereotipados de género. Acima de tudo, isso tem como alvo os mitos e provérbios que desempenham um papel psicológico importante na condução e na definição dos papéis estereotipados correntes das mulheres. Isso mudou o papel tradicional das mulheres e promoveu a igualdade do seu estatuto na sociedade da Eritreia, ao abrir o caminho para a noção de igualdade de acesso e de oportunidades na vida. Apesar desta melhoria significativa, não há complacência, e mais esforços precisam ser feitos para uma mudança fundamental na sociedade.

322. As leis, decretos e regulamentações contemporâneos e todas as medidas administrativas do governo desempenharam, assim, um papel decisivo na mudança dos papéis estereotipados das mulheres. Ações concretas foram tomadas no sistema educativo, nos locais de trabalho, na vida cultural, nas atividades dos serviços de comunicação social etc. Como já foi demonstrado, o papel dos homens na luta pela igualdade das mulheres está também a ganhar força. A NUEW desenvolveu Friends of NUEW (73% são homens) em todo o país. Os Comitês trabalham para reforçar a capacidade de organização das mulheres, o seu empoderamento económico, a defesa de direitos, a mobilização contra a violência

contra as mulheres e a promoção da educação das meninas. A NUEW trabalha também em coordenação e cooperação com todos os setores do governo. Mobiliza um amplo apoio da população em geral, incluindo líderes comunitários e religiosos, bem como outras associações nacionais. A parceria com organizações internacionais é igualmente promovida com base no respeito mútuo e na apropriação nacional.

323. O Governo da Eritreia deu provas do seu compromisso e vontade política para alcançar medidas concretas de igualdade e erradicar a discriminação existente. Considera a participação igualitária das mulheres e a sua plena integração na construção da nação decisivas. No entanto, mesmo que a legislação preveja a igualdade dos direitos e oportunidades, atitudes e práticas culturais ainda constituem grandes obstáculos que influenciam as possibilidades de mudança e a tornam lenta. É também compreensível que atingir os direitos das mulheres não seja uma tarefa exclusiva das mulheres ou das suas organizações, mas uma responsabilidade de todos os adeptos dos direitos fundamentais dos seres humanos. Assim, a mobilização total de toda a sociedade será reforçada para novas realizações. O reforço da capacidade institucional da NUEW é também um alvo importante.

F. O Direito e o Desenvolvimento das Crianças

(i) As crianças e o futuro

324. As categorias populacionais de primordial importância neste relatório são as Crianças como um todo e com mais foco em órfãos e Crianças Vulneráveis. Isso inclui crianças afetadas pelo HIV/SIDA, crianças vulneráveis e da rua, crianças em contato com a lei, os com deficiências e vítimas das catástrofes naturais ou humanas. O Ministério do Trabalho e Bem-Estar Humano (o MoLHW) tem estado a procurar alcançar a sua missão abrangente através da realização de diversos programas que dão primazia à promoção dos seus direitos humanos e do bem-estar humano. O direito e a condição das crianças está, portanto, no centro do seu mandato. 48% da população total da Eritreia são crianças com menos de 18 anos de idade e 56,5% vivem em zonas rurais (NSO Data).

Idade	Homens	Mulheres	Total	% de pop.
0-4	269.380	262.390	531.770	14,8
5-9	217.553	206.244	423.796	11,8
10-14	255.267	226.530	481.797	13,4
15-17	157.826	132.104	289.930	8,1
Total	900.026	827.268	1.727.293	48,0
	52,1%	47,9%	100	

Repartição Social das Crianças em função da idade e do sexo

325. Os Códigos Nacionais e o quadro jurídico e institucional estabelecido fornecem a base para o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos das crianças. A devida consideração também é dada à política e estratégia de Desenvolvimento Integrado da Primeira Infância. É altamente reconhecido que as crianças têm o direito de conhecer e ser educadas pelos seus

pais ou responsáveis, de ter acesso a educação, saúde e proteção contra todas as formas de exploração e abuso. Os direitos e os cuidados das crianças, bem como dos delinquentes juvenis, são também respeitados e protegidos. Existem, portanto, disposições que tratam da apreensão, acusação e condenação de pessoas em conflito com a lei. Os direitos são sancionados pela lei nacional.

326. A sacralidade dos direitos e do bem-estar das crianças está também consagrada em todas as políticas setoriais do Governo. Defendem o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos da criança, em particular na vida digna, na justiça judicial e no desenvolvimento social. A Política Nacional sobre as Crianças, conduzida com a participação ativa de instituições governamentais apropriadas e de todas as partes interessadas, orienta também as abordagens, opções estratégicas e caminho a seguir. Um grupo de trabalho do governo formado por setores importantes e organizações nacionais coordena igualmente o esforço e supervisiona o acompanhamento das Convenções dos Direitos das Crianças (o CDC) e da Carta Africana dos Direitos e Bem-estar das Crianças (o ACRWC) sob a jurisdição do MoLHW.
327. Neste contexto, a aplicação e o acompanhamento eficazes são realizados na implementação e corrigem qualquer conduta errada cometida contra crianças, bem como pequenos crimes cometidos por crianças. Comitês de bem-estar infantil foram criados em 43 sub-regiões para facilitar as políticas e regulamentos sobre os direitos das crianças e a implementação do CRC e do ACRWC. Isso foi consolidado pelas parcerias forjadas entre instituições governamentais e organizações nacionais. A advocacia e o reforço da conscientização sobre os direitos e o bem-estar das crianças foram reforçados como sendo um dos principais meios para garantir os direitos das crianças. A NUEW, a União Nacional de Jovens e Estudantes da Eritreia (a NUEYS), a Confederação Nacional de Trabalhadores da Eritreia (a NCEW), a Associação de Pessoas que Vivem com HIV/SIDA e outras associações e organizações comunitárias nacionais contribuíram também grandemente na promoção da advocacia e conscientização.
328. O MoLHW organiza cursos de formação em direção dos líderes comunitários e religiosos. A formação centra-se em questões relacionadas aos direitos das crianças, aos efeitos da violência sobre as crianças, a prevenção de maus-tratos e abuso, bem como ajuda às vítimas de violência. Desde 2000, mais de 200.000 membros da comunidade, incluindo líderes religiosos, participaram nos seminários e ateliê de formação regionais e sub-regionais. Além disso, cerca de 5000 professores do ensino primário e secundário participaram numa série de seminários e ateliês. Entre muitos outros, os seminários destacaram as dimensões jurídicas e políticas dos direitos das crianças e os princípios do CRC e do ACRWC. Questões sobre a prevenção e proteção das crianças contra a violência, punição corporal e HIV/SIDA receberam muita ênfase nestes esforços.
329. A fim de difundir entre o povo o CRC, a versão em inglês do CRC é também traduzida, publicada e amplamente distribuída em seis dos nove idiomas locais. Ateliês nacionais,

regionais e sub-regionais foram igualmente organizados para sensibilizar o público, bem como para criar advocacia em questões jurídicas e políticas. Os artigos do CRC foram também transmitidos através dos meios de informação nacionais em seis línguas locais. Líderes comunitários e religiosos, bem como professores do ensino primário, receberam também formação sobre a implementação do CRC e do ACRWC. Além disso, especialistas do MoLHW, do MoH (Ministério da Saúde) e da NUEW realizaram painéis de discussões nos os meios de comunicação social sobre as disposições jurídicas e políticas, incluindo práticas tradicionais nocivas, como o casamento precoce e a MFG/C. Os escritórios regionais do MoLHW, através dos Voluntários de Reabilitação Baseados na Comunidade (VRBC), fornecem também informação e educação pública contínua sobre estas questões. Todos os anos, a 8 de dezembro, o Dia Internacional da Criança, é também comemorado na Eritreia para refletir sobre todas as questões acima mencionadas.

(ii) Esforço Integrado para Cumprir os Direitos das Crianças

330. Tal como se refletiu no quadro institucional e jurídico, é promovida uma abordagem integrada, coordenada e altamente organizada sobre o desenvolvimento das crianças, tanto ao nível da política como da estratégia para implementar esta visão. Dentro deste espírito, uma abordagem holística foi promovida e o respeito, a proteção e o cumprimento dos direitos das crianças foram formulados. Além disso, ao considerar a importância da boa educação e a sua relevância em termos de desenvolvimento dos recursos humanos viáveis, a intervenção integrada na primeira infância é uma prioridade. Conforme descrito anteriormente, o Governo lançou este programa em 1999, através de um empréstimo do Banco Mundial de cerca de 42 milhões de dólares e isso sempre continua através de diversas iniciativas e programas nacionais. Foi efetivamente implementado com grande sucesso, apesar das ameaças e condições externas desfavoráveis já descritas anteriormente. O Banco Mundial produziu também um vídeo sobre o sucesso deste programa sob o título “*One Childhood*” (“Uma Infância”) e foi considerada uma experiência inédita da abordagem holística do desenvolvimento integrado da primeira infância.

(iii) Crianças Vulneráveis

Uma abordagem sistémica para proteger crianças órfãs

331. A Abordagem Baseada na Comunidade do Governo serve assim como a principal estratégia para a assistência, proteção e apoio aos órfãos e outras crianças vulneráveis. Uma abordagem sistémica foi promovida para implementar esta estratégia, abrangendo várias formas de intervenções. Nenhuma criança é deixada para trás! Por isso, diversas medidas concretas foram tomadas para tratar dos direitos das crianças órfãs. Para cumprir o direito dos órfãos através da reunificação com famílias alargadas, 78.909 órfãos, incluindo órfãos afetados pela SIDA, foram reintegrados de 1993 a 2016 com os seus parentes de sangue e um apoio económico foi fornecido a 30.189 famílias cuidadoras em seis administrações regionais. Um montante total de 448.708.285,80 ERN foi disponibilizado para estas

despesas. Isso minimizou os problemas sociais e psicológicos de longo prazo dos órfãos. Espera-se também que os órfãos se adaptem e fiquem bem na sociedade mais facilmente e poderão eventualmente tornar-se cidadãos produtivos.

332. A adoção é também um procedimento legal que estabelece uma nova relação entre pais e filho ou um ambiente familiar em que os direitos e responsabilidades de um ou mais pais são total e irrevogavelmente transferidos para um ou mais pais adotivos. Na medida em que um pai adotivo assume todos os direitos e responsabilidades de um pai ou mãe natural, a criança adotada tem o direito de herdar a propriedade como a criança que pertence aos pais naturais. O número de órfãos que foram reunificados com pais adotivos durante o período de 1999-2016 é de 214. Em 2009, uma visita de controlo, que tinha como objetivo avaliar as condições de vida dos órfãos, revelou que todas as crianças estavam em boa saúde e pais adotivos prestaram os cuidados necessários, a proteção, a dieta e os cuidados médicos necessários.

333. A casa do Grupo Baseado na Comunidade (a CBGH) ofereceu também um estilo de vida familiar às crianças órfãs com a ajuda de cuidadores formados (*Ver a tabela abaixo*). Isso é preferível quando os pais de substituição ou adotivos não estão disponíveis. Cada casa do grupo cuida de 12 crianças com uma mãe e uma figura paterna (como assistente) e age como uma família natural. Eles frequentam as escolas locais, brincam e interagem com as crianças locais e têm um sentimento de pertença à família e à comunidade. Os órfãos não colocados em famílias alargadas tornam-se elegíveis para inserção em casa de grupo. Desde 2010, 22 CBGH operaram em todo o país e 40% estão na faixa etária de 5-9. Embora ofereça bons cuidados aos órfãos hospedados nas CBGH, o MoLHW está também a trabalhar para reunir os órfãos com os parentes mais próximos e, como resultado, medidas foram tomadas para diminuir o número de CBGH, o que foi feito para 11. O orfanato baseado num centro é também considerado como última alternativa e, nos últimos 17 anos, o esforço do Governo tem sido a sua progressiva desinstitucionalização. No entanto, os cuidados e a proteção necessários ainda continuam para 402 crianças no orfanato administrado pelo Governo e as despesas anuais são de 1.800.000 ERN. Além disso, 5.885 órfãos adicionais (dos quais 3167 são mulheres) foram apoiados e hospedados em 11 organizações não-governamentais.

Idade em anos	2008			2009			2010		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0-4	6	3	9	6	3	9	6	3	9
5-9	51	52	103	52	51	103	52	51	103
10-14	55	52	107	53	48	101	53	48	101
15-17	20	25	45	21	26	47	21	26	47
Total	132	132	264	132	128	260	132	128	260

Tabela: Órfãos colocados em lares de grupos baseados na comunidade. Fonte: MoLHW, 2010

334. As Crianças infetadas com o HIV/SIDA e que iniciaram a terapia antirretroviral (TAR) em todo o país foram seguidas e oferecidas uma contribuição financeira mensal como apoio

para a nutrição e a educação das crianças. Cerca de 83.078.342,50 ERN do fundo fornecido pelo Fundo Global (2004-2016) é usado para assistência monetária mensal a 12.958 pessoas infetadas com HIV/SIDA. O objetivo é melhorar a sua situação nutricional e reforçar o seu sistema imunitário. Essas intervenções atenuaram os problemas familiares e melhoraram a dieta dos beneficiários. Além disso, é também um impulso adicional para as famílias mandarem as crianças para a escola.

335. O Governo promove também um Programa Comunitário de Prevenção e Reabilitação de Crianças de Rua. Através deste programa, 43.672 crianças de rua frequentam escolas com uma escolarização formal. Uma assistência para materiais escolares e uma assistência pecuniária para uniformes e livros de referência, etc. são fornecidas. Outros 2.554 frequentaram formações profissionais em metalurgia e trabalho em madeira, mecânica de automóveis, maquinaria, competências informáticas, desenho, música, trabalho de costura e de bordado. Os estagiários receberam subsídios e regimes de seguro. Além disso, 5.856 famílias de crianças da rua receberam um apoio para iniciar microempresas e pequenos negócios. Isso permitiu que melhorassem os seus meios de subsistência e garantissem a continuidade na educação dos seus filhos.

Crianças em conflito com a lei

336. Durante o período coberto pelo relatório, o Governo da Eritreia tomou as seguintes medidas para melhorar o respeito e a proteção das Crianças em Conflitos com a Lei (CCL)

- estabeleceu um serviço social, que fornece aconselhamento
- definiu câmaras separadas onde os seus casos são julgados
- organizou um serviço pós-serviços de assistência às CCL que completam os períodos probatórios e de correcional
- A advocacia foi reforçada como um mecanismo para melhorar os centros de detenção e prisão existentes onde as crianças são mantidas enquanto aguardam julgamento, ou nos casos em que os pais/responsáveis não podem ser localizados.
- financiou a renovação do atual centro de detenção antes do julgamento na região Central.

337. Em conformidade com as disposições do Código Penal de Transição, o tribunal nomeia um advogado remunerado pelo governo, para ajudar jovens delinquentes. Isto é aplicado nos casos em que nenhum pai, tutor ou outra pessoa *em substituição dos seus pais* pareça representá-los, ou quando o jovem infrator for acusado de um crime punível com pena rigorosa de prisão superior a dez anos. Além disso, continuam a solicitar a admissão numa instituição curativa, de correção ou de reabilitação, uma educação supervisionada, repreensão, detenção no interior das instalações da escola ou em casa, para aqueles considerados culpados de um crime. Assim, a prisão ou detenção penitenciária de um jovem delincente só é vista após as medidas acima mencionadas serem aplicadas e falharem. Isso indica que o sistema aplica a detenção e a institucionalização das crianças infratoras como último recurso.

338. Devido à limitação de capacidade e recursos, o centro de detenção antes do julgamento de Asmara não se desenvolveu para as outras cinco regiões. Da mesma forma, não há centros de reabilitação para as CCL. Essa condição forçou as autoridades a deter adolescentes infratores no mesmo complexo carcerário com adultos, mas, é claro, em diferentes celas. Para amenizar esta situação, o Ministério da Justiça, em colaboração com parceiros, ofereceu formação sobre os códigos e legislação nacionais, as normas internacionalmente aplicáveis e na implementação dos instrumentos legais na administração da justiça juvenil. Isso inclui também a prestação de assistência material durante as detenções pós-julgamento. Por outro lado, o governo tem prestado proteção às crianças contra várias formas de possíveis abusos e violações. Alguns dos casos abordados pelos tribunais da Eritreia foram tratados como processos criminais, enquanto outros foram processos civis que afetaram o interesse da criança.

339. Alegados crimes juvenis e crimes denunciados à polícia aumentaram também de 6.105 em 2008 (11,8% são cometidos por mulheres) para 7.299 em 2009 (11,75% cometidos por mulheres) e 8.035 em 2010 (13% de mulheres). Cerca de 88% foram cometidos por criminosos do sexo masculino. Além disso, os delitos menores e os crimes contra a propriedade representaram a maior (87,95%) das infrações penais.

Crianças e conflitos armados

340. A Eritreia assinou o Protocolo Facultativo à Convenção relativo a participação de crianças em conflitos armados em 16 de fevereiro de 2005. As obrigações decorrentes do Protocolo Opcional já estão implementadas na Eritreia. A idade mínima para recrutamento é fixada a 18 anos com a proteção em relação à comprovação de idade, ao consentimento informado e ao dever de cuidados exigidos pelo Protocolo. Durante a guerra fronteiriça com a Etiópia, o governo fez muito esforço para evitar qualquer vitimização das crianças devido ao conflito. A destruição infligida pelo exército etíope durante a guerra e na subsequente ocupação de territórios soberanos da Eritreia teve impacto na vida do povo. A extensão dos danos infligidos a comunidades e famílias, incluindo crianças, é extraordinária, como explicado em outras partes do relatório.

Conclusão

341. Existem leis e políticas favoráveis em todos os setores que garantem os direitos e as oportunidades das crianças que conduzem abordagens e práticas pragmáticas. Um progresso significativo foi alcançado na promoção dos direitos das crianças, ainda existem muitos desafios. O compromisso e o apoio das famílias e comunidades, na educação e desenvolvimento das crianças são fortes. O desafio social e económico das famílias vulneráveis é, no entanto, ainda significativo. As dominantes restrições de oportunidades nos centros profissionais para crianças vulneráveis são também outro problema. Além disso,

é necessário mais foco na promoção dos cuidados e proteção adequados para crianças com deficiência e aqueles em conflito com a lei.

G. Direitos e Bem-Estar das Pessoas com Deficiência (PCD)

(i) Direitos das pessoas idosas respeitados e protegidos

342. De acordo com o EPHS de 2010, existem cerca de 160.000 PCD afetadas por deficiências graves e moderadas na Eritreia. Inválidos de guerra constituem 20% do total. Os ferimentos graves de que sofreram durante as guerras e as condições prevaletentes da sua vida exigem uma considerável atenção e intervenções. O Governo da Eritreia, as famílias, as comunidades, as organizações de pessoas com deficiência (as OPD) e as próprias PCD continuam a participar para aliviar este grande desafio.

343. O Governo da Eritreia considera o respeito, a proteção e o cumprimento da igualdade de direitos e oportunidades dos deficientes como a forma viável de mitigar os seus problemas. Isso está ancorado nos ideais de justiça social e promove os direitos humanos, as abordagens inclusivas e a autoconfiança dos deficientes. A forte base cultural e os valores inerentes à cooperação na sociedade para os deficientes são também um valor acrescentado. A igualdade de direitos e oportunidades dos deficientes é assim respeitada e protegida através do quadro institucional e jurídica estabelecido pelo Estado e sancionado pelas leis nacionais. A Carta Nacional da FEJD (Frente Eritreia para a Justiça e a Democracia) visa também *"criar condições em que veteranos e pessoas com deficiências possam ser reabilitados, tornarem-se autossuficientes e contribuírem para o desenvolvimento do país"*.

344. Além disso, foram também implementadas legislações específicas destinadas a melhorar as condições das PCD. O esforço nacional tem sido, assim, de desenvolver a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima das PCD. Aplicam-se também a todos os aspetos da sua vida, ou seja, direitos à saúde, educação, emprego, bens e património jurídicos, casamento, paternidade-maternidade etc., através de regulamentos e políticas estabelecidos. A seguir apresentam-se alguns dos importantes instrumentos: -

- A Lei nº 17/1991 para a cobrança de taxa de reabilitação para os inválidos combatentes pela liberdade, os membros das famílias dos mártires e membros da sociedade que sofrem ferimentos devido a catástrofes naturais
- A Lei n.º 82/2004 concede uma assistência total e parcial sobre os direitos aduaneiros para as PCD
- A Lei nº 3/1991 e Artigo 6 do Código Civil dá também uma disposição geral de intérpretes aos clientes em sessões judiciais.
- A Lei sobre o trabalho tem disposições para assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

345. Uma política nacional em direção das pessoas com deficiência, revista e finalizada através de um ateliê consultivo de todas as partes interessadas, convocada em maio de 2015, é também implementada de modo extensivo. Assegura a implementação da igualdade de direitos e oportunidades e delinea os papéis e responsabilidades de todos os atores na promoção dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência. Também suscitou o entendimento comum de todas as seções da sociedade. As PCD beneficiam igualmente dos privilégios da ação afirmativa apoiados por legislações e políticas governamentais. Assim, o acompanhamento de todos esses instrumentos é feito em colaboração com todos os ministérios setoriais e as organizações nacionais. Medidas funcionais e administrativas são, por conseguinte, tomadas pelo Governo para corrigir quaisquer violações nos seus direitos proclamados. O papel das várias Organizações de Pessoas com Deficiência da Eritreia (OPCD) a este respeito é também forte.

(ii) Esforços para cumprir os direitos básicos das PCD

346. O Governo da Eritreia alarga os seus serviços a todas as pessoas com deficiência (PCD). Isso inclui as áreas de educação, saúde, justiça, melhoria dos meios de subsistência, atividades geradoras de rendimentos, o direito de trabalhar e obter pleno emprego, a melhoria das barreiras ambientais e a garantia da igualdade de oportunidades. Uma série de iniciativas de programas foram reforçadas e alargadas, que têm especificamente como alvo as PCD. Para assegurar a responsabilização, o MoLHW estabeleceu também uma divisão com vista a assegurar aos funcionais acompanhamento, ação, apoio institucional e mecanismos de coordenação com órgãos governamentais para o bem-estar dos deficientes.

347. A situação económica das PCD foi assim melhorada através de várias medidas. A este respeito, o direito das PCD (*acima de 18 anos de idade, casadas ou não*) de adquirir terras e de exercer atividades agrícolas (agricultura e pecuária), em particular, foi assegurado e respeitado como uma grande prioridade. O MoLHW implementou igualmente e gerou um regime de empréstimos renováveis para ajudar as PCD a iniciarem atividades geradoras de rendimento para um emprego remunerado (*consulte a tabela*). O objetivo é promover a autossuficiência e eliminar a pobreza entre os alvos mais vulneráveis. Para este fim, o regime operou em todas as sub-regiões do país. Um total de

Região	Sexo		Total	%
	Homens	Mulheres		
Central	718	285	1.003	18,5
Do Sul	1.101	377	1.478	27,2
Anseba	707	132	839	15,5
Mar Vermelho do Norte	441	118	559	10,3
Mar Vermelho do Sul	67	17	84	1,5
Gasha Barka	1080	388	1468	27,0
Total	4114	1317	5431	100

Beneficiários de empréstimos em função da região e do sexo

137.504.111,36 ERN (cerca de 8.730.420 de dólares americanos) foi distribuído a 5.431 PCD (73,8% são de sexo masculino e 24,2% de sexo feminino) e as suas famílias. As atividades incluem pequenas empresas de trabalho em metal e madeira, de agricultura, de engorda de animais, de avicultura, de jardinagem e apicultura, pequenos comércios de retalho e de serviços (salão de beleza, cabeleiro, reparação de bicicletas, etc.). Os relatórios de avaliação levados a cabo pelo MoLHW revelaram que as PCD, beneficiárias do fundo renovável, conseguiram melhorar os seus meios de subsistência, aumentaram o seu nível de rendimento e contribuíram significativamente para o bem-estar da comunidade.

348. O Governo proporciona também enormes subsídios e apoio aos Veteranos Deficientes de Guerra (os VDG), canalizados através de programas e atividades da ENWDVA (a Associação dos Veteranos Deficientes de Guerra da Eritreia). A ENWDVA, que tem cerca de 18.000 membros, trabalhou também para aliviar os problemas básicos dos VDG. As suas atividades são publicadas publicamente na sua revista anual chamada "HABEN" (que significa "Orgulho"). A seguir são algumas das realizações: -

- **Formação** - prestou formação a 4.749 dos seus membros em diversas competências técnicas e profissionais (343 em trabalho de metal e madeira, 52 em madeira e pintura, 10 em trabalho de arte, 5 em cerâmica, 193 em trabalhos de costura e bordados, 1.818 em aplicações informáticas, 6 em eletricidade, 4 em obras de reparo de fogões, 26 em contabilidade, 399 em condução, 1.674 em construção civil e criação de empresas, 20 em encanamento, 8 em mecânica de automóveis); as Mulheres Veteranas Deficientes de Guerra constituem 18,1% do total de beneficiários.

- Empoderamento económico: 3.661 VDG foram proprietários de pequenas empresas e comércios, e foram apoiados através do microfinanciamento da associação. 530 receberam também bombas de motores, adquiriram terras e envolveram-se na produtividade agrícola.
- Apoio financeiro adicional à saúde: Globalmente, a prestação de serviços médicos às PCD melhorou desde a independência. Isso é um resultado da forte vontade política e compromisso do governo em fortalecer os serviços de saúde (saúde ocular e auditiva, saúde mental e serviços de prevenção de ferimentos). A associação, no entanto, apoiou 380 dos seus membros para receberem serviços médicos no exterior, cobrindo 70% da sua taxa de transporte, 2.520 dos seus membros para terem acesso a equipes médicas especiais dentro do país, incluindo para resolver os problemas de visão de 503 membros
- Apoio à mobilidade: Foram solicitados 290 triciclos a motor, 6 autocarros, 1.500 cadeiras de rodas, 3.521 muletas e aparelhos para auxílio da marcha e um número considerável de bicicletas comuns para resolver os problemas de mobilidade e desafios dos VDG. Há também três ateliês ortopédicos gerados pelo MoLHW. Eles produzem vários tipos de aparelhos necessários às PCD para facilitar a sua mobilidade, participação e interação. Entre 1991 e 2015, 42.168 PCD (das quais 34.496 são de sexo masculino) receberam vários aparelhos, como próteses, ortoses, imobilizadores, muletas, suportes de arco, espartilhos dorsais, carrinhos para crianças e bebês, colares e cadeiras de rodas para um valor de 40.806.146,45 ERN. Na maioria dos casos, o MoLHW fornece-os gratuitamente.

349. A gravidade da incapacidade e as complicações de saúde, como as pessoas paraplégicas, as pessoas que têm dificuldades de mobilidade e os usuários de cadeira de rodas recebem uma atenção especial. O governo adquiriu 5 veículos Mercedes equipados com uma plataforma elevatória e motocicletas de três rodas para aliviar os problemas individuais. Estes serviram a mobilidade de veteranos de guerra gravemente feridos e, por conseguinte, permitindo-lhes de participar em formação de competências e oportunidades de emprego remunerado. Os alunos com deficiência recebem também um apoio de transporte para frequentar as escolas. O “*Donkey for School*” é um projeto introduzido pelo MoLHW em 2004 com o objetivo de apoiar o acesso para as Crianças com Deficiências à escola. A disponibilização do burro apoiou também estas famílias vulneráveis, ajudando-as a melhorar os seus meios de subsistência e gerar rendimentos, ao transportar bens para venda etc. Este projeto foi avaliado por um avaliador independente externo (um consultor), que descobriu que o acesso para as Crianças com Deficiências às escolas aumentou através da disponibilização dos burros. O projeto cobriu mais de 1.184 famílias com crianças com deficiências.

350. O IBRP (Programa de Reabilitação Baseada na Instituição) para os deficientes de guerra no campo de Denden na capital, Asmara, acolhe atualmente 330 veteranos de guerra gravemente feridos (6,4% dos deficientes) e as suas famílias. O campo de reabilitação tem instalações básicas de serviços recreativos, de saúde e terapêuticos para cuidados especiais e

tratamento. O Governo proporciona também subsídios de subsistência mensais que cobrem o dinheiro de bolso, os serviços médicos gratuitos e serviços sociais e administrativos adicionais mensais para aqueles que não estão acolhidos no IBRP (em Asmara). Mais de 5.457 veteranos de guerra (dos quais 900 são mulheres) com deficiências graves são beneficiários deste plano. No total, o Governo gasta 70 milhões de dólares anualmente para as PCD que estão sob assistência no campo e para os que estão fora do campo.

351. Uma das medidas especiais dos últimos anos inclui o crescimento constante do uso da linguagem gestual. O uso da linguagem gestual em atividades públicas, audiências, etc. está a emergir. A EDA (Eritrean Deaf Association – Associação dos Surdos da Eritreia) desempenha um papel importante no apoio aos surdos durante audiências e em ajudar o tribunal e os surdos a melhor comunicarem com o serviço de um intérprete. Esforços foram também feitos para melhorar a comunicação entre os surdos e os médicos em hospitais, especialmente para mães surdas grávidas. Além disso, o primeiro Dicionário de Língua Gestual do país foi publicado pelo MoLHW em cooperação com a Associação Nacional dos Surdos. Até agora, 5.000 cópias foram distribuídas em escolas, bibliotecas públicas e livrarias e papelarias em todo o país. O dicionário da língua gestual é também traduzido para o árabe e o inglês a partir da versão Tigrigna.

(iii) Abordagem dos Direitos com base na Comunidade e Apoio Promovido

352. O sistema de família alargada na Eritreia é uma importante base de responsabilidade na prestação de cuidados e apoio a pessoas com deficiência. Por conseguinte, há séculos a estrutura da comunidade da Eritreia prevaleceu como uma rede de segurança para os seus membros, em particular para as pessoas com deficiência. Esta atitude positiva de cuidados é baseada na responsabilidade e solidariedade coletivas e tem sido mantida como base em todos os outros níveis de intervenção.

353. O Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade (o PRBC) para pessoas com deficiência foi estabelecido como uma estratégia nacional em 1994 e, desde então, tem evoluído como uma parte importante do sistema geral. Nota é feita dos seguintes aspetos: -

- Cerca de 90% do PRBC é implementada em zonas rurais e semiurbanas. O programa é funcional em todas as seis administrações regionais. Atualmente, o PRBC é funcional em 52 sub-regiões (sobre 58), 123 administrações de nível local e 1.234 aldeias.
- Existem 2.785 trabalhadores voluntários em todo o país, dos quais 836 (30%) são mulheres.
- O programa visou salvaguardar a igualdade de direitos e a plena participação das PCD e realizou várias tarefas de reabilitação, campanhas de conscientização pública e serviços de saúde, educação, económicos, sociais e ambientais.
- É bem-sucedido e, comparado com outras abordagens, é menos dispendioso, mas mais eficaz, dado que mobiliza também os recursos locais.

- As PCD afirmaram também os seus direitos ao integrar todas as atividades, reuniões, assuntos administrativos e de liderança.
- Embora ainda nas primeiras fases de desenvolvimento, o PRBC contribuiu para o emprego e a melhoria dos meios de subsistência económica e da vida social das PCD. Estas (tanto ex-combatentes como civis) têm acesso a um programa de crédito sem juros. Exceto poucos, todos os beneficiários pagaram com sucesso os seus empréstimos. As comunidades contratam também PCD para trabalhar como guardas em escolas, clínicas, sistemas de abastecimento de água, micro-barragens, fechos, etc.
- Durante o período do relatório, 32.541 adquiriram terra para agricultura nas suas respetivas comunidades, 18.407 receberam terras para habitação e 368 tiveram oportunidades de emprego

354. O PRBC ajudou também as PCD a obter recursos e serviços baseados na comunidade. Os registos indicam que as PCD (62% de homens e 38% de mulheres) beneficiaram da reabilitação social através de diferentes assistências comunitárias. Assim, os terrenos agrícolas de 31.763 PCD foram arados e colhidos, as suas casas construídas e reparadas e receberam uma assistência financeira pelas comunidades estimada a cerca de 10.166.500 de ERN.

355. A reabilitação física é também implementada no PRBC e o papel crucial dos Voluntários do PRBC não ser demasiadamente sublinhada. O objetivo desta iniciativa liderada pela comunidade é permitir que as PCD melhorem a sua situação física e psicológica. Mais de 28.035 PCD beneficiaram das atividades realizadas a nível das aldeias. As atividades mais frequentes são: de movimento (26,6%), comportamentais (17,6%), de autocuidado (14,1%), aconselhamento para epilepsia (12,1%) e de comunicação (10,8). Cerca de 34% dos beneficiários a nível das aldeias eram do sexo feminino.

356. A contribuição do PRBC para tratar dos problemas das crianças com deficiência é significativa. Os supervisores locais estão envolvidos tanto em serviços de reabilitação ativa como inativa. Às crianças com deficiência são oferecidos serviços pelos supervisores locais ou são encaminhadas para hospitais regionais, consultórios ortopédicos e centros de fisioterapia para aprofundadas análises e reabilitação. O acompanhamento regular pelos supervisores é também feito para sustentar a melhoria.

(iv) Serviços Médicos Especiais para as PCD

357. A prestação de serviços médicos gratuitos para as PCD melhorou desde a independência e é o resultado do forte compromisso político do governo em reforçar a segurança sanitária da sua população. O Governo da Eritreia, através do MoLHW, cobre totalmente as despesas médicas para mais de 7.000 inválidos de guerra com deficiências graves, incluindo as suas famílias. Os serviços de fisioterapia estão também disponíveis em 6 hospitais/clínicas em Asmara e 5 nas regiões. Além disso, o Ministério da Saúde oferece serviços gratuitos de saúde mental para pessoas que vivem com perturbações mentais e distúrbios convulsivos.

Isto porque as pessoas que vivem com comportamentos estranhos (por exemplo, epiléticos) são submetidas a um tratamento por toda a vida e, portanto, não dispõem dos recursos para adquirir os medicamentos que tomam diariamente. O serviço de saúde mental é prestado num número limitado de hospitais nacionais e regionais. O Hospital Psiquiátrico St. Mary, em Asmara, oferece serviços de internamento e cuidados ambulatoriais de saúde mental a nível nacional.

(v) Necessidades Educativas Especiais

358. O Governo da Eritreia está a trabalhar arduamente para a “Educação para Todos”. Como resultado, o acesso à educação aumentou desde a independência e o país está a progredir bem no processo de alcançar o seu compromisso com a educação primária universal. A educação inclusiva foi também integrada no desenvolvimento de políticas e diretrizes, planeamento educacional, programas de ensino e de formação, acompanhamento educacional, apoio às intervenções e ateliês. O Ministério da Educação reconheceu a necessidade especial de crianças surdas e cegas, abrindo escolas especiais a nível do ensino elementar. Abraha Bahta School of the Blind (A Escola dos Cegos), gerida pelo MOE, e as duas escolas para os Surdos em Keren e Asmara, que são financiadas pela Igreja Evangélica, estão atualmente a funcionar. No entanto, são integradas no sistema geral em níveis superiores da educação. A Medeber Elementary School também serve para crianças que vivem com autismo e com síndrome de Down, enquanto a Godaif Elementary School serve igualmente para pessoas com deficiências físicas. Apesar dos esforços acima expostos, no entanto, o acesso à educação de crianças com deficiência ainda é baixo.

Ano	Escola Abraha Bahta para Pessoas com Deficiências Visuais (1-5)			Escola Evangélica para os Surdos-Mudos (1-5)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2007/08	49	20	69	124	88	212
2008/09	49	17	66	126	110	236
2009/10	42	12	54	112	63	175

Número de alunos que frequentam escolas especiais - Fonte: MoE: Basic Education Statistics

359. Em sintonia com a Política de Educação Inclusiva, a associação de crianças com deficiência intelectual e de desenvolvimento está, portanto, empenhada em abrir classes especiais dentro das instalações das várias escolas. Até agora, crianças com deficiência intelectual e de desenvolvimento estão a frequentar 8 escolas especiais estabelecidas em Asmara, a capital. O Ministério da Educação estabeleceu também 25 escolas-piloto adaptadas às crianças, equipadas com as salas de recursos necessários (aulas de acompanhamento) em todo o país para servirem como modelos. Elas recebem aulas de acompanhamento para ajudar as crianças a lidar com sucesso e as suas contribuições ainda devem ser avaliadas adequadamente.

(vi) Base organizativa das PCD

360. Na Eritreia, existem quatro associações para pessoas com deficiência, nomeadamente, a Associação Patriótica Nacional das Pessoas com Deficiência, a Associação dos Cegos da Eritreia, a Associação dos Surdos da Eritreia e a Associação Nacional da Deficiência Intelectual e do Desenvolvimento da Eritreia. Essas organizações integram a abordagem de direitos humanos e visam minimizar a estigmatização e a discriminação, que atuam como uma barreira para as pessoas com deficiência (PCD) e as suas famílias. Em princípio, a promoção e proteção dos direitos das PCD é sempre mantida por todos os prestadores de serviços.
361. Conforme mencionado em partes anteriores, as Organizações de Pessoas Portadoras de Deficiência (OPD) realizam os seus próprios planos e programas estratégicos e operacionais, de acordo com as suas necessidades. Atuam também de forma independente em conformidade com as leis e políticas do Governo. Todas têm escritórios centrais e filiais em todas as administrações regionais. A Associação Nacional dos Surdos da Eritreia, que tem 4.000 membros registados e com 40% de mulheres, organiza campanhas de conscientização para informar sobre os objetivos e atividades da associação e sobre diversos assuntos, incluindo sobre o reforço do papel das mulheres surdas na sociedade. A associação promove também formações profissionais entre os seus membros em várias áreas.
362. A formação de competências em língua gestual é também oferecida a pessoas de diferentes organizações governamentais e da sociedade civil. Crianças com deficiência auditiva são também formadas em língua gestual para uma melhor comunicação. A língua gestual foi igualmente introduzida na televisão da Eritreia, funcionando atualmente com programas realizados duas vezes por semana para permitir que pessoas com problemas auditivos obtenham informações atempadas. O MoLHW, em cooperação com a Associação Nacional dos Surdos, publicou o primeiro Dicionário de Língua Gestual e já foram impressas 5.000 cópias divulgadas em todo o país. O dicionário de língua gestual já está traduzido para o árabe e inglês a partir da versão em Tigrigna. A associação desempenha também um papel importante na defesa dos surdos durante as audiências para ajudar os tribunais e os surdos a comunicarem melhor com os serviços de um intérprete. Esforços foram também feitos para melhorar a comunicação entre os surdos e os médicos em hospitais, especialmente para mães surdas grávidas.
363. A Associação Nacional dos Cegos da Eritreia (a ERNAB) tem 3000 membros. Tem 15 membros do conselho (3 são mulheres) na sua liderança. A ERNAB está também a fazer advocacia e pressão para as pessoas com deficiência visual. Está em campanha para reforçar a conscientização do público em geral sobre a prevenção da cegueira e o papel da comunidade na prevenção da cegueira e na reabilitação das pessoas com deficiência visual. Os planos de ações geradoras de rendimento melhoram os seus meios de subsistência através de atividades comerciais e relacionadas à agricultura. A edição semestral do jornal da associação, "Self-Reliance", é preparada em Braille para ser usada pelos seus membros.
364. A Associação Nacional Eritreia de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento é uma associação recentemente formada que se concentra em crianças com problemas de

deficiência intelectual e de desenvolvimento e tem 935 membros. A associação tem a sua própria revista anual chamada "CARE". Também está a realizar campanhas de conscientização através de seminários para famílias que têm filhos com essas dificuldades e sensibiliza o público em geral através dos meios de comunicação social para enviá-los à escola. A associação mantém relações com ONG como ARCHIMED (Alemanha) e Sacra Famiglia (Itália) e organizou formações conjuntas entre 2014 e 2016.

365. Em geral, a política governamental é favorável através do seu compromisso e ações, o ambiente social propício criado, o papel construtivo das famílias e das comunidades, o apoio geral do público às PCD e a prontidão das PCD para serem autossuficientes são, deste modo, os principais fatores que precisam ser preservados para melhorar o bem-estar das PCD. Há ainda desafios a vencer em casas residenciais onde há PCD muito críticas para beneficiarem de cuidados. Há as barreiras ambientais, os aparelhos ortopédicos limitados, a formação profissional adequada limitada, o financiamento limitado para realizar avaliações e atualizar os dados e a situação das PCD a nível nacional.

H. Direito das Pessoas a um Meio Ambiente Satisfatório

(i) Medidas institucionais e legais

366. Devido à sua localização geográfica, a situação meteorológica extrema e também devido às suas capacidades de adaptação limitadas, a Eritreia é um dos países vulneráveis afetados por um clima desfavorável. Assim, medidas de adaptação para mitigar a degradação ambiental e, em particular, os ciclos recorrentes de seca estão a ser tomadas. Lidar com os riscos ambientais é também um objetivo importante. Os efeitos consideráveis em alimentos, ar e água, com impactos na saúde, são também grandes alvos de segurança ambiental. Por outro lado, o desenvolvimento, que está a transformar o modo de vida, tem igualmente consequências mais profundas. A Eritreia não é um dos principais contribuidores para as emissões de gases. Não obstante, esforços estão a ser feitos para mitigar o crescimento das emissões de gases dos transportes, processos industriais, produtos químicos e os seus resultados, energia não limpa e poluição atmosférica. Portanto, o reforço da abordagem sistémica para lidar com a relação de causalidade entre saúde/ambiente/clima permanece uma tarefa prolongada.

367. Em geral, a Eritreia implementou os principais aspetos da sua estrutura institucional e jurídica em matéria de ambiente e segurança nos últimos 18 anos, incluindo os seguintes: -

- Meio Ambiente Terrestre - incluindo o Código de Conduta para Segurança do Meio Ambiente (1999), Exploração de fontes minerais (Atos 108/2000, 109/2000), Lei de Reforma Agrária (58/94), Lei de Administração Regional (86/96), etc.,
- Em Recursos Marinhos - a Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação (2000), Política e Projeto de Conservação da Biodiversidade, Projeto de Biodiversidade

Costeira e das Ilhas da Eritreia, Política e Projeto de Conservação da Biodiversidade CMI (Costeira, Marinha e das Ilhas),

- Administração dos recursos hídricos - Lei 162/2010 que trata da propriedade e gestão dos recursos hídricos, do seu planeamento, avaliação de impacto ambiental, prevenção e redução da poluição e controle da qualidade da água, etc.,
- Meio Ambiente: O Plano de Ação Nacional (2001) e o Plano Nacional de Gestão Ambiental (1996), o Plano Nacional de Gestão Ambiental (2001), o Plano Nacional de Combate à Desertificação (2001), a Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Ação (2000), o Plano de Gestão da Floresta Ribeirinha das Terras Baixas do Oeste e a Gestão Integrada e Sustentável dos Recursos Florestais do Cinturão Verde
- Aviso Legal nº 117/2010: trata-se de um regulamento relativo à emissão de licenças para a importação ou exportação de substâncias destruidoras do ozono (SDO) e de substâncias de equipamentos ou produtos destruidores do ozono
- Em 26 de janeiro de 2017, o governo emitiu também a Lei 179/2017 (o Quadro da Eritreia para a Proteção Ambiental, Gestão e Reabilitação) e o Aviso Legal 127/2017 (Regulamentos de Proteção Ambiental e Gestão)

(ii) Segurança Ambiental e Combate à Desertificação

368. A superexploração e a degradação dos ecossistemas continuam a representar uma grave ameaça à segurança ambiental e desgastaram a rede natural de proteção que proporcionam os ecossistemas saudáveis. Isso representa ameaças à saúde e à subsistência de milhões de pessoas. A degradação da terra e as chuvas irregulares são também responsáveis pela diminuição anual de 0,5% no rendimento agrícola. Assim, medidas práticas para sustentar o meio ambiente foram ampliadas e reforçadas. O Programa de Resiliência à Seca e Subsistência Sustentável reforçou a resistência à seca e melhorou os meios de subsistência dos pequenos agricultores, alcançando a segurança alimentar e nutricional, com o aumento do seu nível de rendimento e a redução da pobreza. A 2ª fase deverá começar em breve e incluirá a resiliência à seca das comunidades pastorais e agropastoris.

369. Em linha com o objetivo de combater a desertificação, a área de fechamento é expandida para 200.000 hectares. Áreas de reserva florestal foram declaradas e práticas de gestão florestal foram introduzidas. A área de reserva de mais de 105.000 quilômetros quadrados é empreendimento de envergadura na escarpa norte, que vai até as costas do Mar Vermelho. Por outro lado, as preservações silvestres também são promovidas através do Plano de Gestão Ambiental e os regulamentos, que o acompanham, introduzidos na vida selvagem. Os esquemas de florestação pelas comunidades, membros do exército e membros do serviço nacional continuaram e o corte de plantas vivas é proibido por lei. O Programa de Trabalho de Verão dos Estudantes, iniciado em 1994, é também um empreendimento de sucesso e foram plantadas 22 milhões de árvores com uma elevada taxa de êxito. Além disso, um esforço conjunto é também feito para garantir a saúde e o desenvolvimento dos animais domésticos. Em geral, o esforço de segurança ambiental na Eritreia está em constante

expansão e isso se refletiu igualmente no relatório de imagiologia por satélite de 2008 do Centro de Acompanhamento Ambiental da ONU em Cambridge.

(iii) Sustentar o Meio Ambiente Marinho

370. A preservação dos ecossistemas, através da preservação da biodiversidade marinha, foi também avançada. Então, preservar a linha de costa sem poluição foi o objetivo, legislações sendo aplicadas, reservas marinhas estabelecidas e preservação das particularidades dos recursos da Eritreia promovidos. Cinco das sete espécies de tartarugas marinhas, golfinhos, dugongos e ocasionalmente baleias são encontradas nas águas da Eritreia (ONU, maio de 2005). A tartaruga de Olive Ridley (uma espécie em extinção), a primeira registada no Mar Vermelho, foi também identificada por cientistas marinhos e acredita-se que os corais desenvolveram adaptações para lidar com a alta quantidade de luz solar nas águas (*BBC - Ocean Series, 2008*).

371. A este respeito, o esforço do Governo da Eritreia para promover o projeto da floresta de mangue é uma inovação para sustentar o ambiente marinho. O potencial dos mangues para aumentar a produção de alimentos, até a cadeia alimentar, foi também considerado e milhões de árvores de mangues foram plantadas ao longo da costa nos últimos 20 anos. Elas cresceram em zonas onde a água da chuva é lavada no mar e forneceu elementos de nitrogénio, fósforo e ferro, elementos que faltam na água do mar. As folhas frescas e as sementes de mangue secas são também utilizadas como alimento para animais, complementadas por uma pequena quantidade de farinha de peixe preparada a partir de resíduos de peixe. O projeto ensinou também a pastores que as algas, que se acumulam na costa, podem ser secas, processadas e usadas como alimentação animal.

(iv) Desafio Energético e Meio Ambiente

372. As estimativas mostram que a produção total de energia primária (TPES) na Eritreia, a biomassa representa 75,5% e os produtos petrolíferos 24,5% (1,4% são de eletricidade). Assim, o uso de tecnologias eficientes do ponto de vista energético na geração de energia elétrica permaneceu o principal nos últimos 18 anos. Mas os dispositivos eficientes em termos energéticos e iniciativas pioneiras a escala reduzida em fontes de energia renováveis (painéis solares e geradores de energia eólica em três zonas-piloto) foram testados. Um inquérito sobre a energia eólica foi conduzido em 25 áreas de captação e 316 cidades e aldeias. Recentemente, os planos estão em curso para passar a uma modesta fonte alternativa de energia a ser implementada nos próximos 2 a 3 anos. O Projeto Mini Rede de Energia Solar Fotovoltaica de Areza-Maidima (no sudoeste da Eritreia) é um modelo a ser construído num futuro próximo.

373. No TPES, 77,8%, 14,9%, 4,8% e apenas 2,4% foram consumidos respetivamente pelos setores doméstico, dos transportes, público e comercial e industrial. Assim, outras medidas são tomadas em consideração à segurança ambiental e incluem o alargamento da utilização

de gás de petróleo liquefeito (GPL) e querosene. A conectividade do transporte rodoviário, por estradas e outros meios de transporte, aumentou também o seu impacto no meio ambiente. Assim, a introdução de um sistema eficaz de transporte público, particularmente em centros urbanos, de quadros regulamentares, que podem proibir carros velhos, e a introdução de veículos energeticamente eficientes, que usam catalisadores, foram importantes medidas tomadas. Mas estas são áreas onde ainda são necessárias medidas fortes e concretas, considerando os seus efeitos pesados sobre o meio ambiente e a segurança.

374. A elevada utilização de combustível de biomassa, que tem uma baixa eficiência inferior a 10% e os numerosos efeitos negativos, constitui também um grande desafio para a segurança e proteção do meio ambiente. A distância percorrida para ir buscar e abastecer-se com lenha durante 5-7 dias é de cerca de 10 quilómetros. Tem um grande efeito sobre o papel social, oportunidades, saúde e segurança das mulheres e meninas. O Adhanet, que é um fogão tradicional improvisado, foi uma solução inovadora para resolver o problema. Até agora, foi instalado em mais de 100.000 residências. O fogão melhorou a eficiência na proporção de mais 20% e economizou 50% do consumo de lenha. Além disso, a cozinha tornou-se mais saudável, eliminando completamente a poluição provocada pela fumaça dentro das casas. Os especialistas estimam também que reduz a emissão de CO₂ de 0,6 toneladas por família e por ano. O fogão ganhou reputação internacional pelo Prémio Ashden em 2003 e 2009 ao vencer no domínio da inovação em tecnologia de energia limpa e na Osaka Expo de 2004. Nesse sentido, um alvo foi definido para atingir 343.600 domicílios da Eritreia (cerca de 50%) na próxima década. A economia anual de energia proveniente da biomassa deverá ser de 150.000 a 300.000 toneladas de consumo de biomassa evitado.

375. Recentemente, a Eritreia iniciou também a produção de minerais. Um rigoroso regime de gestão ambiental foi aplicado, conforme a lei de mineração e os regulamentos de gestão ambiental, para garantir a segurança ambiental. Assim, uma responsabilidade inerente ao investimento em mineração, regulamentos para garantir a proteção do ambiente e princípios sólidos de gestão dos recursos e uso da terra são mantidos. A preocupação com o milhão de toneladas de resíduos de solo contaminado com metais pesados que possam ser gerados é também mitigada. Relatórios de Responsabilidade Social e Corporativa realizados por International Lawyers e peritos em meio ambiente afirmaram também essa verdade.

(v) Sustentar o Meio Ambiente e a Eliminação e Reciclagem dos Resíduos

376. Esta é uma área que não progrediu significativamente e os desafios são muitos. No entanto, extensas campanhas e atividades destinadas a modificar o comportamento e a redução dos desperdícios aconteceram. Um sistema de eliminação e uma estação de tratamento de resíduos foram estudados para a capital (para os resíduos sólidos) e medidas foram tomadas, mas exigem considerações, incluído nas outras cidades. A Eritreia também proibiu e parou o uso de sacos de plástico desde 2002 (Aviso Legal 63/2002 e atualizado em 99/2004) e alternativas locais foram promovidas. As assembleias e administrações locais e regionais assumiram a liderança e os regulamentos foram aprovados com o apoio popular.

Esforços estão a ser feitos novamente para reforçar os regulamentos. Por outro lado, o centro de reciclagem Medeber, onde ficam todos os desperdícios, foi valorizado e o material não utilizado foi reciclado em vários produtos de metal, madeira e plástico a um custo acessível, o que satisfaz as exigências de muitos cidadãos. É também um centro onde artesãos locais transferem competências para a geração jovem através de aprendizes.

Parte IV: DIREITOS HUMANOS E ENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAIS

377. A Eritreia reforçou a sua dinâmica interna e desenvolvimento como críticos para a realização do respeito, proteção e cumprimento dos direitos humanos. Além disso, o Governo afirmou a sua principal responsabilidade na realização desses esforços. Embora muitos avanços tenham sido feitos em todos os setores de desenvolvimento, incluindo nos direitos humanos, há, porém, um longo caminho a ser percorrido para a realização dos objetivos e metas da construção da nação. A este propósito, a Eritreia consolidou o seu envolvimento e cooperação que garantem a dignidade, o interesse nacional e a parceria como dimensões essenciais no avanço dos direitos humanos. Isso é igualmente visível no que se refere aos ideais coletivos que todos apoiamos para o avanço da humanidade. É, no entanto, inaceitável usar os direitos humanos como uma ferramenta política para promover motivos ocultos.
378. A Eritreia desenvolveu assim um paradigma alargado de envolvimento e cooperação com o sistema internacional e os mecanismos estabelecidos a nível global e regional. Em linha com o esforço contínuo para integrar os direitos humanos nas metas de desenvolvimento sustentável da construção da nação, é implementado um Quadro Estratégico de envolvimento e cooperação. Uma estrutura de coordenação, que envolve intervenientes pertinentes, está também encarregada de gerir a implementação e o acompanhamento desse processo. O compromisso da Eritreia para o seu envolvimento ampliado e integrado foi, assim, implementado como um caminho viável para promover a cooperação.
379. A Eritreia colabora também com a CADHP, participa em todas as sessões da Comissão e fez observações orais e escritas em diversos pedidos e comunicações. Devido a algumas circunstâncias e capacidades, a Eritreia tem relatórios em atraso e o presente relatório inicial faz parte da determinação de colmatar a lacuna e assegurar o seu empenho de apresentar relatórios a tempo no futuro. A Eritreia apresentou também o Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Relatórios Periódicos sobre a Implementação da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (a ACRWC) em maio de 2015.
380. Também expandiu e reforçou o seu empenhamento e cooperação em direitos humanos através da RPU (Revisão Periódica Universal) e as seguintes são algumas das realizações: -
- A Eritreia apresentou os seus relatórios nacionais e participou no primeiro e segundo ciclo da RPU. Já está implementando as 92 recomendações que aceitou durante o 2º ciclo da RPU.

- Submeteu os Relatórios Nacionais da CDC (Convenção sobre os Direitos da Criança) (até a 4ª), CEDAW (Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) (até a 6ª) e empenhou-se em muitas das recomendações aceites. Preparações estão também em curso para a elaboração dos próximos relatórios e o Quadro de Ação para ambos os casos foi preparado.
- Foi assinado um acordo com a ONU para apoiar a Eritreia na implementação da RPU e um acordo semelhante vai ser assinado em breve com a UE. Além disso, o processo de implementação da RPU foi simplificado no Quadro Estratégico de Parceria Eritreia-ONU (2017 - 2021) e no Programa Indicativo Nacional de Cooperação Eritreia-UE.
- O trabalho a nível bilateral com vários parceiros a nível nacional foi também intensificado. As missões diplomáticas acreditadas na Eritreia, incluindo a Delegação da UE na Eritreia, fazem também parte integrante deste esforço. Em 2015-2016, três sessões de consulta foram realizadas na RPU e na implementação e continuarão numa base regular no futuro.

381. O envolvimento e a cooperação com o ACDH (o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem) foram alargados e três áreas já foram inicialmente identificadas. Isso inclui a administração da justiça, as pessoas com deficiência e o direito à água potável e segura. O ACDH está a preparar um documento conceitual sobre a capacitação institucional na área da administração da justiça e será implementado uma vez finalizado e aprovado. A cooperação com o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) será ainda mais reforçada e, portanto, as prioridades sobre os Mandatos Temáticos e Órgãos dos Tratados Internacionais foram identificadas e submetidas à consideração do ACNUR.

382. Apesar de todos os esforços acima mencionados, a Eritreia foi visada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU através das resoluções e mecanismos específicos por países politicamente motivados. A Eritreia rejeita-os na totalidade e a lógica baseia-se nos seguintes argumentos: -

- Resoluções e mandatos específicos de países violam a Resolução 65/251 da ONU sobre imparcialidade, objetividade e não-seletividade e não criam nenhum dividendo na promoção e proteção dos direitos humanos.
- Não há provas evidentes de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos na Eritreia. A presunção em que esses mandatos foram aplicados nega a realidade do país e, em violação do parágrafo 87 (a) do anexo 5/1, as acusações são politicamente motivadas.
- O caminho verdadeiro definido pela Eritreia, tanto em compromisso como em ações, é o envolvimento e a cooperação com o CDH, o ACDH e através da diplomacia bilateral.
- A experiência nos últimos 5 anos revelou a parcialidade, discriminação e preconceitos dos mandatos criados, tal como claramente demonstrado no seu conluio com grupos e ativistas subversivos anti Eritreia. Ainda mais importante, eles seguiram também a metodologia imperfeita para apresentar o relatório inconsistente, fabricado, e não fundamentado e desprovido de credibilidade.

CONCLUSÃO - CONSOLIDAÇÃO DOS PROGRESSOS E DO CAMINHO

383. Após 25 anos de independência, incluindo os últimos 18 anos de hostilidades e após muito trabalho e resiliência, a Eritreia encontra-se atualmente numa fase promissora. Há, no entanto, desafios que o governo trabalha continuamente para resolver e não há crise de direitos humanos na Eritreia. Conforme descrito neste relatório, o progresso foi alcançado e um plano de desenvolvimento nacional de 3 anos para criar um salto qualitativo foi lançado como caminho a seguir. O objetivo continua a ser a construção da nação e requer tempo, espaço e organização para ser alcançado adequadamente. Em essência, isso implica as gerações, mas a Eritreia, num curto espaço de tempo desde a independência, foi capaz de estabelecer uma base na qual os direitos humanos e do povo sejam respeitados e protegidos.
384. No contexto acima exposto, o Governo trabalhará continuamente para reforçar a capacidade de decisão das pessoas, em particular da juventude, para assegurar as transformações que vão resultar numa mudança. O princípio fundamental nos próximos três anos será, portanto, a criação da estabilidade macroeconómica, com consolidação do processo político de construção da nação e o do fortalecimento da administração da justiça através da implementação dos novos códigos nacionais, e o reforço das instituições e funções governamentais. Nesse sentido, a integração dos direitos humanos será reforçada e alargada através da abordagem sistémica delineada neste relatório. Isto sublinhará os compromissos em matéria de dignidade humana, segurança e desenvolvimento e abrangerá as áreas de respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos e das pessoas.
385. Por outro lado, a Eritreia consolidará o seu empenho e cooperação em questões dos verdadeiros direitos humanos e a promoção da paz, segurança e desenvolvimento regionais. Este será um compromisso baseado na dignidade e no interesse nacional. No entanto, a Eritreia continuará a rejeitar qualquer tentativa de politizar os direitos humanos por outros motivos ocultos.

=====